

REQUERIMENTO P COM PROCESSO

06 - 0039 / 2007

DE

2007

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RPP

06 - 0039 / 2007

DE

17/05/2007

PROMOVENTE:

VEREADOR

PAULO FRANGE

E M E N T A:

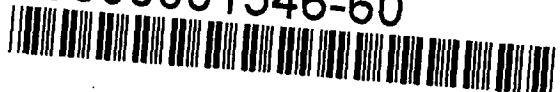
REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE ESTUDOS PARA
ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS
LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O TRATAMENTO
DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

*** APROVADO EM 23/05/07 ***

OBSERVAÇÕES: VOLUME 4

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
07/10/2010 13:46:15

00000001546-60



ARQUIVADO EM 26/05/2008

Viviane R.

CHEFE DE SEÇÃO
VIVIANE FERREIRA PO
Supervisora
SGP-33



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ETCOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

**TERMO DE ABERTURA
DE VOLUME DE PROCESSO**

ÀS FOLHAS 572 FICA INAUGURADO O VOLUME 4

DO PROC. Nº 39/2007

(CE-LIXO)

15,08,2007

Fernando José Alfonso Aruta
Comissões Parlamentares de Inquérito
Supervisor



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA
APURAR RESPONSABILIDADES PELA POLUIÇÃO
SONORA, ATMOSFÉRICA, DA ÁGUA, DO SOLO E DO
SUBSOLO, ALÉM DOS PASSIVOS AMBIENTAIS, NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO, A PARTIR DE DENÚNCIAS DE
FATOS ESPECÍFICOS – PROCESSO Nº 0032/2006

PRESIDENTE: RICARDO MONTORO

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09 de novembro de 2006

OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

Transcrição *ipsis verbis*

Orador não identificado

Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

Manifestação fora do microfone

Exibição de imagens

*Depoimentos à CPI-POLU,
Solicitados pelo Vereador
Francisco Chagas.*

*Autue-SE-15108/07
[Assinatura]*



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:3

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Muito bom dia. Declaro aberta a 15ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar responsabilidades da poluição sonora, atmosférica, da água, do solo, do subsolo, além de passivos ambientais no âmbito do Município, a partir de denúncia de fatos específicos; com a presença dos Srs. Vereadores membros Ricardo Montoro - na presidência -, Toninho Paiva, Francisco Chagas, Paulo Fiorilo e com a presença, também, do Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

Temos, hoje, alguns depoimentos para serem feitos, que dividimos em duas áreas. A primeira, que queremos ouvir agora, é justamente Limpurb, Ecourbis e Loga. Eu pediria que os representantes da Limpurb, da Ecourbis e da Loga tomassem assento à mesa pra que a gente possa iniciar a nossa oitiva. (Pausa)

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Primeiro, quero agradecer muito a presença dos senhores, a atenção dispensada a esta CPI, que tem tido um trabalho bastante grande e tem como objetivo apresentar um relatório sobre os problemas ambientais da cidade de São Paulo e sempre no sentido propositivo, pra verificar o que esta Comissão pode fazer em torno da qualidade de vida da população de São Paulo. Portanto, bom dia. Eu, como de praxe, passaria primeiramente a palavra - se assim o Chagas... Como você propõe que a gente...?

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sr. Presidente, eu gostaria de saber se nós contamos, aqui, com a presença também da Secretaria do Verde...



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 574 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:4

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

(Pausa) Então, eu gostaria que também já viesse pra mesa, pois acho que a gente faria uma interação... E da saúde municipal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Não, a Covisa não veio.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Covisa não, a saúde, a Secretaria de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Não consta na nossa pauta.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - É porque, é época, eu havia apresentado um requerimento pra que na mesma data nós pudéssemos contar com essa interação. A Covisa, ontem, já esteve e nós a dispensamos. Então, eu acho que talvez... A saúde não veio. Está aqui o Verde e Meio Ambiente. Ecourbis...?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Está aqui.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Loga... Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Consulto os Srs. Vereadores se seria o caso de, primeiro, ouvirmos algum depoimento...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Acho que seria importante. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - ... e, depois, a gente vai às perguntas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Da Limpurb, quem...?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Pagano. Da Ecourbis...?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Da Loga também...



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 575	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.071	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:5

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Pergunto, primeiramente, se os senhores gostariam de prestar algum tipo de depoimento pra depois as perguntas... A palavra está aberta aos senhores. Eu pediria que se identificassem.

O SR. PAULO FIORILO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Pois não, Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, com certeza, tanto Limpurb como Loga, Ecourbis e a Secretaria do Verde devem ter várias informações pra Comissão. Eu gostaria só de observar que a proposta do Vereador Chagas, se me permite, era que as empresas pudessem relatar aqui sobre a questão de aterros, que é uma preocupação desta Comissão - de poluição do meio ambiente, do ar, água subterrânea... Então, eu sugiro que como nós temos aqui: Secretaria do Verde, Limpurb e os consórcios que trabalham com isso, que a gente tivesse uma metodologia que fosse proveitosa pra Comissão. Que se tratasse... Por exemplo, podíamos ouvir primeiro as empresas, pra que falassem sobre os aterros. Depois, o Verde e Limpurb pra também colocar a situação a partir da visão deles. Porque, provavelmente, o Vereador Chagas, eu, o Vereador Toninho e o próprio Presidente temos várias perguntas pra esclarecer a situação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Perfeitamente. Eu acho que, dentro da concordância dos Srs. Vereadores,...

- Manifestação fora do microfone.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:6

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº 576 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Por favor. Identifique-se.

O SR. GIOSEPPE GIOVANNI PAGANO - Pagano, Diretor da Limpurb. Nós trouxemos - não sei se é uma coisa que é de interesse da Comissão - uma exposição sobre todos os aterros sanitários que nós temos. Se for de interesse dos senhores, nós temos uma exposição que pode durar alguns minutos para os senhores terem um panorama geral dos aterros de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Quanto tempo demoraria essa exposição?

R - Os senhores tinham dado 15 minutos de tempo,...

P - Está perfeito.

R - ... mas nós podemos fazer essa exposição em tempo menor, se for necessário.

P - Em 14 minutos.

R - Ao Dr. Leon, que é o nosso diretor responsável pelos aterros de São Paulo, já pedi pra preparar um disquete com uma demonstração daquilo que são os aterros em São Paulo - os existentes e aqueles que já foram encerrados, pra dar uma visão geral pros senhores, se for de interesse.

P - Perfeito. É de interesse, sim. Eu agradeço muito a atenção do senhor. Já está pronto...?

R - Aliás, pra comodidade dos senhores, mandei preparar um disquete pra ser deixado aqui, pra Câmara...



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	577	do
Processo nº	39/07	
Município de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
DE 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:7
Orador(es):

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

P - A Comissão agradece a sua atenção. Pergunto à assessoria se já está pronta a exposição. (Pausa)

R - Não, o colega Leon estava dizendo que enquanto ele monta o equipamento, se alguém quiser se pronunciar a respeito, pode.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Por favor.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sr. Presidente, antes de abrir a palavra, gostaria de saber se a Secretaria de Serviços e Obras está presente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Ainda não.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Não veio?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Até agora, não.

Por favor, pode usar a palavra.

O SR. RICARDO ACAR - Bom dia, Sou Ricardo Acar, Presidente da Ecourbis Ambiental S.A.

De acordo com nosso contrato de concessão, o que está em operação pela Ecourbis, na região de São Mateus, é o aterro sanitário Sítio São João, em plena operação, totalmente monitorado e controlado pela Cetesb, pela Prefeitura e pelos órgãos ambientais.

Nós mantemos também a vigilância de dois aterros sanitários desativados, um deles é o de Sapopemba, já desativado há mais de 20 anos, e o aterro sanitário São Mateus, no Parque do Carmo.

O objeto do nosso contrato em relação a esses dois aterros é somente a vigilância.

Passamos a fazer também, além da nossa obrigação contratual, o monitoramento de gases, da geração de gases desses dois aterros, para



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 578	do 3967
Processo nº	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RP 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:8

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

controlar a composição de gases, quantidade e grau de explosividade, que hoje é mínimo. Esses aterros praticamente já estão, depois de 20 anos, em um estado que chamamos "praticamente mortos". Não geram quase gases, não têm mais geração de chorume.

Há mais um aterro, cuja vigilância, manutenção e monitoramento são de nossa responsabilidade, o aterro desativado de Santo Amaro, perto de Interlagos, junto ao canal de Jurubatuba.

Esse aterro também não opera há mais de 15 anos, mas ainda gera um pouco de chorume, cujo transporte fazemos e levamos para a estação de tratamento de afluentes da Sabesp. Fazemos toda a parte de manutenção da revegetação, com vistas à futura criação de um parque, quando oportuno. A revegetação está em pleno andamento na Santo Amaro. Fazemos manutenção de canaletas, águas pluviais, poda de grama, transporte de chorume e monitoramento de gases.

Então, a Ecourbis opera o aterro São João e faz vigilância em dois aterros desativados, Sapopemba e São Mateus, e vigilância, manutenção e monitoramento no aterro desativado de Santo Amaro.

Esses são os aterros sob responsabilidade do agrupamento Sudeste da Ecourbis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Muito obrigado, Ricardo.

O SR. LUIZ GONZAGA - Sr. Presidente, apenas para complementar o que o Ricardo disse, sou o Luiz Gonzaga, presidente da Loga, nós cuidamos da região noroeste da cidade. Estamos, neste momento, operando apenas o aterro Bandeirantes, e fazendo o monitoramento do aterro de Vila Albertina.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 579 do
processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
R.F. 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:9

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Quero mencionar a presença do engenheiro Afrânio Ducon, diretor de operações da Loga. Seguramente, sob o ponto de vista técnico, terá muito a agregar à nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Perfeito.

Muito obrigado, Luiz Gonzaga.

O SR. - (orador com sotaque estrangeiro) - A nossa apresentação está pronta. Quero esclarecer a respeito dos aterros que, na realidade, hoje há dois em funcionamento e muitos que foram encerrados.

Sobre esses aterros encerrados para os quais estamos dando também os endereços e a localização correta, é correto dizer que a maior parte deles atualmente não pode ser utilizado da forma como a Prefeitura gostaria, o município, a comunidade gostaria.

Isto porque precisa sempre ser feita uma pesquisa da área no interior, no subsolo, por causa de poluição deixada pelo lixo armazenado durante anos.

Na exposição que os senhores verão haverá uma idéia geral de todos os aterros em funcionamento e desativados, mas com essa observação importante de que nem todos podem ser utilizados, porque precisa ser feita uma pesquisa geológica para eliminar todos os fatores negativos, o que poderá permitir sua utilização.

Passo a palavra ao meu colega Leon, que fará uma exposição completa sobre os aterros sanitários de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Tem a palavra o Leon.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:10

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. LEON - Bom dia. Preparei um breve relato sobre os aterros ...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Um minuto, por favor.

Anuncio a presença do Vereador Aurélio Miguel. Tem a palavra o Leon.

O SR. LEON - Retornando, preparei um breve relato sobre os aterros que, ao longo dos anos, foram operados na cidade de São Paulo.

Muito antes de se ter qualquer preocupação com o meio ambiente, a cidade cresceu de maneira desordenado, foi um boom o crescimento da cidade de São Paulo no século passado, e esse novo século deve manter essa PG(?), porque a cidade cresce demais.

Aterros sanitários em operação, no município de São Paulo, gerenciados pela Prefeitura: temos o aterro sanitário Bandeirantes e o Sítio São João.

Existe também um aterro sanitário que não é gerenciado pela Prefeitura, na região Norte da cidade, o CDR Pedreira, sobre o qual não falarei nada, mesmo porque a Prefeitura não tem qualquer gestão, a Limpurb não tem gestão sobre esse aterro. Esse aterro aparece no nosso centro de cadastro apenas como destino final de alguns grandes geradores, que geram mais de duzentos litros. Não é de responsabilidade da Prefeitura, então, esses geradores cadastrados no departamento urbano destinam os seus resíduos nesse aterro, assim como em outros na região metropolitana.

O SR. TONINHO PAIVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

Folha nº	580	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RS 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 581	do 40
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
10.071	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:11 taq. rev.: evento: 8620 data:09-11-06
Orador(es):

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Por favor, Vereador Toninho Paiva.

O SR. TONINHO PAIVA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão a V.Exa. e aos demais membros. Na hora que ele for escrevendo a colocação, são dois aterros que estão em atividade, para a gente saber qual a durabilidade que eles têm ainda de vida, mais ou menos até uma... quantas toneladas eles poderão ainda armazenar, para a gente depois poder desenvolver até quando a gente vai fazer as perguntas aos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Perfeitamente. Com certeza, isso faz parte da...

(NÃO IDENTIFICADO) - Na minha explanação vou estar citando essa questão também, mesmo porque os dados que nós temos aqui - é até bom citar - esses dados foram obtidos num trabalho de 1995 realizado pela Engecorps. Então aqui nós temos uma relação - depois eu vou discorrer detalhadamente sobre esses aterros - nessa relação - também não sei por que não constou no trabalho da Engecorps - está faltando um dos aterros. Estão citados aqui como aterros sanitários, mas acho que a maioria deles foi executado mais como aterro dito como controlado, uma área onde se depositavam os resíduos e eles eram cobertos. Não eram tomados determinados cuidados que se tomam hoje na execução dos nossos aterros. Então, vamos chamá-los assim, de aterros sanitários temos o Vila Albertina, Santo Amaro, São Mateus, Sapopemba, Jacul, Raposo Tavares, Jardim Damasceno, Engenheiro Goulart, Lausane Paulista, Vila São Francisco, Carandiru, Pedreira, Itapuí, e também



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 582	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Remando José A. Aruta	
RF 10.071	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:12

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

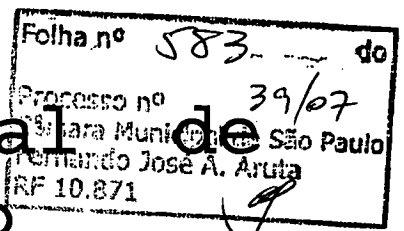
está faltando aí o Pedreira Citi, que não estava no trabalho desenvolvido pela Engecorps de 1995. O Aterro Bandeirantes - vamos já falar de vida útil -, nós fizemos um estudo breve lá no Limpurb e fizemos uma estimativa que ele teria condições de receber, no projeto atual dele, sem qualquer estudo de ampliação, ele teria capacidade de receber até final de setembro.

- Intervenção ininteligível.

(NÃO IDENTIFICADO) - De 2007. Perdão. Imprecisão pelo ano. De 2007. Então, ou seja, até final de setembro de 2007 ele estaria com capacidade de recebimento no projeto atual, sem considerar qualquer possibilidade de retaludamento ou mesmo ampliação da área de execução do aterro. Então, ele teve início da operação em 1979 e tem aí no término da operação a nossa estimativa. Capacidade e volumes lançados, esses dados, infelizmente não estão atualizados, isso aí foi sem considerar qualquer retaludamento, qualquer ampliação; esses dados são os dados do trabalho de 1995. Nós temos no meio técnico... Eu não gosto muito de fazer piada, mas eu sou uma pessoa muito piadista. Mas nos meios técnicos nós consideramos... nós falamos que aterro é igual coração de mãe, sempre cabe mais um. Sem contar também que o aterro vai abatendo e vai abrindo essa possibilidade de retaludamento. Dessa forma como está, com início da operação em 1979, e com término previsto para início de outubro, final de setembro, ele teria uma vida útil aproximada de 28 anos. Ele é operado hoje pela Loga, a concessionária de limpeza urbana, numa área de aproximadamente 1,4 milhão de metros quadrados. O aterro São João, lá na terceira divisão, na Estrada de



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA



NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:13

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Sapopemba, teve início de operação em 1992 e a previsão que nós temos é que ele encerre suas atividades em meados do ano que vem, também da mesma forma, sem considerar qualquer possibilidade de ampliação e retaludamento, no formato como ele vem se encaminhando. Mesma coisa, a capacidade está baseada no trabalho da Engecorps e não deve ser considerada nos padrões atuais, porque já houve um retaludamento, houve uma ampliação depois do trabalho da Engecorps, estamos agora executando a fase três. Na verdade, existia um maciço de resíduos, houve ampliação com o retaludamento lateral e hoje essa fase três já está junto com a fase inicial, já vem subindo um platô único, deve chegar numa altura máxima de 120 metros, é um dos aterros mais altos do mundo, a empresa contratada é Ecourbs(?), que está presente também, numa área de aproximadamente 820 mil metros quadrados. Agora vamos passar a falar dos aterros encerrados. Eu vou passar um pouquinho mais rápido, acho que a Comissão tem pressa. Aqui é na zona Norte, é um aterro que está encerrado, a Loga está fazendo a manutenção no aterro, também no contrato de concessão, operou durante 16 anos e a quantidade de resíduos, isso aí é atual, que depois não houve operação, então está nesses nove milhões que foi lançado, numa área de 160 mil metros quadrados. O aterro de São Mateus, que está também no contrato de concessão mantido pela Ecourbs. Pelo contrato de concessão é uma obrigação contratual da Ecourbs fazer a revegetação da área, assim como também no aterro de Sapopemba, que é parte de compromisso junto aos órgãos ambientais para que haja o licenciamento do aterro Sítio Floresta. Operou durante cinco anos, até teria capacidade de operar



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 584 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
PF 10.371

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:14

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

por mais anos. Quem chega no aterro, quem não conhece, chega lá, vê, um platô gigantesco, mas ele teve as atividades encerradas até por pressão da população. Houve lançamento de 2,8 milhões de toneladas. O aterro Santo Amaro, já na região Sul, próximo do Autódromo, do outro lado do canal de Jurubatuba, operou com nove anos. Também é um aterro alto, 55 metros, não tão alto como os demais. Mas à época, era considerado aterro altíssimo. Para ver como estamos trabalhando com alta tecnologia no Aterro São João, estamos atingindo até 120 metros. Em uma área de 370 mil metros é também um aterro que está apenas em manutenção. É feito o monitoramento.

O Aterro Jacuí, Limpurb já fazia unicamente a vigilância dele, a Secretaria do Verde continua com essa vigilância. Esse aterro passou para a gestão da Secretaria do Verde porque houve um decreto da administração anterior que transformou o aterro Jacuí em parque. Só que não tem condição de ser um parque hoje por razões que vou citar mais para a frente.

A Pedreira Itapuí, até aparece nessa ordem porque, há muitos anos, cerca de 30 anos, não existiam aterros sanitários como existe hoje no Município. O Departamento de Limpeza Urbana, à época nem sei se tinha esse nome, era próximo ou similar a este, deslumbrava uma cava, procurava o proprietário e preenchia a cava com resíduos, ia cobrindo com terra. Era a prática na época. Assim foi com a pedreira Itapuí e a pedreira City que não consta nessa apresentação. Não eram grandes áreas. Vejam que foi utilizada por apenas um ano. Eram áreas rapidamente preenchidas, cobertas com terra e jogada grama em cima sem



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 585	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
CF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:15

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

maiores cuidados sanitários. O Raposo Tavares que hoje é um parque, infelizmente detalhes da execução não são de meu conhecimento. Com certeza todos esses aterros daqui para a frente foram instalados sem a aplicação de manta de PAD. Até a primeira fase do Bandeirantes não tem a aplicação de manta de PAD. Aplicava-se a boa tecnologia da época. Era lançada uma argila, bem compactada. A engenharia mandava ser feita.

O Aterro Engenheiro Goulart. Pretendo deixar uma cópia do disquete aqui. Só vou citar os aterros. Vamos mais para o fim que é o mais interessante que são as ações efetivas que a Prefeitura, Limpurb, junto com o Verde pretendem falar. Tem o Aterro Lausane Paulista e Carandiru, finalmente.

As ações da Prefeitura. Primeiramente, para solucionar problemas dessas áreas que são áreas impactadas, para o tratamento definimos responsabilidades. Aterros em áreas particulares foi determinado, foi estudado, foi discutido entre SVMA e Limpurb que a responsabilidade seria dos particulares. Áreas que estão sob a administração da Secretaria do Verde o Verde tomaria todas as providências e as áreas de Limpurb Limpurb com o apoio de SVMA faria as ações.

Das ações já adotadas e da definição dessas responsabilidades. Fizemos um projeto piloto, vamos chamar assim, na usina de compostagem da Vila Leopoldina. Contratamos com o apoio de Decont da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente a investigação confirmatória para a área. Com base na investigação confirmatória que acusou que efetivamente temos



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:16

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

problema de solo e de lençol vamos passar a fazer agora o trabalho mais profundo que inicia-se no gabinete do Prefeito. Vamos encaminhar expediente para o Gabinete do Prefeito que por obrigação, não só obrigação, mas por competência de lei, o Chefe do Executivo que determina uso de áreas municipais. Com base na determinação do Sr. Prefeito, se a Usina de Leopoldina vai ser, por exemplo, um parque, uma área destinada a um conjunto habitacional, enfim, o Prefeito vai determinar o uso. Com base nesse uso vamos dar prosseguimento aos estudos de análise de risco. Conforme o uso que vai se dar à área o risco é outro. Se vai, por exemplo, fazer residência, qual o risco do solo estar contaminado, qual o risco de o lençol estar contaminado? Se tem gás, se não tem gás, quais são os contaminantes. Com base nesses dados da pesquisa e com a determinação do Sr. Prefeito vão se adotar medidas. O estudo vai determinar se, por exemplo, uma simples troca de solo é suficiente para se fazer um parque. Uma impermeabilização da área, enfim, o estudo vai se fechar dessa forma. Então, foi muito importante esse trabalho que foi feito na Usina Leopoldina e, daí para a frente, já encaminhamos ofício à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para que elaborasse o termo de referência para todos os aterros que temos, independentemente da competência que foi falada anteriormente o Limpurb quer acompanhar isso de perto. Já temos resposta para dois aterros. Foi inclusive nesta semana que o Decont encaminhou para nós Para São Mateus e Sapopemba. URBs está fazendo a manutenção lá e tem de fazer a re-vegetação das duas áreas por obrigação contratual. Com base nesse estudo que já vamos autuar o

Folha nº	586	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 587 do
processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Assessor José A. Aruta

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:17

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

processo, se Deus quiser, hoje à tarde, vai se fazer o estudo de investigação confirmatória.

Com o uso e comprometimento já da área para re-vegetação com vistas licenciamento do Aterro City Floresta na zona Leste vamos fazer análise de risco para a área e, logo depois de tomadas as medidas que o estudo todo vai gerar, seja a troca de solo ou impermeabilização da área, já vai se fazer a re-vegetação com vistas a atendimento a questões do Aterro São João.

Só para falar que esse serviço de investigação está incluído no orçamento programa de 2007. Já que estamos na casa correta gostaríamos de todo o apoio para esta verba solicitada para esse serviço. Por favor, Srs. Vereadores, especialmente os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Muito obrigado, Leon. Passo a palavra ao Vereador Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Obrigado. Agradeço a presença de todos aqui. Esse assunto, a meu ver, de extrema relevância para a cidade de São Paulo, exatamente por isso resolvi encaminhar requerimento através desta comissão para que os órgãos, Limpurb, Secretária de Obras, e outras pudessem vir. Parece que faltou Saúde. Não chegou ainda. Só para os senhores terem uma idéia essa CPI tem um objeto bastante amplo. Obviamente o tempo que temos de vida útil da CPI é até o início do mês que vem, 1º de dezembro. De qualquer forma acho que poderíamos aproveitar a oportunidade para esclarecer o máximo de informação em relação à situação de lixo na cidade de São Paulo. O meu contato com esta situação é mais da população do entorno. Muitas



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 588 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Bernardo José da Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:18

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

das coisas que possivelmente poderia levantar recebi de informação, questionamento da própria população. As preocupações que a população tem, seja do Bandeirantes, seja do São João. Queria saber da EcoUrbs, que cuida do Aterro São João, os senhores, o aterro já tem previsão de desativação para o ano que vem, outubro do ano que vem. Qual será a área total, em metros quadrados e quais as providências que serão adotadas após a desativação para regularização da área? Qual será a destinação após a liberação final desta área nesse período após a desativação e até a sua destinação final será adotada alguma providência para diminuir o impacto sobre a população do entorno?

O SR. RICARDO ACAR - O São João tem a vida útil dele prevista para se encerrar entre julho e outubro do ano que vem. Após o encerramento, é obrigação do nosso contrato e é sempre assim, qualquer aterro sanitário no mundo, continua. Ocupa uma área hoje em torno de 450 mil metros quadrados. É uma área bem menor do que o Bandeirantes mas tem uma altura muito maior. Após o seu encerramento continuam nossas obrigações, como em qualquer aterro sanitário, de monitoramento geotécnico, de estabilidade do aterro, ambiental e toda a parte de manutenção do aterro, poda de grama, canaletas, reconstituição de canaletas, porque um aterro desativado é um mecanismo vivo. Ele continuamente vai adensando e se deformando. É uma deformação, naturalmente, controlada. Isso vamos continuar fazendo como fazemos atualmente. São controles trimestrais com relatórios entregues ao poder concedente e aos órgãos de controle ambiental. Toda a parte de reconstituição de canaletas, bermas e poda de grama. E também o



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 589	do
Processo nº 39/67	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:19

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

monitoramento de gases além de todo o transporte de chorume porque ele vai continuar gerando chorume por um período da ordem de 15 a 20 anos, ainda. Todo esse trabalho continua sendo feito de forma a garantir à população do entorno que não haja, durante todo o período, mesmo desativado, nem invasão, nem qualquer dano ao meio ambiente da forma como estava sendo controlado hoje.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor falou em transporte de chorume. Daria para o senhor falar a esta comissão como é feito o transporte. Como é feita essa transferência de chorume e quais são os riscos que pode oferecer? Em relação ao chorume posso afirmar ao senhor que recebi muitas reclamações de que haveria chorume espalhado no entorno da região.

O SR. RICARDO ACAR - O Aterro São João gera hoje alguma coisa, isso varia conforme a época do ano, em média de 1500 toneladas ou 1500 m³ de chorume por dia. Nós tiramos em torno de 70 até 100 carretas de 30 m³ de chorume por dia. São carretas-tanque lacradas.

P - 70?

R - 70 a 100 por dia, conforme a época do ano.

- Apartes fora do microfone.

O SR. LUIZ GONZAGA - Só complementando o Ricardo, o número parece já extraordinário por si só mas representa a parte Sudeste porque outro número igual tem na região Noroeste!

O SR. RICARDO ACAR - Como é feito? As carretas são carretas-tanque específicas para tal fim. Elas chegam, são pesadas no aterro vazias, entram para as nossas lagoas de chorume. São lagoas totalmente



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 590	do 39/07
Processo nº	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
CPF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:20

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

impermeabilizadas com mantas de PAD de dois milímetros, soldadas de ponta a ponta. Existe aí um pulmão para esse chorume que é gerado continuamente. As carretas são carregadas por bomba. Após o carregamento são lacradas com lacre, tipo lacre de malote, numeradas, que vai no conhecimento de carga para que não haja possibilidade qualquer de ser aberta a carreta durante o transporte. Ela passa novamente na balança. É pesada. Tudo é controlado por Limpurb on line, no sistema e ela vai à estação de tratamento de afluentes da Sabesp através de um convênio que nós temos, vai para Piqueri ou estação de Suzano - nós fomos às duas - e esse chorume tem um tratamento totalmente adequado na estação de tratamento de afluentes.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - A saída do chorume é por que via, pela Sapopemba?

R - Pela estrada de Sapopemba, que é o único acesso ao local, dali elas saem para Bento Guelfi e Estrada de Iguatemi.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

P - Bento Guelfi e estrada de Iguatemi (ininteligível) assunto que nós já tratamos aqui, que é correlato, que é o transporte de produtos dessa natureza. Bom, e... Pois não.

(NÃO IDENTIFICADO) - Na realidade, me perdoe...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor poderia se identificar?

O SR. PAGANO - Sou o Pagano, sou engenheiro químico. Tem uma particularidade aqui que interessa. Sou diretor da Limpurb. No que se refere ao chorumen, essa é uma grande nossa preocupação, até do ponto de vista profissional. Inclusive eu informo aos senhores que o



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 591	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:21

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

tratamento que atualmente está sendo dado ao chorumen tem que mudar de qualquer maneira, porque o incômodo que tem transportar água de chuva por caminhões que são lacrados e percorrem a Cidade inteira, para ser despejada de uma maneira que nós estamos julgando profissionalmente imprópria merece um cuidado especial...

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

P - (Ininteligível) o senhor poderia esclarecer qual é a destinação do chorume, onde ele é tratado?

R - Atualmente é tratado na Sabesp, é despejado junto à estação de bombeamento de esgoto. Mas eu quero informar aos senhores que nós estamos em contato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas para verificar qual é a melhor maneira de fazer o tratamento de chorumen logo exatamente na saída da formação do chorume, exatamente nas lagoas. Esse é um projeto muito importante.

P - Para que ele não saia do local, é isso?

R - Exatamente, para que não saia do local. Então, nós estamos fazendo duas ações. Esta aqui com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que é uma coisa que eu não sei em quanto tempo vamos resolver, mas inclusive estamos fornecendo... a Ecourbis está fornecendo matéria-prima, digamos assim chorume para o Instituto de Pesquisas Tecnológicas para fazer esse trabalho. A Universidade de Campinas está interessada também neste assunto. Estamos levantando uma tecnologia que é utilizada no mundo inteiro, porque o chorume não é igual em todas as partes do mundo, e adicionalmente, para evitar qualquer problema no entorno, estamos estudando a possibilidade, até



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	592	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		

rod. R01 fl.:22

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

acontecer esse projeto, de fazer uma cobertura das lagoas para evitar qualquer incômodo com as vizinhanças, para os odores que...

P - O senhor pode nos relatar a localização do tratamento, onde está sendo feito hoje?

R - Não. Atualmente, tratamento...

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

P - Ele é transportado para um local. Qual local?

R - Esse é misturado com o esgoto, então é o esgoto que é tratado, exatamente.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

R - Piqueri e Suzano, é lá que está sendo tratado junto com o esgoto. Mas, realmente, o tratamento está perfeito finalmente. O incômodo é o transporte de 150 caminhões de 30 mil litros, que são transferidos de um lado para outro da Cidade, o custo desse transporte e o incômodo que realmente é dado para toda a comunidade nesse sentido. É por isso que nós estamos fazendo a previsão de, a curto prazo, não sei quanto, talvez um ano, ter em mãos um projeto para a Prefeitura poder resolver esse problema do chorumen de maneira tecnicamente adequada.

P - Porque uma das reclamações recorrentes na região é o cheiro do chorume. Além do que, a Saúde, infelizmente não está presente, mas a informação que nós temos é que são recorrentes as doenças de pele, respiratórias, naquela região. Até, Sr. Presidente, aproveitando aqui, eu gostaria que nós encaminhássemos, ao final, um requerimento para que a Saúde apresente um estudo específico, a saúde



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 593 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.271

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:23

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

específica que acompanha a região para que nós tenhamos uma comparação com, vamos dizer assim, o ambiente da cidade e da região. Eu concedo um aparte ao Vereador Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Obrigado, Vereador Chagas. Sr. Pagano, só para aproveitar a oportunidade, nesse estudo que a Prefeitura está fazendo, está desenvolvendo, há previsão orçamentária? E qual é o prazo para que isso ocorra? Porque, para que se mude o método de tratamento, pressupõe investimento ou da Prefeitura ou da Ecourbis ou da Loga para que isso ocorra, para que a Cidade não tenha mais 150 caminhões de um lado para o outro. Então, eu sei que pode não ser da pasta do senhor, mas há previsão orçamentária para esse tipo de atividade?

O SR. PAGANO - Graças a Deus não, porque, veja bem, dentro das pesquisas que se fazem dentro das universidades há um interesse dos pesquisadores de resolver problemas. Então, quando o IPT solicitou esse material para a Ecourbes, e foi cedido graciosamente, o IPT, com recursos sem dúvida do Estado, é que vai fazer essa pesquisa,

P - A pesquisa eu entendi, Sr. Pagano, a pesquisa vocês não vão pagar.

R - Não.

P - Eu estou querendo saber como é que vai implementar. Eu perguntei para o senhor outra coisa: se há por parte da Prefeitura recursos para implementar esse tipo de tratamento; ou se os dois consórcios serão responsabilizados pelo tratamento com um aditivo de contrato, com mais recurso ou não.



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 594 do
Processo nº de 3967
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:24
Orador(es):

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

R - Não, não.

P - Como é que vai ser?

R - Não, não, não tem aditivo de contrato nesse momento, que eu saiba. Realmente, a Prefeitura, com as concessionárias, está tratando de fazer um... para redução de tarifas ou adequação de contratos... pelo que eu estou sabendo está fazendo uma adequação de tarifas de maneira para ter uma espécie de deslocamento de investimentos.

Tenho certeza que até o IPT completar essa pesquisa poderá haver possibilidade de instalações não muito caras para fazer esse tratamento e tenho certeza que esse problema será resolvido da melhor maneira possível.

O SR. PAULO FIORILO - Só para a comissão entender: o que o senhor está dizendo é que o deve ocorrer, primeiro é o deslocamento que deve estar sendo tratado, que na comissão de Finanças a gente vai discutir com relação aos contratos já feitos. Segundo que até o IPT concluir o estudo a Prefeitura do Município de São Paulo deve apresentar uma proposta, provavelmente descolar ou deslocar o serviços que tinha sido acordados para daqui 15, 16, 17 anos, para poder fazer esse tipo de coisa. É isso?

O SR. PAGANO - Olha, eu não posso dizer, exatamente o que vai acontecer.

P - Tem duas coisas. Só para o Presidente, nobre Vereador Montoro, entender. Há um estudo sendo feito pela FIP, que a comissão de Finanças que eu e o Chagas fazemos parte, iríamos ter acesso na



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	595	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Gerente José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:25

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

reunião de ontem, mas infelizmente a FIP pediu duas semanas, estamos requerendo o que há de relatório, em que eles estão postergando uma serie de atividades que foi contratado com a Loga e Ecourbis, por exemplo, a FIP contratada pela Prefeitura do Município de São Paulo, está fazendo esse estudo. O que pressupõe cortes dos custos da execução dos investimentos na execução do trabalho realizado pelas duas empresas. O que estou perguntando é o seguinte: se há, por parte da Prefeitura do Município de São Paulo, cortes ou deslocamentos, deslizamentos de datas, por exemplo, a Prefeitura do Município de São Paulo tem um contrato que prevê o recolhimento porta a porta de lixo nas favelas. Tinha uma perspectiva de investimentos que está sendo postergado, a Prefeitura do Município de São Paulo tinha um contrato para feira limpa - porque eu sei disso - por que a Loga e a Ecourbis estiveram na Comissão de Finanças, no ano passado, no auge da crise em que a Prefeitura do Município de São Paulo reduziu o pagamento para dizer que tinha esses programas. Agora o senhor vem aqui e diz que tem uma proposta que acho importante, necessária, até porque sou daquela região, cruzo com os caminhões naquela área dizendo que vai haver uma nova forma para tratamento, que me parece ser adequado. A pergunta que eu fiz, que o senhor não tem os dados, e a seguinte: como é que vai se dá? Vamos ter mais deslocamentos do que tinha sido acordado para que tenha recursos para fazer os investimentos necessários? Ou a Prefeitura do Município de São Paulo vai investir dinheiro nesse tipo de tratamento? Essa era a minha pergunta, que o senhor tem dificuldade para responder, talvez SSO, pudesse ajudar.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:26
Orador(es):

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Folha nº	596	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de	São Paulo	
Gerente José A. Silva		
RF 10.871		

R - Não tenho condições de responder talvez os concessionários possam informar melhor.

P - O Sr. Nelson, poderia responder sobre isso, ou não?

O SR. NELSON - Veja bem: assim como colocamos na previsão orçamentária de 2007 as investigações confirmatórias dos aterros desativados. Você vai falar: com essa investigação confirmatória acabou o risco ambiental? Não.

P - Sr. Nelson, desculpe. Eu entendi, mas é que eu gostaria que a gente tratasse...

R - Vou fazer um paralelo.

P - Aqui não viemos fazer paralelo. Gostaria de tratar dessa questão. Se o senhor tiver a informação.

R - Diretamente.

P - Por favor.

R - Você não pode colocar no orçamento programa a contratação de serviço que você não sabe o quanto vai custar. Primeiro tem de ser feito o estudo para ver se a tecnologia proposta, efetivamente funciona. Segundo lugar, temos de ver qual a magnitude...

P - Eu entendi. Mas a pergunta era outra. Se o senhor puder responder minha pergunta, é assim: a Limpurb ou a SSO, tem a perspectiva de investir nisso, de reaver contrato, ou não? Essa é a pergunta.

R - A revisão do contrato se baseia no deslocamento de investimento.

P - Isso. É postergar os investimentos...



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:27

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

R - Postergação dos investimentos.

P - Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Luiz Gonzaga.

O SR. LUIZ GONZAGA - Queria, apenas a título de esclarecimento, e acho que ajuda na resposta. A primeira coisa que precisa ser resolvida, e talvez o cenário não seja esse, é a questão contratual. Porque quando o vereador pergunta da solução de lagoa, por exemplo, eu tenho um aterro, que preciso construir, pelo meu contrato, que já um aterro que prevê a lagoa para tratamento. Agora, se eu estou há vinte meses tentando readequar esse contrato e a readequação não chega ao final, como é que vou ter perspectiva de fazer algum de benfeitoria para cidade de São Paulo.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Bem, falando em benfeitorias, gostaria de retomar, novamente com Ecourbis, se o aterro está no esgotamento e até o ano que vem se encerra, quais são as medidas que estão sendo tomadas para cuidar dessas seis mil toneladas dia, recebidas. O senhor poderia esclarecer.

O SR. RICARDO ACAR - Naturalmente estamos tomando todas as providências a mais de um ano e meio para licenciamento de um novo aterro sanitário, que é objeto do nosso contrato de concessão do lote sudeste, que é o novo aterro sanitário que a gente chama de central de tratamento de resíduos leste na área do sítio floresta, que já foi desapropriada pela Prefeitura do Município de São Paulo para esse fim específico.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Qual é a localização?

Folha nº 597 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

folha nº 598
processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:28

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. RICARDO ACAR - Ao lado do aterro São João, do outro lado da estrada de Sapopemba. Indo para a estrada de Sapopemba para quem vai a São Mateus, São João está do lado esquerdo.

P - O senhor conseguiu licença.

R - Estamos em processo de licenciamento.

P - Aquela área não é de proteção ambiental?

O SR. FREDERICO JUN - Sou diretor do Decon de Fiscalização ambiental. Desculpe, eu fui convocado para esclarecer sobre a empresa Bann Quimica e não me instruíram sobre a questão dos aterros; e desculpe eu não poder responder.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor não tem essa informação?

O SR. RICARDO ACAR - Não tenho. Inclusive eu estou há três meses no cargo. Eu vim de Contru, e estou realmente sem conhecimento nenhum sobre a matéria. Desculpe.

P - Obrigado. Infelizmente nós vamos ter que, nós vamos ter que, nós vamos ter que pedir um esclarecimento depois à, à Secretaria do Verde, quanto a essa área porque obviamente se o, se está saturada a área hoje utilizada, no Sítio São João, esse lixo tem que ir para algum lugar e as informações que eu acompanhei inclusive por jornal, que tem um processo de disputa para licitação de uma área no entorno. Não é isso?

R - Não.

P - Limpurb? O senhor poderia explicar se isso, se a área é área de proteção ambiental ou o senhor mesmo... O senhor quer falar sobre o assunto? Por favor.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:29

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº 599	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José R. Aruta	
RF 10.871	

R - É obrigação contratual, já pelo edital de licitação feito no governo anterior, essa área do Sítio Floresta já foi desapropriada desde 1995. É o decreto de utilidade pública dele, com fim específico de construção de um aterro sanitário no Sítio Floresta. Quando foi feito o edital de licitação, já da concessão do lote sudeste, já foi previsto, uma das obrigações, se não a principal obrigação da concessionária, que foi (ininteligível) a ganhar aquele lote, a construção de um aterro sanitário, na área do Sítio Floresta, que é de alto interesse público hoje. Talvez seja uma das... ao lado da São João, na subprefeitura de São Matheus.

Esse, até onde a gente conhece, o processo de licenciamento se dá, na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com o parecer técnico da Secretaria Municipal do Verde, que já está participando com a gente desse processo já há algum tempo.

P - Ela já concedeu esse parecer técnico favorável?

R - Não, ainda não. Nós estamos exatamente nesse processo.

P - E o senhor sabe por que ela não concedeu ainda?

R - Não, porque nós estamos definindo só as questões de compensação ambiental.

P - E o senhor poderia falar quais seriam essas questões de compensação ambiental?

R - Compensação ambiental porque um empreendimento desse porte, naturalmente ele envolve algum desmatamento, na área, na região, e tanto das regras da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do DPRN, como da Secretaria Municipal do Verde, tem regras claras para



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 600	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:30

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

compensação ambiental para obras de interesse público como essa, e que precisam ser levadas a efeito essa compensação.

Então, do ponto de vista de DPRN, no que diz respeito à legislação estadual e federal, já está definido. Agora nós estamos exatamente no meio de um processo com a Secretaria Municipal do Verde, para que ela se pronuncie com relação a essa compensação ambiental, de forma a gente poder trazer benefícios à região, do ponto de vista ambiental, que não só venha a mitigar o impacto do próprio aterro, mas que venha trazer benefícios do entorno, na questão ambiental, no replantio e preservação de áreas no entorno do empreendimento, na área de preservação permanente.

P - E Ecourbis atua há quanto tempo no aterro São João?

R - Há dois anos justinho.

P - Dois anos justinho. Antes da Ecourbis, quem atuava?

R - Era a Qualix(?), contratada da Prefeitura.

P - Eu pergunto isso porque eu aprovei um projeto de lei, que depois foi vetado pelo governo municipal, que estabelecia compensação ambiental não para o futuro, mas para o passado, porque aquele aterro está, em atividade, há quantos anos mesmo? Daria para o senhor...

R - Quatorze anos.

P - Quatorze anos. E exatamente uma das reclamações da população é que há um dano ambiental fabuloso, na região, e sem compensação. O que me preocupa é que inicia-se uma discussão de compensação ambiental futura, sem corrigir o dano ambiental anterior. E nós aprovamos um projeto de lei, que pudesse fazer uma compensação



Câmara Municipal
São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO – SGP-4

rod. R01 fl.:31

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

num raio de cinco quilômetros da região. Infelizmente nós tivemos o projeto vetado.

O senhor poderia dizer quais medidas efetivas...

R - Posso. O que tem hoje de pendência da, da Prefeitura do Município de São Paulo com relação à implantação do atual aterro Sítio São João, que está, em operação, é uma compensação ambiental de plantio de 30 hectares de vegetação nativa, que faz parte do nosso contrato, e que será feito, como o engenheiro(?) Leon falou, no aterro Sapopemba e no aterro São Matheus. A Ecourbis já fez o projeto de revegetação dessas áreas com a Faculdade da ESALQ, Escola Superior de Agronomia Luís de Queirós, de Piracicaba. Esse projeto já foi dado entrada, na Secretaria Estadual do Meio ambiente, em janeiro deste ano. Eles estão analisando, e está, em fase final de aprovação, para nós iniciarmos imediatamente o replantio de 30 hectares, que são 300 mil metros quadrados de revegetação.

P - Então, a proposta da Ecourbis é fazer a compensação em termos de replantio?

R. - Isso. Não é nenhuma proposta. É uma obrigação contratual.

P - Obrigação. Claro. É que, na minha opinião, modesta opinião, quando se trata de meio ambiente, compensação ambiental, tem que levar em conta não só a natureza vegetativa, mas os seres humanos também, e aquela região está extremamente afetada, e quem sofre mais diretamente são os seres humanos que estão, no entorno, com doenças de pele, respiratória, pelo dano anterior.



Câmara Municipal
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folha nº 602	do
Processo nº 39/67	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.371	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:32

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Os senhores têm alguma proposta concreta para reparar o dano anterior?

R - Olha, não nos consta, Vereador, que tenhamos doenças ou danos lá na (ininteligível) Eu realmente não conheço.

P - Nós podemos pedir uma análise da região, mais específica.

R - Claro. O que nós temos feito...

P - Como eu disse aqui, no início... Como é mesmo o nome do senhor?

R - Ricardo.

P - Ricardo. É, como eu disse aqui, no início, Dr. Ricardo, é, o que eu trago aqui é obviamente uma análise empírica, a partir dos depoimentos e da observação do campo. Não tenho nenhuma análise técnica que nós podemos inclusive pedir, por parte da...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Foi sua sugestão fazer, solicitar a vigilância sanitária que faça uma verificação no entorno.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Exatamente. É a própria Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - E já está aprovado pela CPI.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Perfeito.

R - Olha, nós estamos realmente muito à vontade, e coloco aqui à disposição desta Comissão, que visite um aterro, porque nós iniciamos inclusive recentemente, há uns três meses atrás, um programa que nunca foi feito, que chamava Programa Ver de Perto. Nós abrimos o nosso aterro para toda a população do entorno. Nós temos recebido, já vieram 800 pessoas visitar o aterro. Nós temos recebido em torno de



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 603
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José M. Aruta
RF 10.371

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:33

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

220 alunos, por semana, com ônibus fretado nosso, que vai buscar nas escolas da região. Nós estamos começando esse programa naturalmente pela, pela, pelo entorno, que é onde está a população, que tem algum impacto. É óbvio que um aterro sanitário algum impacto ele gera. O que nós procuramos fazer é a nossa obrigação, é minimizar, mitigar esses impactos. Não é uma caixa preta o aterro. Ele é um lugar que, quando as pessoas vão lá e verificam os cuidados sanitários e ambientais que são tomados, e a Prefeitura de São Paulo, acho que, nesse ponto, fomos nós que implantamos esse aterro. Nós estamos operando há dois anos, mas é um dos orgulhos da cidade de São Paulo, porque é um aterro sanitário operado dentro dos padrões que se opera nos Estados Unidos e na Europa. Não deve nada a padrão nenhum. Nós só demos continuidade.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Não é uma caixa preta, mas tem que ser hermética, não é!

O SR. RICARDO ACAR - Não, mas tem que ser conhecida. Então, nós abrimos isso para a população. Não há o impacto de odores, desde que vem(?) operado o aterro, o lixo coberto diariamente. Ele não gera problema de vetores, de doenças, de animais, de odores.

Então, toda essa questão, hoje nós estamos fazendo, procurando fazer, da melhor forma possível e, em sintonia, em diálogo constante com a população, porque, desde que nós assumimos, nós mudamos, procuramos assumir a postura de que nós estamos lá, e temos que conviver com a população, e tem que ser a empresa amiga da região. Nós não vamos lá para trabalhar contra a população. É o contrário, nós estamos procurando fazer um trabalho novo.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº 604	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:34 taq. rev.: evento: 8620 data:09-11-06
Orador(es):

P - Tenho certeza, tenho certeza, Sr. Ricardo.

Quando se discute um assunto dessa natureza, aí envolve realmente a empresa, o Poder Público, mas principalmente a comunidade, a comunidade que está, no entorno, e o entorno obviamente não é uma atividade simples, porque eu não acredito que o bairro do Morumbi aceitasse um aterro naquela localidade.

Quer dizer, então, a população dali, que sofre, e obviamente, tem que manifestar, e tem algum nível de compensação. E esse tipo de compensação, a meu ver. Ele tem que ter compensação do ponto de vista da infra-estrutura urbana, da urbanização, do atendimento à, vamos dizer assim, hospitalar, de assistência à saúde, quer dizer, de todo um controle que pudesse gerar, em termos de retorno.

Eu até dizia aqui, Presidente, à época em que apresentei o projeto, se essas regiões recebem o lixo de toda a cidade, porque não pode, diferentemente, está certo, receber um estímulo, vamos dizer assim, uma compensação do município, das empresas que atuam, não é?

Então, por isso que quando o senhor fala do termo, do termo de compromisso, vamos dizer assim, para um novo aterro, o senhor menciona o problema, vamos dizer assim, o problema do replantio, mas eu acho que nós temos que pensar, eu acho que o senhor depois deve falar... Eu estou acompanhando, pelos jornais, após do fechamento desse aterro, vai haver um tratamento de gás, não é isso, e obviamente esse gás vai ser utilizado industrialmente para alguma finalidade, e vai gerar recursos.



Folha nº 605 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Arduini
RF 10.871

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:35

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Os senhores têm, no planejamento, a possibilidade de que esses recursos se voltem para a própria região, em termos de compensação, geração de renda, melhoria do ponto de vista da saúde pública. Eu queria que o senhor falasse sobre isso.

R - Então, são duas, a pergunta tem duas partes, a pergunta tem duas partes. No projeto do aterro novo, eu me referi realmente a compensações ambientais, mas existe, tanto a obrigação contratual quanto na legislação e uma preocupação, porque nós estamos tratando isso junto à subprefeitura de São Matheus, também tem obras compensatórias, no entorno, exatamente como o nobre Vereador está colocando.

As obras compensatórias farão parte do nosso estudo de impacto ambiental do EIA-RIMA. Já são aprovadas junto com, com o EIA-RIMA. A licença prévia do empreendimento já vai contemplar as obras compensatórias na região, de imediato. No que diz respeito...

P - O senhor sabe que tipo de obras?

R - Nós estamos propondo obras, na região. São obras de melhoria em toda a estrada de Sapopemba, do sistema viário.

P - Que aliás, é quase intrafegável ali, não é?

R - Exatamente. Para mitigar. Inclusive as ondulações do pavimento geram ruídos para a população, geram desconforto e risco de acidentes. Nós vamos recapear toda a região. Nós vamos sinalizar, fazer calçadas. Estamos fazendo obras, em creches, na região, parques.

Nós estamos estudando junto com a subprefeitura de São Matheus exatamente por esse motivo, porque eles entendem que São Matheus está



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:36

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

servindo, no caso do lote sudeste, de solução para todo um problema da cidade de São Paulo. Ela não pode ficar só com o ônus disso.

Na outra questão, do biogás, só para concluir, quem opera lá, o biogás do São João, é uma outra empresa. Não faz parte do nosso contrato. É uma empresa chamada Biogás, que tem a concessão de exploração do biogás do aterro São João. Isso também evita a queima de gases. Esse gás todo, ele é canalizado por um *flair*(?) central, onde ele é filtrado, e colocado para gerar energia elétrica em grupos geradores. Isso volta para a rede de energia elétrica. Então, fica um mecanismo totalmente limpo no São João.

Apesar de não ser o contrato nosso, e, até onde eu saiba, existe, num acordo com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que parte dos recursos dessa, da venda de créditos de carbono, vai diretamente para um fundo da Secretaria Municipal do Verde, que aplica em melhorias ambientais no entorno.

P - Só para, Sr. Presidente, só para o senhor poder ter a dimensão, o senhor não tem obrigação conhecer todas as regiões de São Paulo. Essa região é extremamente desvalorizada, em função do aterro. Então, quando eu falo em compensação, além do replantio, além das compensações, em termos de urbanização, escolas, creches, hospitais, tem o problema do comércio e dos imóveis, que são extremamente desvalorizados. Na Bento Guelfes(?), acredito que transita, por ali, 80, 90% de todo o chorume que é retirado dali. Talvez até mais. Ela vive em constante situação de danificação.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:37

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Permanentemente, o Poder Público, aliás, eu acho que não é bem feito aquele trabalho ali, a iluminação precária, quer dizer, é uma degradação. Além de a população ter de conviver com esse dano ambiental visível, desvalorização dos imóveis, desvalorização do comércio, riscos, e, pelo que pude constatar, problemas com a saúde pública, quer dizer, nós temos que pensar em termos de, nós estamos discutindo aqui o passivo ambiental da cidade. Está certo? Nós temos de pensar em termos de um novo contrato, e eu gostaria que esta comissão tivesse acesso aos termos dessa discussão, não só por parte da subprefeitura, mas da Loga, da Secretaria do Verde, para que, no novo empreendimento dessa natureza, nós possamos ter, de fato, uma compensação, para o morador do entorno.

Eu cedo um aparte ao nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Ricardo, duas dúvidas que surgiram aqui. Nas falas, talvez o Sr. Pagano e o Sr. Leon possam ajudar. Um, o Sítio Floresta, esse que o vereador Francisco Chagas questionava, está dependendo da liberação do Verde e do Meio Ambiente. Está dependendo do que ainda?

O SR. RICARDO ACAR - Ele está na fase de licenciamento ambiental pela Secretaria Estadual...

P - Pela Cetesb?

R - Pela Cetesb, Secretaria Estadual, DAIA(?), Cetesb.

P - A pergunta é: "Há tempo hábil entre a liberação dos órgãos responsáveis pelo licenciamento, e o final da vida útil daquele aterro?"



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº	608	do
Processo nº	39/67	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RP 10.671		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:38
Orador(es):

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

R - Sim, nós estamos correndo contra o tempo, naturalmente pelo esgotamento da vida útil de São João. O nosso cronograma prevê terminando, nós estamos terminando acho que as discussões com a Secretaria do Verde, para terminar o EIA-RIMA. Vamos submeter o EIA-RIMA a análise da... Porque se o processo já começou na Secretaria estadual, há mais de ano. Nós já possamos por uma primeira audiência pública. Devemos ter, até o final do ano, ou comecinho, janeiro do ano que vem, a audiência pública definitiva, principal para o empreendimento. Se correr bem a audiência pública, em 40, 60 dias, nós temos a licença e a instalação do empreendimento.

P - E a audiência deve ocorrer no início do ano que vem?

R - No início, agora em torno de janeiro do ano que vem.

P - Só para que a gente visualizar...

R - É pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

P - Agora, a Secretaria...

R - O secretário, o Sr. Secretário do (ininteligível)

P - E o Secretário informa a população do entorno?

R - Sim, é obrigatório. Nós somos obrigados a informar tudo. Tem todo um processo de divulgação obrigatório, em rádio, panfletagem e em jornais de grande circulação.

P - Eu gostaria de solicitar aqui, a CPI termina agora, mas que a Loga, que a Ecourbs pudesse informar aos vereadores desta Casa quando deve ocorrer a próxima audiência pública.

Só uma outra questão ainda. É, eu conheço a área. O senhor teria como informar à comissão qual é a extensão desse Sítio Floresta,



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	609	do
Processo nº	39/07	
Orador	Municipal de São Paulo	
	Fernando José A. Aruta	
	PM 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:39

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

porque ele está literalmente quase que no pé do morro. Qual que é a extensão?

R - A área do Sítio Floresta desapropriada é de um milhão, 170 mil metros quadrados. Só que nós, aonde nós vamos aproveitar para fazer a implantação do aterro é uma área de 430 mil metros quadrados, um pouquinho menos da metade. A outra área será destinada a todas as lagoas de tratamento de chorume, estação de tratamento desses efluentes, e eventual, e a construção da usina de compostagem, mais, na frente.

P - Mas ela vai da rodovia ao pé do morro?

R - Ela vai da rodovia à encosta. Como é o aterro São João hoje. O aterro São João é um aterro de meia encosta. O aterro Sítio Floresta, o CTL é um outro aterro de meia encosta, exatamente na encosta oposta.

P - Duas outras dúvidas, para a Loga e para vocês. O laudo, o laudo que existe lá, dos aterros, é um laudo de vocês, da Cetesb ou do meio ambiente? Tem um laudo dos dois aterros, do Bandeirantes e do São João, ou não? Não tem laudo de quanto tempo de vida útil? Aquilo que foi.

- Manifestações fora do microfone.

P - O senhor podia usar só o microfone?

O SR. PAGANO - Como sempre, da Limpurb...

P - Sr. Pagano.



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:40

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

R - Essas são entidades contratadas, especialistas, as quais fazem na avaliação constante daquilo que é o perfeito condicionamento do aterro.

P - No caso do Bandeirantes e no caso do São João, os dois são feitos por qual empresa?

R - Uma empresa que se chama Cepolina.

P - Essa empresa é que testou o tempo de vida útil?

R - Não é o tempo de vida útil. Ela testa o correto funcionamento do aterro, com análises constantes e periódicas, de acordo com aqueles que são os padrões internacionais.

P - Sr. Pagano, para aproveitar, para o senhor não ter que se identificar de novo, uma informação aqui. Existe a possibilidade de utilização de aterro fora da cidade de São Paulo? Há previsão de contrato nesse sentido ou não?

R - Há.

P - É possível liberar para as empresas, para os consórcios, o uso de outros aterros, de Caieiras, da cidade do entorno, ou não?

R - Olha, existe essa possibilidade. No meu entender, não sei se legalmente, neste momento, há algum acordo neste sentido, não é? O que eu estou propugnando no tempo em que eu fico na Prefeitura, não é? Que efetivamente a cidade de São Paulo não é um ambiente único. O sistema de São Paulo tem que ser tratado em termos de área metropolitana, porque, realmente, os aterros, em São Paulo, estão em decadência(?), estão em fase de acabamento, de esgotamento.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:41

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Têm muitos outros problemas que tem que ser tratados, como, por exemplo, os problemas das enchentes, o problema das...

P - Transporte...

R - Das ocupações irregulares de terra. Então, todo esse, todo esse sistema depende, no meu entender, de um entendimento metropolitano, que parece que está sendo tratado a nível de Estado e de município (ininteligível)

P - Há uns vinte anos, desde a região metropolitana.

R - Só, só para ter uma idéia, eu, por exemplo, fui convidado pela Cetesb, a fazer parte de uma comissão, para estudar sistema de tratamento de resíduos urbanos, não só da cidade de São Paulo, mas em termos de área metropolitana.

P - Mas é só para entender, é possível então a utilização de aterros fora da cidade de São Paulo?

R - Eu acredito que sim. Eu gostaria que pudesse ser feito efetivamente. Depende de um entendimento entre municípios...

P - Certo

R - Porque, às vezes, por exemplo, você chega, no município, e ele diz: "Não, não, aqui não pode."

P - Claro, não tem interesse. Agora, como é que a Loga e como é que o Ecourbs trabalham com essa possibilidade, de uso de aterro, além do município, além dos limites?

O SR. LUÍS GONZAGA - Sou presidente da Loga. Eu tenho, já afirmei, nesta mesma Casa, uma proposição que foi colocada, por ocasião da licitação, que era, ao término da vida útil do aterro

Folha nº 611 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
CPF 10.871



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº 612	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:42

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Bandeirantes, utilizar um aterro privado, que fica na cidade de Caieiras.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - É esse que eu (ininteligível)

R - E esse aterro tem inclusive a aprovação da própria cidade de Caieiras para receber o lixo de São Paulo.

Nós fomos surpreendidos, há questão de dez a quinze dias, com a proibição de levar resíduos para Caieiras.

P - Quem proibiu?

R - A Secretaria de Serviços.

P - Com qual argumento?

R - Porque não havia...

P - Não, não, daqui em São Paulo.

R - Dizendo que ela não teria possibilidade de mandar agentes vistorios para municípios fora da cidade de São Paulo. Nos surpreendeu, porque há outras atividades, que são feitas fora da cidade de São Paulo.

P - O chorume, por exemplo.

R - E zoonoses, que é outro exemplo. A fiscalização de ISS, de coisas parecidas, de maneira de que nós dependemos do poder concedente. Nós vamos respeitar a determinação, estamos respeitando. Somos subordinados ao poder concedente, e faremos. Naturalmente que eu tenho um problema, eu tenho um problema. O que eu vou fazer quando terminar o Bandeirantes, no ano que vem?

P - Não só o senhor como todos os moradores da cidade, inclusive a Limpurb.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº 613 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:43

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Sr. Presidente, eu quero pedir permissão para, para me retirar. Eu sou vice-presidente da Comissão da Criança e do Adolescente, e como já tinha pleiteado aqui alteração de datas e horários, e não fui, não fui ouvido pela maioria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Foi ouvido, sim.

P - Fui ouvido, mas vocês continuaram. Eu preciso abrir a outra sessão, mas queria sugerir aqui, tanto a Loga quanto a Ecourbs, e a Presidência desta Comissão, com a anuência de todos os vereadores, que pudéssemos visitar os dois aterros. A segunda coisa é que a gente questionasse a Secretaria de Serviços e Obras, já que não veio aqui, por que da impossibilidade da utilização de outros aterros, já que existem. Foi citado aqui, no caso do aterro lá de Caieiras, que a gente pudesse ter essa resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - OK. Muito obrigado, nobre Vereador Paulo Fiorilo.

Vereador Jooji Hato.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sr. Presidente, eu não conclui ainda, mas, como eu sou democrático, eu vou permitindo apartes aos vereadores, porque eu tenho um conjunto de pergunta ainda à Ecourbs.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Nós vamos dar oportunidade.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Claro, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Muito obrigado. Nobre Vereador Jooji Hato.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 614 do
Processo nº 39/67
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:44

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. JOOJI HATO - Aqui é uma predominância do PT. Só eles perguntam, mas são perguntas boas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor pode pedir aparte, que eu considere com a maior satisfação.

O SR. JOOJI HATO - Mas, de qualquer forma...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O Vereador Jooji Hato, como um excelente médico, tem grande contribuição nesse assunto.

O SR. JOOJI HATO - Obrigado. Olha, eu quero perguntar à Loga e à Ecourbs. O aterro Bandeirantes é contratado pela Loga, e a Ecourbs faz o Sítio São João, Santo Amaro, São Matheus e Sapopemba.

Então, eu queria saber quais são os outros aterros que vocês cuidam, e qual é o orçamento disso, qual é o custo disso aí? Depois eu justifico a minha pergunta.

O SR. LUÍS GONZAGA - Sou da Loga. Nós operamos o aterro Bandeirantes.

P - Só?

R - Só. E monitoramos o aterro de Vila Albertina. Isso é o que consta do nosso contrato. Contrato, que volto a repetir, com a permissão do Sr. Presidente, que nós precisamos resolver logo, porque os investimentos precisam de ser feitos. Nós caminhamos para uma situação muito complicada, em termos de aterro na cidade de São Paulo.

Eu acho que o colega Ricardo(?), da Ecourbs, também comunga com o mesmo pensamento. Eu quero saber onde eu vou colocar o lixo de São Paulo, na metade do ano que vem, quando terminar o Bandeirantes. Eu não tenho essa solução ainda.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:45

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

P - Qual é o custo desse contrato? Aproximado.

R - O contrato originalmente, a nossa tarifa estaria hoje em vinte e cinco milhões/mês para os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e dos resíduos de saúde da região noroeste de São Paulo. São aproximadamente seis mil toneladas de resíduo domiciliar, 1,4, 1,5 de hospitalar.

P - Agora inicial, e agora? Final?

R - Já estou atualizando o valor. O inicial era da ordem de 19 milhões, com os reajustes atuais...

P - E em relação à Ecourbs?

(NÃO IDENTIFICADO) - Não, a Ecourbis também opera somente o Sítio São João. Os outros aterros desativados nós fazemos o monitoramento de um e vigilância dos outros três.

P - Certo.

R - Nossa tarifa contratual deveria estar hoje na faixa de 24 milhões de reais. Nós estamos recebendo há um ano 17 milhões de reais, por imposição unilateral do poder concedente. E gostaria de reiterar aqui a preocupação, apesar de estarmos tomando todas as providências no sentido de fazer um novo aterro sanitário. O investimento Ecourbs, antes de poder levar a primeira tonelada de lixo para o Sítio Floresta, ela vai ter que investir, no ano que vem, da ordem de 100 a 110 milhões de reais, e que, do jeito que nós estamos hoje, sem readequação contratual, não nos permitiremos fazer esse investimento, porque vai quebrar a concessionária também. Apesar de termos a solução. Talvez a última área do município de São Paulo para fazer um



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 616	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

rod. R01 fl.:46

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

aterro sanitário, estarmos adiantado com o projeto, ele só vai poder se viabilizar se tivermos a tarifa readequada, quando se concluir essa readequação contratual, junto ao poder concedente, à Secretaria de Serviços e todo poder Executivo Municipal.

P - Essa minha pergunta é justamente pelo fato de nós estarmos sendo noticiados que desloca só do São João cerca de 150 caminhões. É isso, de chorume, para fazer um tratamento de Piqueri, lá, em Suzano, etc. É um custo muito alto, acredito eu, que, na verdade, poderia ser feito, na ocasião da construção desse aterro, já uma estação de tratamento. Então, eu queria saber o valor desse contrato, não é. Se nós tivéssemos investido, numa estação de tratamento desses resíduos, talvez nós estivéssemos hoje com uma estação de tratamento. Não estaria fazendo esse deslocamento. Inclusive essa, esse deslocamento desses caminhões poluem inclusive o ar atmosférico, fora o consumo de combustível, etc., etc.

E eu tenho um projeto de lei, que infelizmente eu não eu consegui ainda aprovar, que era a de colocação de caçambas em logradouros públicos, em praças, tal, para fazer a coleta seletiva. Eu vejo hoje, e já disse, no dia de ontem, que São Paulo é uma cidade que tem o chão podre. E, com esse chorume que vocês estão relatando, volto a dizer: continuo com essa tese de que São Paulo tem o chão podre, e vai continuar, porque esses Aterros Sanitários Bandeirantes e São João também tinham sua previsão de saturação, como esse outro que nós iremos construir, provavelmente aqui na zona Leste, também vai saturar um dia: a população cresce, o lixo aumenta; e, se nós, com todo esse



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:47

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

dinheiro que nós temos aqui, 25 milhões mais 24, são quase 50 milhões/mês. Se nós investíssemos nesse projeto que eu quero e tento aprovar aqui - que eu não consegui -, fazer a coleta seletiva...

Eu penso assim: se nós tirarmos os plásticos, o vidro, os metais, os papéis, a madeira, o que que vai sobrar do lixo, o que que vai para o Aterro Bandeirantes e São João? Não vai nada; só orgânico. Esse orgânico... Tem muita gente querendo pegar esses resíduos de restaurantes etc., o lixo alimentar orgânico e tratar inclusive criações. Aqui na periferia, não sei se vocês sabem, tem gente que colhe a lavagem de restaurantes e criam até porcos, suínos etc. Não sei se, com controle, talvez pudesse até - controle da Vigilância Sanitária e tal... Não teríamos nenhum resíduo, não precisaria nem do aterro. Fariamos a reciclagem, e esse investimento de 50 milhões/mês só nas duas empresas, que são os senhores - desculpe, talvez eu vá contra o interesse econômico inclusive das suas empresas, que têm que ganhar, não é? Mas acho que a Cidade ganharia, o meio ambiente ganharia, está certo?

Não sei se eu estaria errado nessa tese, mas acredito que, se nós retirarmos, investirmos na coleta seletiva e fizermos a reciclagem, como fazem países do Primeiro Mundo como Japão e outros países, eu acho que nós estaríamos no caminho certo, porque esses aterros vão saturar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vamos ouvir o Luiz Gonzaga.

O SR. LUIZ GONZAGA - Luiz Gonzaga - Loga.

Folha nº	617	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:48

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Queria fazer alguns esclarecimentos que são realmente importantíssimos: primeiro, os ditos 50 milhões eles não são somente para o sistema de aterro. As duas concessionárias têm hoje cerca de 300 equipamentos, para realizar a coleta do resíduo na cidade de São Paulo: é a coleta hospitalar, a coleta domiciliar. Ou seja, em cada caminhão - para que o Sr. Vereador tenha o conhecimento -, nós temos cinco pessoas trabalhando, no período diurno; e mais cinco pessoas, no período noturno.

Nós fazemos a coleta de 12 mil toneladas. Ou seja, eu busco, na das pessoas, com o Ricardo, 12 mil toneladas de lixo, por dia. Sou plenamente de acordo com a implementação do sistema de seletiva. Agora, a seletiva também tem um custo. Não é que ela seja, por si só, autopagável; ela tem também um custo.

Os novos aterros que virão - seguramente o da EcoUrbis virá primeiro, porque ele já tem a área - nós ainda teremos que buscar uma área a ser indicada pela Prefeitura, em conjunto conosco, esses novos aterros já terão o dispositivo da captação e do tratamento do percolado, na própria região do aterro, no próprio aterro. Então, não é que nós estamos com 50 milhões todos os meses apenas em transportar chorume, em aterrar o lixo.

São projetos caros, realmente, para coletar, para transportar, numa cidade como São Paulo onde a gente tem que percorrer quilômetros e quilômetros todos os dias. Nós temos a parte de transbordos também, que é importantíssima, que também afeta o sistema ambiental, tem



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:49

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

também os seus problemas, e que nós precisamos buscar também uma solução. De maneira que, só para esclarecer a questão dos 50 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Eu lembraria os Srs. Vereadores que nós temos ainda presente, para prestar depoimento, a Bann Química, a Subprefeitura de Ermelino... Quem mais, Maurício? A Secretaria do Verde também. Portanto, na medida do possível, ...

O SR. _____ - Eu teria mais algumas questões, Presidente. Acho importante. Eu sei dos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Não, claro; não, claro, evidente.

O SR. JOOJI HATO - Só fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Depois eu queria dar a palavra também ao Vereador Aurélio Miguel que, embora não faça parte, é Vereador e nos honra com sua presença.

O SR. JOOJI HATO - Esse aterro - tanto o São João como o Bandeirantes - ao receber o caminhão tem algum controle do que está recebendo? Por exemplo, eu queria saber de vocês se vocês recebem ou já receberam, por exemplo, vasilhames de óleo diesel, alguma coisa assim. Porque eu - só para complementar, eu, quando visitei a Represa de Guarapiranga, eu fiquei assustado: eu vi tantos vasilhames de óleo, de motores etc., na represa. E aquilo tem uma substância chamada BTX - Benzeno-Tolueno-Xileno, que é altamente cancerígena, na represa da nossa cidade.

O SR. RICARDO ACAR - Ricardo Acar, da Ecourbis.

Folha nº 619 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.671



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:50

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº 620 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

Os resíduos recebidos nos nossos aterros sanitários hoje são os resíduos que nós coletamos. Nós só coletamos resíduos domiciliares, não é? Os resíduos de saúde que nós coletamos, por exemplo, vão para a estação de tratamento e têm... Depois de inertizados e tratados, vão.

Então, nós não recebemos resíduos que não conheçamos, porque é só o resíduo que nós coletamos nos domicílios.

O SR. JOOJI HATO - Ricardo, só para complementar: é que, infelizmente, o supermercado - que deve vender arroz, feijão e outras coisas - ele vende até óleo; e o posto de gasolina - que deveria vender óleo - ele vende comida, sabe? Infelizmente, no nosso país, é assim.

Aí, quando a gente faz uma lei que não pode vender, por exemplo, coxinha, em posto de gasolina, ou bebida alcoólica, o Prefeito ou a Prefeita vetam. Esse é o nosso país. Então, muita gente troca o óleo em sua casa. Aquelas oficinas mecânicas, às vezes, jogam os vasilhames, estopas, tudo encharcado de gasolina etc., no lixo, que é o doméstico, entendeu?

Não é a maioria, mas existe, como eu vi na represa, vários vasilhames. Se não organizarmos isso, vamos cada vez mais contaminando o meio ambiente, e por isso que eu repito sempre: chão podre, o câncer aumentando cada vez mais e nós vamos diminuindo, apesar da tecnologia em desenvolvimento da medicina.

(NÃO IDENTIFICADO) - concordo que a gente não pode ter um controle 100% do que vai dentro dos resíduos colocados dentro das embalagens, mas para isso existe o controle ambiental dentro do



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 621	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

rod. R01 fl.:51

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

aterro. Todo monitoramento que é feito dentro do aterro, dos resíduos, em todas as análises químicas que são feitas elas detectam quando esses resíduos estão acima de limites aceitáveis. Existe parâmetro para tudo. Isso é controlado, monitorado, esses relatórios são entregues para a Cetesb. Porque eventualmente, pode haver, sei lá uma lata de óleo usada jogada dentro do resíduo domiciliar ele vai para o aterro. Mas dentro da dimensão de 6 mil toneladas, tem parâmetros que a gente analisa trimestralmente, e são encaminhados para a Cetesb que faz todo o acompanhamento ambiental do aterro, que analisa-se mais de 50 itens de contaminação, inclusive materiais de metais pesados, temos na ponta, se não temos 100% de controle na coleta, na ponta temos 100% do que está acontecendo dentro de produtos dentro do aterro.

O SR. JOOJI HATO - Infelizmente não é uma lata de óleo, e sim milhares. Mas de qualquer forma gostaria de saber se vocês conhecem e quais os aterros clandestinos que existe na cidade de São Paulo, porque nesses aterros não há nenhum controle. Inclusive na troca de tanques de gasolina, por exemplo, aquela terra toda oxidada com borra de petróleo, mal cheirosa, é jogada nesses aterros clandestinos. O senhor tem idéia do número, localização?

O SR. AFRANIO - Sou da Loga, com relação a esse assunto efetivamente não temos levantamento disso mas a Cetesb, por exemplo, sabemos que eles têm mapeamentos, provavelmente têm condições de dar uma informação mais segura. Gostaria de aproveitar para complementar as palavras do Ricardo de que há realmente o risco dos aterros, eventualmente receberem algumas substâncias inadequadas e que nós



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 622 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:52

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

temos condições de verificar porque os nossos coletores fazem coleta dos resíduos ensacados e é totalmente inviável não só em termos operacionais como de saúde, que eles abrissem para examinar cada saco, para ver o que e contém e o que pode. Agora essa verificação é feita da maneira como o Ricardo colocou, qualquer substância inadequada ela acabaria se revelando por meio da análise do chorume, que isso é feito uma verificação mensal ou bimestral, dependendo das exigências, do licenciamento do aterro. E de parte da Loga, quero adiantar que trouxemos aqui uma amostra de todos os relatórios mensais que fazemos abrangendo os aspectos geotécnicos, de água subterrânea, de tratamento de chorume, de monitoramento de gases. Trouxemos uma amostra dos relatórios referentes ao último mês, que podem servir para dar um pouco mais de informação mais técnica e nos colocamos à disposição para depois prestar quaisquer esclarecimentos e informações complementares que forem solicitadas.

O SR. JOOJI HATO - Só um pedido aqui agora, não é nem pergunta. Será que a Loga e a Ecourbis não poderia, talvez fazer, aproveitando uma parte e seu orçamento uma propaganda educando à população para que não jogue vasilhames na represa. Hoje temos presença de Btx, Benzeno, e outros, em água bruta, na represa. Na imensidão da quantidade de litros de água que existe na represa, já temos a presença de BTX. Isso é muito grave. Estou falando aqui como médico, cidadão. Gostaria de saber se Loga não poderia estar fazendo uma campanha educativa, cultural, que, infelizmente, não temos. O



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº	623	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:53 taq. rev.: evento: 8620 data:09-11-06
Orador(es):

povo, às vezes joga, troca o óleo, joga no ralo, em bueiros, etc... e vai parar tudo na represa.

O SR. AFRANIO - A Loga, desde o início das suas atividades, têm, inclusive como compromisso contratual, um programa de conscientização ambiental. O exemplo mais notório disso, se mostra por meio dos caminhões coletores de lixo, por meio dos quais temos divulgado, por meio de adesivos, essa conscientização de uma maneira institucional. Esses caminhões, não veiculam propaganda de nada, nem da própria empresa, mas sim informações que visam alerta a população sobre problemas inclusive dos próprios coletores nossos que são alvos de muitos machucados e ferimentos por conta de objetos cortantes que são colocados dentro do saco de lixo de maneira inadequada. As empresas, tanto a Loga como a Ecourbis já fizeram campanhas por meio da mídia, alertando a população sobre aspectos dessa natureza. A preocupação de V.Exa. é um compromisso nosso que será cumprido ao longo de todo o período de concessão das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Com a palavra o nobre vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Obrigado Sr. Presidente, Srs. Vereadores e representantes aqui das empresas. Fico aqui preocupado, porque vi aqui o prazo que aspira aqui os aterros. Estão chegando ao final, se não me engano setembro ou outubro do ano que vem. Vi que saiu em todos os noticiários. Gostaria de saber das concessionárias, principalmente a Eco Urbes que está mais adiantada em relação ao seu aterro, o que falta realmente? Questão da Prefeitura do Município de



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:54

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

São Paulo cumprir o contrato, inclusive até pedi na Comissão de Finanças a respeito do estudo que foi feito pela Fipe e até hoje não recebi. Vou cobrar aqui novamente para que na próxima semana você cobre com relação a isso.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Esclarecendo o nobre Vereador Aurélio Miguel, de que a Fipe pediu mais quinze dias para apresentar o estudo.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Gostaria de saber como é que pode implantar isso rápido, porque daqui há pouco inspira se o prazo e como é que fica o lixo da cidade de São Paulo? Vamos pagar aí para outra cidade, mas caro e com isso vai custar mais caro para a cidade de São Paulo. Segundo, eu viajei bastante pelo mundo, sei que tem outras modalidades, outras técnicas de aterro de destinação de lixo. Gostaria que vocês explanassem a respeito de disso, os custos e em relação ao meio ambiente se positivo ou negativo essas outras técnicas.

O SR. RICARDO ACAR - Com relação a primeira pergunta, realmente depende de providências técnicas e de licenciamento, acho que estamos caminhando dentro de um cronograma, é um cronograma apertado mas estamos contando com todo apoio tanto dos órgãos estaduais, quanto municipais. Temos tido boas receptividade para correremos com o nosso licenciamento. Agora, o que mais nos preocupa e já foi dito aqui, gostaria de reiterar é que se não concluirmos, se o Executivo Municipal não concluir a readequação do contrato e não voltarmos a ter a tarifa adequada para condução do contrato de fazer com que suporte aos altos investimentos necessários, pode se comprometer a tudo. Todo o sistema. Essa é uma preocupação que a Urbes

Folha nº 624 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Ricardo José A. Acar
RF 10.871



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:55

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

tem, mas acredito que o Executivo Municipal está realmente preocupado com isso, para gente concluir em tempo hábil essa readequação contratual para nós podermos dar andamento as nossas obrigações contratuais que passam nesse primeiro momento para o investimento no aterro sanitário.

Quanto a segunda questão, de outras tecnologias de destinação final, posso falar pela parte econômica que eu conheço, não pela questão ambiental que é muito complexa. Por exemplo, você fala muito em incineração de resíduos - não vou entrar no mérito da questão de emissões, acho que tem gente mais apropriada do que eu para falar - mas na questão econômica eu posso dizer, já fiz orçamento de usinas, incineração de lixo. É uma tecnologia viável, mas é uma tecnologia, hoje, comparada com aterro sanitário que custa dez vezes por toneladas o tratamento. Então estamos falando aqui de orçamento municipal, essa é uma tecnologia usada para países onde não há mais espaços para se fazer aterros sanitários, mesmo de lixo orgânico. A França usa, Alemanha, Inglaterra. Há diversos países que usam, mas eles têm problemas sérios de custo de área. A questão de aterro sanitário, é mundialmente consagrada como uma, um aterro bem controlado e bem feito, isso nas normas mundiais, é uma destinação final adequada. E hoje, para nós aqui no Brasil, ela custa de oito a dez vezes menos por toneladas para tratar. Temos de pensar nisso também, porque não somos um País de primeiro mundo em termos de recursos orçamentários para os órgãos estaduais ou municipais.

Folha nº 625 do
Processo nº 39/67
Câmara Municipal de São Paulo
Petrando José A. Cruta
RF 16.871



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:56

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº 626 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.671

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Tem a palavra, o nobre Vereador Toninho Paiva.

O SR. TONINHO PAIVA - Como o senhor colocou a Eco Urbe já tem um lugar bem adiantado para a previsão que deverá se esgotar em outubro, deverá já ter o sitio floresta. Gostaria de me dirigir ao Sr. Pagano, e a Logar da seguinte forma: qual a primeira durabilidade que está a previsão desse sitio floresta? Essa também termina em outubro da Loga. Posteriormente o que a Limpurb já está preparando. Eles já estão preocupados com o andamento, com toda a formalidade, que sabemos que é burocrática, e até isso ai precisava ser agilizado, quais as outras providências que a Limpurb está tomando em termos do Município, não fora do município? No município ainda temos área para que realmente possa ser reservada para aterro.

O SR. PAGANO - Nas realidade não existe muitas áreas para essa finalidade. Por outro lado, posso garantir uma coisa: nós estamos colaborando com as concessionárias porque na realidade, por contrato da concessão a responsabilidade de procurar aterros sanitários seria das concessionárias, elas que deveriam fazer com a concordância e com a colaboração da Limpurb. É um trabalho que estamos fazendo em conjunto. Posso garantir para o senhor que não vai acabar a coleta de lixo em São Paulo, não vai acabar o destino final, de qualquer maneira vai ter disposição final em qualquer aterro que se encontrar logo que acabar um. Claro, estamos preocupados com custos. Estamos falando a respeito de instalações novas, de sistemas mais modernos para fazer tratamento de lixo e custos. Os senhores que já trabalharam e viajaram



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 627	do
Processo nº 39/67	
Câmara Municipal de São Paulo	
Gerando José M. Paula	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:57

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

para o Exterior, sabem muito bem que o custo de tratamento de coleta e de tratamento de lixo em São Paulo previsto, talvez a metade, ou um quarto daquilo que se gasta em outras cidades da Europa para manter a cidade limpa. Na realidade o que falta em São Paulo, a parte de uma campanha educativa com a qual concordo com o senhor em gênero, número e caso, é a falta de recursos. Se pudéssemos ter, por exemplo, recurso para colocar o sistema de incineração, com o qual eu nunca concordei, mas hoje concordo, que de fato têm sistema tecnicamente perfeitos no mundo inteiro, bem desenvolvidos.

Temos conhecimento de instalações em cidades da Europa, por exemplo, que estão localizadas até no centro da cidade, porque não incomodam mais. Efetivamente, não vamos colocar nenhuma instalação na praça (ininteligível), não se preocupem. Mas, efetivamente, é um trabalho intenso, contínuo e persistente que deve ser feito para resolver todos esses problemas. Eu posso garantir para os senhores que as concessionárias e nós estamos procurando trabalhar de maneira coordenada para resolver esse problema. Vamos encontrar aterros para solucionar os problemas da cidade de São Paulo, no custo menor possível. Não posso dizer qual é o custo final, mas vai ser no custo menor possível.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Só um aparte, Vereador, aproveitando que o Sr. Pagano está falando, porque o senhor disse que o senhor tem inclusive um estudo da Fipe, e o estudo da Fipe fala o quê, que está correto ou não o preço que é exercido em relação aos contratos?



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:58

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. PAGANO - Não, não, a Fipe não está opinando sobre isso.

A Fipe está estudando a possibilidade de quais são os custos ao longo do prazo para fazer o deslocamento dos investimentos. Depois tem uma parte que se refere, por exemplo, aos custos administrativos, que são aqueles que, no meu entender, são os mais complicados de resolver. Efetivamente, cada empresa tem os seus custos e eu não posso chegar para o senhor e dizer: "O senhor tem que diminuir o salário do seu funcionário". Isso aqui é uma coisa difícil. Mas, afinal, pelo que eu estou sabendo, o estudo da Fipe vai fazer... como nós temos acompanhado também, vai estudar todos aqueles que são os valores residuais que têm que ser diminuídos ao longo dos anos para não realizar os investimentos. Mas depois, a tarifa final entre município e concessionárias é um problema de caráter político que está sendo resolvido entre as empresas, eu não posso... Mas a Fipe não disse, não fez comentários sobre a validade da tarifa ou não, não fez comentários pelo menos, eu não tenho visto comentários dos técnicos a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vereador Toninho Paiva.

O SR. TONINHO PAIVA - Sr. Ricardo, o senhor não respondeu qual a possibilidade da durabilidade desse futuro aterro que vocês querem instalar lá. Agora, a outra preocupação que me passa, além do Sr. Pagano estar falando... porque em todo e qualquer segmento que você faça prevenção, que no caso aí seria uma publicidade forte para que educasse a população, para que realmente ela fizesse uma coleta seletiva e que acabasse que nem o Jooji falou, que joga-se estopa, troca óleo em fundos de quintais; isso tudo a gente sabe,



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 629 do
Processo nº 39/67
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:59

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

principalmente nas zonas mais periféricas. E São Paulo é uma cidade que constantemente há invasões, constantemente e aí a minha preocupação, que não vai sobrando mais terreno, entendeu. Se o senhor pegar a zona Leste - eu conheço muito mais profundamente porque eu sou da zona Leste -, ali já não vejo mais. Eu conhecia o aterro de Engenheiro Goulart quando era criança ainda; hoje já está totalmente habitado. Outra colocação que eu gostaria que o senhor respondesse junto: foi falado que a gente demora mais ou menos, depois de desativado o encerramento do aterro, vinte anos tendo uma vigilância até para que ele não possa ser invadido. Isso tem um custo e eu acredito também que não é um custo muito barato, porque a gente vê no contrato inicial um valor grande, foi falado um valor de 50 milhões, mas não vê no seguimento, depois, o que é no final, para você dar continuidade nisso. Então, isso que fique claro também das empresas - está certo? -, porque para a população em geral e para todas as empresas tem um custo grande, mas não é bem por aí. Lógico que precisa ser uma fiscalização por parte do Executivo, no caso a Limpurb, para que realmente... se é feita essa vigilância, se é replantada a vegetação lá. Isso eu não sei se é feito pela Limpurb.

O SR. RICARDO ACAR - Ricardo, da Ecourbis. Com relação à primeira pergunta, o nosso aterro sanitário está previsto... o novo Citi Floresta, para atender à demanda da cidade de São Paulo por em torno de 24 anos, que é o tempo que a gente entende necessário, que outras tecnologias até possam aparecer, se for o caso, para estar



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:60

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

substituindo eventualmente a tecnologia de aterro sanitário. O da Ecourbes, o Citi Floresta.

- Intervenção ininteligível.

O SR. RICARDO ACAR - Não. Logisticamente, levar tudo para um aterro Citi Floresta todos os resíduos da região Noroeste fica inviável, o sistema não comporta. Seriam 14 mil toneladas/dia num aterro só. Não tem aterro no mundo que receba 14 mil toneladas por dia, fora a logística de transporte.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sr. Presidente, eu queria, se o Ricardo me permitir... Não quero fugir no assunto, mas nós temos que nos fixar num tema que para mim é anterior a toda essa discussão que nós estamos aqui realizando. Primeiro, a verba que existe no contrato da concessionária para conscientização ambiental é de meio por cento do valor do contrato. No deslocamento que a Fipec estuda, ela é reduzida para zero um por cento(?). Então a gente precisa ser realista. Não adianta depois dizer que a concessionária vai fazer uma coisa que ela não terá condições de fazer. A grande pergunta que se faz é a seguinte: as concessionárias têm o preço correto ou não têm?

Se têm, vamos caminhar para frente; se não têm, toma-se alguma providência, porque nós não podemos ficar nos enganando, em primeiro lugar, e depois a cidade de São Paulo. Desculpe o clamor e a insistência do assunto, mas eu acho que a gente precisa colocar as coisas na mesa, porque depois não haverá tempo para nós tomarmos as providências.

Folha nº 630	do
Processo nº 3967	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:61

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Eu agradeço. Mais alguma pergunta?

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Eu gostaria também de solicitar aos Vereadores mais rapidez, para que a gente possa ouvir também os outros.

Tem a palavra.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Eu concordo com V.Exa. O fato é que esse assunto é muito amplo, muito sério e muito urgente, eu diria. O senhor tem toda razão, Sr. Luiz Gonzaga, mas mesmo assim eu ainda queria prosseguir no tema específico. Acho que a Comissão de Finanças vai ter que se debruçar sobre esse assunto que o senhor mencionou. Aliás, o estudo que nós pedimos da Fipe é exatamente para que nós possamos nos posicionar melhor quanto a isso, mas como esta CPI trata do passivo ambiental, gostaria de tratar de um tema que ainda não foi mencionado aqui, que eu julgo muito importante: o lixo hospitalar, quem faz a coleta do lixo hospitalar e o tratamento. Muito bem, eu estou me referindo a isso porque recentemente, dia 12 de outubro, Dia das Crianças, a imprensa, a Gazeta noticiou que foram apreendidos brinquedos falsificados que continham, em sua composição, lixo hospitalar. Isso é muito grave. Mais recentemente aqui na Mooca, 15 dias atrás, a imprensa noticiou que sacos de lixo hospitalar foram abandonados sob viaduto da região da Mooca. Quer dizer, nós sabemos da gravidade disso. Gostaria que os senhores pudessem nos informar como isso pode ocorrer.

Folha nº	631	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	632	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Deputado José A. Aruta		
RF 10.671		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:62

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. AFRÂNIO - Afrânio, da Loga. Começando pela segunda colocação, essa ocorrência se verificou na área que é atendida pela Loga. É a Loga que faz a coleta dos resíduos hospitalares nessa área onde foi encontrado esse lixo. A obrigação dela é de fazer a coleta na dependência dos geradores e não fazer coleta de resíduos hospitalares jogados nas calçadas, mas quando encontramos também recolhemos. Nesse caso, particularmente, essa ocorrência se repetiu por pelo menos três dias. Nós encontramos indícios, nos materiais que estavam jogados, de que eles poderiam pertencer a um hospital próximo, nos dirigimos a esse hospital alertando de que poderia estar havendo alguma irregularidade que fosse de conhecimento ou não deles. Alertamos a Limpurb sobre o que nós estávamos identificando e estamos cumprindo com o nosso compromisso que é recolher. Enquanto encontrarmos esse material lá, nós vamos sempre recolher, mas existem providências que cabem a outras entidades. A nossa atividade não é de fiscalização, a nossa atividade é de prestar o serviço da coleta. Então, nós comunicamos isso à Limpurb, que temos conhecimento que já se dirigiu ao local e também já está se reportando a quem de direito.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Então pergunto ao Sr. Pagano qual é o procedimento da Limpurb numa situação como essa, porque teve o caso de encontrar na Mooca, no viaduto, que eventualmente, vamos dizer assim, na pior das hipóteses pudesse ocorrer um acidente dessa natureza. Mas o outro problema é fabricação de produtos, brinquedos que as crianças podem manipular, com lixo hospitalar. Eu gostaria que o senhor



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 633 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Gerando José A. Costa
RF 10.671

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:63

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

esclarecesse a esta comissão: numa situação como essa, como a Limpurb atua, quais são os procedimentos.

O SR. PAGANO - Pagano, da Limpurb. Sobre a fabricação de brinquedos com lixo hospitalar, eu estou conhecendo agora, não posso dar nenhuma informação.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Rede Gazeta, do dia 12 de outubro.

O SR. PAGANO - Eu, infelizmente, não tenho lido a Gazeta, o senhor me perdoe.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - É a rede de televisão.

O SR. PAGANO - Sei. Desculpe, mas não sabia desse caso. Mas nós agradecemos à imprensa, porque esse sistema do hospital disparou um sistema que efetivamente estamos julgando válido. Só para ter uma idéia, à parte a informação que chegou da Loga, nós já estávamos sabendo, nós mandamos fiscais, hoje temos fiscais lá dentro, junto conosco tem a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, estamos acionando o sistema de zoonoses, estamos em contato... aliás, já estive lá também a Anvisa, os coordenadores do Governo do Estado de São Paulo, enfim. Aquela é uma fundação que tem dois hospitais lá na Mooca e, com uma certa surpresa...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor poderia nos informar qual fundação?

O SR. PAGANO - Fundação... Não estou lembrando o nome. Me perdoe.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor poderia depois encaminhar essa informação à comissão?



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 634	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

rod. R01 fl.:64

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. PAGANO - Perfeitamente. Posso dar o nome da fundação e o nome dos dois hospitais. Se chamam São Pedro e... Não sei, não estou me lembrando do nome. Mas o importante é que a nossa fiscalização atuou, está atuando lá dentro, está verificando o que aconteceu. Na realidade, parece que foi algum profissional menos avisado - profissional não, algum funcionário menos avisado - que misturou lixo hospitalar com lixo normal e, de maneira imprópria, colocaram esse lixo a 800m do hospital. Nós estamos solicitando da empresa o nome da fundação, estamos querendo o nome da empresa que eles contrataram para fazer o transporte de lixo comum, não hospitalar, porque eles fazem o lixo hospitalar, porque nós vamos.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Esse procedimento pode ser considerado crime ambiental?

O SR. PAGANO - Possivelmente. Tranquilamente. Sim, senhor.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - É importante que nós identifiquemos os agentes.

O SR. PAGANO - Sim. Nós estamos pedindo, estamos exigindo que o hospital nos forneça o nome da empresa que faz o lixo normal deles porque esse daqui, quando são geradores, mais de 200 quilos por dia eles devem contratar uma empresa para fazer o transporte de lixo para o destino final. A Loga está fazendo o transporte de lixo hospitalar corretamente. Não temos nem a Loga e nem a Rebock nenhuma observação a fazer, está fazendo corretamente. Esta foi uma impropriedade que, com surpresa nossa, também o superintendente do hospital, Dr. Paulo, disse que para ele foi uma surpresa. Assim mesmo



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº	635	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	Fernando José A. Aruta	
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:65

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

nós atuamos, já multamos, já temos 2.500 reais em multas, duas de 2 mil por uma disposição do lixo, por não ter registro na Limpurb que era vencido, por maltratamento de lixos hospitalares. A Secretaria do Meio Ambiente está lá dentro também e a Secretaria do Estado estão lá dentro para verificar para fazer o tratamento do sistema de saúde dentro dele. Com nossa surpresa, não sei como isso aconteceu, efetivamente estamos vendo. É extremamente grave. Estamos vendo que o hospital tem um aspecto moderno. Quando entramos lá vimos que está aparência de limpeza. Infelizmente não podemos entrar na parte administrativa de fazer uma investigação de polícia. Por todos os temas, a disposição da Prefeitura antecipada foram acionadas para verificar o que aconteceu, realmente, neste hospital.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Mas o senhor não tem o nome do hospital?

R - O hospital se chama São Pedro. Não lembro o nome da fundação. São dois.

P - Depois o senhor poderia levantar e encaminhar, para esta comissão?

R - Não tenha a menor dúvida. A curtíssimo prazo. Inclusive o representante da Secretaria do Meio Ambiente está sabendo porque ontem foi lá com o nosso inspetor.

P - Gostaria de ouvir.

O SR. FREDERICO - Sou diretor do Decon de Fiscalização Ambiental. Assim que soubermos desse fato através da imprensa do *Jornal da Tarde* designei uma equipe composta de biólogos e engenheiros civis



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº 636 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10 871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:66

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

para fazer uma diligência até o local. Constatamos que o local da disposição fica a aproximadamente 800 metros do hospital, Hospital Mooca que inclusive tem três nomes distintos. A informação que eu tenho é que a empresa, o hospital terceirizou a administração do hospital com um nome totalmente diferente. Não é nem o nome de uma clínica.

P - É uma fundação?

R - É uma fundação mas parece que terceirizou.

P - Eles estavam falando S. Pedro, o senhor está falando Hospital Mooca...

R - E tem, parece um quarto nome, que foi terceirizada, essa informação foi obtida em loco. Então, qual é a situação? Primeiro aspecto: o local onde foi exposto realmente ontem não constava nenhum vestígio porque a Limpurb, os caminhões de coleta já tinham removido os indícios. Entretanto, o colega de Limpurb nos informou que através de foto tinha provas concretas de que o resíduo era hospitalar e era proveniente desse hospital. Inclusive com, não sei se tinha, indicações no Hospital da Mooca. Nesse aspecto existe um processo administrativo, de fiscalização de Limpurb, que eles ficaram de encaminhar para a gente justamente todos os detalhes das providências de Limpurb e que nos vai subsidiar para aplicar a Lei de Crimes Ambientais com relação à empresa que faz a coleta domiciliar. Na realidade a responsabilidade, no nosso entendimento, não é da empresa que faz a coleta de resíduo de saúde e sim da empresa que foi contratada pela Fundação Nelson Líbero, que é o nome do Hospital da Mooca. Existe um contrato de terceirização



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:67

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

da administração do hospital de uma empresa chamada Asebras - Serviços Médicos Hospitalares Ltda.

P - E o que faz a Asebras?

R - Na verdade ela administra o complexo hospitalar.

P - O Sr. Pagano disse aqui que a Limpurb não pode ter acesso à determinadas dependências do hospital. A quem cabe, efetivamente, o direito legal de fazer essa inspeção interna? Anvisa, Polícia Federal?

R - Isso, na realidade, para verificar a questão do Plano de Gerenciamento de Resíduo de Saúde a Vigilância Sanitária Estadual. Existe o impasse entre a Vigilância Sanitária Municipal mas devido a alta complexidade do entendimento legal parece que não passou ainda a atribuição do Estado para a Covisa municipal. Então, a equipe da Vigilância Sanitária Estadual esteve ontem no local fazendo a diligência. A nossa equipe da fiscalização ambiental, nós nos apoiamos na Lei Federal de Crimes Ambientais. Temos o poder de polícia administrativa através do artigo 69 da Lei de Crimes que adentramos em qualquer estabelecimento para fazer a diligência e aplicar a sanção cabível. Então, requisitamos da empresa terceirizada Asebrás o contrato que vincula a empresa que faz a coleta domiciliar com a Asebrás. Foi-nos cedida uma cópia do contrato e verificamos que a empresa que fazia essa coleta é a empresa Novo Horizonte, nome fantasia. Parece que está oficialmente registrada em nome de Reginalda Aparecida Darqui, uma microempresa. Verifiquei no site da Receita Federal, isso tudo ontem, no final da tarde, que essa empresa na realidade não é especializada em coleta domiciliar. Então, o que

Folha nº 637	do
PROCESSO Nº	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 638	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

rod. R01 fl.:68

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

acontece? É uma empresa, pela atividade registrada na Receita Federal, ela faz coleta e reciclagem de papéis.

P - Então, ela não tem cadastro?

- Apartes fora do microfone.

R - Parece...

P - Que medidas a Limpurb tomou em relação?

R - Estamos só aguardando o processo com documento, com registro fotográfico. O colega da Limpurb fez o flagrante desse material para que possamos instruir e aplicar uma multa pesada da Lei de Crimes Ambientais. A partir do momento em que tivermos elementos probatórios para apontar como infratora ambiental essa empresa Novo Horizonte, nós vamos autuar a empresa em cima da Lei de Crimes Ambientais, no caso, a medida administrativa, através do Decreto Federal 3.179/99 combinado com a nossa legislação municipal, que é o Decreto Municipal 42.833/03. Com relação ao hospital, no caso a empresa que administra o Hospital, a Asebras, lavrou o auto de inspeção, o auto de intimação para que a empresa dentro de 30 dias apresente o plano de gerenciamento de resíduo de saúde. Aparentemente o hospital dentro do aspecto de resíduo de saúde, embora tenha um plano antigo, parece que está em ordem. Entretanto, se o hospital não cumprir esse prazo ela também será punida pela Lei de Crimes Ambientais que já estabelecemos de acordo com o Decreto 3179/99. Seria aplicada uma multa de 500 reais por leito, capacidade de leito do hospital. Então, nós aplicamos severamente com relação aos recursos da Lei de Crimes Ambientais porque é prerrogativa nossa, da Secretaria



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	639	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. A. A.		
RF 10.871		

rod. R01 fl.:69

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

do Verde através do Departamento de Controle Ambiental que está subordinado a mim.

P - Sr. Presidente gostaria de encaminhar dois requerimentos. Primeiro que a Comissão solicite tanto a Convisa quanto à Vigilância do Estado esclarecimento quanto às medidas e iniciativas que tomarem em relação a este caso. Segundo que esta comissão faça diligência a este hospital, no tempo que ainda nos resta desta comissão, que façamos uma diligência a este hospital porque é um caso extremamente grave. Utilização, poder ter acesso à população de maneira absolutamente inadequada, material derivado de lixo hospitalar é extremamente grave.

Para concluir uma última pergunta tanto à Loga quanto à Ecourbis, depois passo ao Vereador Jooji Hato. Gostaria que vocês mencionassem qual é o procedimento no caso do recolhimento, destinação, tratamento e quantidades do lixo hospitalar na cidade de São Paulo.

O SR. AFRÂNIO (Loga) - Nós coletamos atualmente tem a coleta dos grandes geradores enquadrados no grupo A que representa da ordem de 100 toneladas/dia, das duas empresas, desses resíduos. Os grandes geradores são os que têm geração acima de 200 litros/dia. Os demais são pequenos geradores. Esses resíduos são coletados pelas equipes das duas concessionárias e levados para usina de tratamento no Jaguaré onde é submetido a um processo de inertização em que os microorganismos patogênicos são inertizados e esse material pode ser



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:70

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

disposto em aterro porque não apresenta mais risco para a saúde.

Aterro sanitário.

P - Aterro sanitário.

- Apartes fora do microfone.

R - Sim, os dois aterros. São resíduos que vêm de hospitais, de clínicas, que é esse resíduo normal de tratamento de doentes, de materiais diversos, inclusive esses materiais, quando sofrem esse tratamento na usina são descaracterizados. São triturados e submetidos à inertização. Então, o conceito que se tem é que representem até menos risco para o meio ambiente e para a saúde do que o resíduo de lixo doméstico. O lixo doméstico, eventualmente, pode até conter alguma substância patogênica que ninguém sabe e que pode transmitir alguma doença para alguém, enquanto esse resíduo é todo tratado.

P - Aproveitando a oportunidade, o lixo de clínicas veterinárias também recebe o mesmo tipo de coleta e destinação.

R - O outro tipo de resíduo é o resíduo de clínicas veterinárias, que costumamos tratar como zoonoses que são resíduos basicamente de animais mortos e que são provenientes do serviço de zoonoses do Município, de clínicas veterinárias, do Instituto Butantan, de todos os estabelecimentos que, de alguma forma têm manipulação de animais, principalmente de animais mortos.

P - Clínicas. Falei de clínicas porque não está mais na memória do meu celular mas eu fotografei um cavalo morto na Estrada de Sapopemba.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:71

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº 641 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

O SR. AFRÂNIO - Isso não é com as concessionárias. O serviço que é prestado pelas concessionárias, são sempre, em qualquer tipo de resíduos, os resíduos divisíveis, que nós podemos identificar a fonte, a origem. Animais que se encontram em vias públicas são coletados por empresas contratadas diretamente pela Prefeitura.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Passo a palavra ao Vereador Aurélio Miguel, para aparte. Depois, ao Vereador Jooji Hato.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Eu gostaria de saber, porque eles só recebem o lixo que é gerado pela Cidade, dentro do contrato que têm. Tem as empresas particulares, que coletam o resíduo hospitalar.

- Manifestação fora do microfone.

P - Acima de 200, sim.

- Manifestação fora do microfone.

P - Não, mas os grandes geradores, sim. Hospitalar é só vocês?

- Manifestação fora do microfone.

P - Dos grandes geradores vai para os aterros particulares...

(NÃO IDENTIFICADO) - Positivo. Depois de tratado.

P - Depois de tratado onde?

R - Na Usina do Jaguaré. Ah, desculpe... Os grandes geradores? Desculpe.

P - Isso. A Limpurb, qual a fiscalização que faz nesses aterros? Nos aterros particulares.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GIUSEPPE PAGANO - Normalmente, é a Cetesb que tem a responsabilidade de autorizar aterros particulares. Quando ela nos



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº 642 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:72

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

pede, nós podemos fazer fiscalização também, sem dúvida. Mas, normalmente, nós não fazemos esse tipo de fiscalização. Às vezes, por exemplo, tem um trabalho que é feito também nas subprefeituras. Nós, principalmente, nesse momento, estamos fazendo a fiscalização daqueles que são os trabalhos feitos pelas concessionárias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Só para esclarecer o Vereador Aurélio Miguel, acima de 200kg por dia é grande gerador e não faz parte do contrato de concessão, não é? E esses geradores têm os seus depósitos particulares para...

O SR. JOOJI HATO - E a fiscalização do...?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO ACAR - Sou Ricardo, da Ecourbis. Deixa eu fazer um esclarecimento aqui, pra que fique claro pros Srs. Vereadores: os resíduos domiciliares até 200 litros por dia por domicílio são de obrigação das concessionárias retirarem, são serviços divisíveis de limpeza urbana. Estou falando de resíduos domiciliares. Os resíduos domiciliares, assim entendidos, acima de 200 litros, que chamamos de grandes geradores, não fazem parte desse contrato, já não faziam anteriormente. As empresas, geralmente, vêm do comércio, de qualquer atividade industrial ou comercial, não são suportadas pelos impostos pagos pelos munícipes. Então, elas contratam empresas privadas pra fazer a coleta, o transporte e destinação final por conta delas, em aterros adequados, controlados e licenciados pela Cetesb. Essa é a legislação na parte de resíduos domiciliares.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:73

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Na parte de resíduos hospitalares, o que nós chamamos de grandes geradores são os hospitais, não são clínicas, farmácias, laboratórios, consultórios médicos - pequenos geradores, que nós coletamos também. Todos esses resíduos de pequenos geradores e grandes geradores de resíduos hospitalares são coletados com caminhões normatizados pela ABNT, são caminhões diferentes, não são esses caminhões de coleta de lixo normal, porque eles não podem ser compactados. São caminhões estanques, vedados, não têm cantos vivos etc, tem toda uma norma da ABNT. Nós coletamos com o pessoal com EPIS, motoristas com MOP, tem todo um processo. Esses resíduos são levados a uma estação lá na Jaguaré, a maior do Brasil operando pra tratamento desses resíduos. É um sistema usado no mundo inteiro. Os resíduos são inertizados por alta temperatura e triturados. E, após triturados e inertizados, são colocados em caminhões tipo Roll-On-Roll-Off e vão pros aterros sanitários de uma ou de outra concessionária, conforme o caso.

Então, todo o resíduo hospitalar gerado no Município de São Paulo, seja de grandes geradores ou de pequenos geradores - entendam-se pequenos geradores: clínicas, farmácias, laboratórios de análises clínicas, veterinários - isso tudo é coletado pelas duas concessionárias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vereador Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - Eu queria só perguntar sobre a fiscalização. Se vocês fiscalizam só de um pólo gerador - por exemplo, de uma clínica, de um hospital - ou no local de destinação. Explico:



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:74

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

por exemplo, vocês, na Loga ou na Urbis, a Limpurb chega a ver a descarga de um caminhão, abrindo aqueles sacos de lixo pra ver qual o tipo? Faz alguma amostragem, faz alguma pesquisa? Há alguma fiscalização sobre isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GIOSEPPE PAGANO - Realmente, o lixo que é coletado pelas concessionárias, eles levam pros aterros e despejam normalmente. Nós cuidamos, por exemplo, daquela que é a coleta seletiva - vocês estão falando a respeito da coleta seletiva -, onde se faz a triagem, se faz a separação; depois, é destinado, quando é o caso, pros próprios aterros ou pros próprios catadores - aqueles que estão fazendo a triagem, revendem diretamente para as empresas. Mas pesquisas sobre o tipo de lixo são feitas periodicamente pra verificar qual é a característica do lixo urbano. Mas, neste momento, nós não estamos fazendo. Confesso que, praticamente. Periodicamente, por exemplo, a cada ano, é feita uma pesquisa pra ver qual é o tipo de lixo que é coletado em São Paulo.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sr. Pagano...

R - Mas não fazemos esse controle nas empresas. A cada quatro meses.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sr. Pagano, eu gostaria de saber do senhor - aproveitando a oportunidade, não sei se o os senhores podem nos esclarecer - esse grande produtor, esse grande gerador, qual é a quantidade de lixo produzida por esses grandes geradores? E a que



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 645 do
Processo nº 3967
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Arata
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:75

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

aterros é destinado esse lixo no município de São Paulo? Porque suponho seja significativo.

O SR. LEÓN - Sou León, de Limpurb. O Setor de Cadastro do Departamento de Limpeza Urbana tem esses dados. O grande gerador, quando vai se cadastrar lá, ele não só faz a declaração do volume que ele vai gerar, mas também existe um documento que se chama manifesto de carga. Para cada viagem de resíduo que sai do estabelecimento que seja o grande gerador, ele vai declarar o que ele está encaminhando e a quantidade que está encaminhando. Agora, o que ocorre, como...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Agora, por exemplo, o Shopping Paulista é um grande gerador.

R - Sim, seria.

P - O Shopping Paulista, a sua administração é encarregada de comunicar à Limpurb, SSO.

- Manifestação fora do microfone.

P - Está registrada. Mas ela faz isso regularmente?

R - O cadastro é renovado anualmente. O grande gerador tem que se recadastrar anualmente informando a quantidade de lixo e tipo de lixo.

P - Anualmente?

R - Anualmente.

P - Então, quer dizer... Digo isso porque tive a oportunidade de fazer o estudo de qualidade de lixo num instituto ao qual eu pertence. E eu verifiquei que, ali, não há controle nenhum, ou seja, da divisibilidade, da mensuração. Eu me referi a um shopping, mas há



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:76

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

os grandes conglomerados comerciais, de serviços. Então, a impressão que me dá é que um registro e uma informação anual é muito precário do ponto de vista do controle ambiental da produção desse resíduo. Quer dizer que, hoje, então, os senhores não saberiam nos dizer qual é o volume desses grandes produtores, vamos dizer assim, de resíduos?

R - Nós poderemos informar em função do cadastro. Essa é a informação que nós temos, é uma informação do próprio gerador...

P - Não tem fiscalização...

- Manifestação fora do microfone.

P - O senhor... Por favor.

NELSON DOMINGUES - Sou Nelson Domingues, Diretor Operacional da Ecourbis. Nessa questão dos grandes geradores, eu gostaria de frisar que a obrigação contratual nossa é estar informando constantemente o poder concedente - no caso, Limpurb - da existência desses geradores, o que é feito, então, sistematicamente. Então, se nós detectamos, por ocasião da nossa coleta domiciliar, que existe algum estabelecimento novo que venha a ter sido implantado, ou mesmo algum que passou a colocar na via pública para coleta o seu resíduo acima desses 200 litros, então, nós notificamos oficialmente o Departamento de Limpeza Urbana pra que ele confirme, então, essa situação e nos determine a suspensão da coleta desse estabelecimento. O.k? Então, uma vez consumada, essa verificada e as concessionárias sendo notificadas para paralisação, a gente cessa a coleta. E esse estabelecimento, evidentemente, tem que buscar no mercado uma empresa, independente das concessionárias, pra fazer esse serviço. O.k?

Folha nº 646
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Senador José A. Costa
RF 10.871



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº 647	do
Processo nº 39/02	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:77

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Senhores...

O SR. JOOJI HATO - Eu tenho uma informação, Presidente Montoro. É que eu liguei agora pra uma oficina mecânica. Como o Nelson tinha me dito que vocês não recolhem lixo de oficina mecânica, de posto de posto de gasolina... Eu estou muito preocupado com isso, porque existem oficinas clandestinas, postos de gasolina clandestinos etc, que jogam vasilhame, estopa encharcada de petróleo, que é altamente nocivo e contaminante. Eu liguei pra uma oficina agora, eles falaram: "Não, eu deixo o lixo lá na frente, o caminhão passa; o que recolhe do meu vizinho" - que tem, inclusive, residências vizinhas a essa oficina que é de um amigo meu - "recolhe, joga e leva embora". O que o senhor diz disso?

R - Evidentemente, existem até, é sabido, estabelecimentos que, pra driblar, vamos dizer, escapar da obrigação de contratar uma empresa, colocam o seu lixo ao longo de um canteiro central...

P - Não, não, ele coloca na frente da oficina.

R - Não, estou exemplificando que existe essa possibilidade de estabelecimentos colocarem seu lixo ao longo da via, embalado num saco plástico, tal qual um lixo domiciliar; e nós não temos como ficar abrindo os vasilhames pra verificar o que existe dentro. Quando nós verificamos que existe uma grande oficina mecânica, evidentemente, as equipes estão instruídas pra ver se aquele resíduo não é um resíduo comum, está certo? Porque pode, evidentemente, ter um resto de óleo, uma estopa contaminada, que seria um resíduo classe 1, e vasilhames,



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:78

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

está certo? Então, via de regra, se a gente vê que existe um estabelecimento desse, com essas características, a gente notifica.

P - Mas vocês não fazem nenhuma inspeção...

R - Não, ...

P - Por isso que eu perguntei pro Pagano e pro Jun se eles fazem a fiscalização na destinação, lá no aterro. Porque vocês, abrindo os sacos, ... Você vê, por exemplo, o lixo hospitalar de um hospital clandestino ou clínica clandestina, aí, vocês vão... qual o caminhão que trouxe, a região que esse caminhão passou... Assim, começa... Acho que isso é o objetivo desta CPI, fazer com que vocês possam fazer uma amostragem. Não dá pra abrir saco de todos os caminhões, mas uma amostragem de um caminhão de cada cem, por exemplo, vocês terão uma pista pra que não contamine o meio ambiente.

R - Complementando, ...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Eu entendi, Vereador Jooji Hato, que essa fiscalização é feita na análise que é feita constantemente no depósito, no destino. Se lá tiver uma quantidade muito grande de produtos não-adequados, eles vão saber, através desse laudo que eles fazem periodicamente.

O SR. NELSON DOMINGUES - Sr. Presidente, quero esclarecer que existe uma outra obrigação contratual das concessionárias, que é proceder semestralmente à análise. Aí, sim, nós separamos o lixo oriundo dos diversos distritos da cidade de São Paulo. Esse lixo é aberto, quarteado, analisado e caracterizado.

Folha nº 648 do
Processo nº 39/67
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José de Aruta
RF 10.871



Câmara Municipal
São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:79

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº 649 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

O SR. JOOJI HATO - E vocês encontraram vasilhame de óleo, estopa e lixo hospitalar nessas inspeções?

O SR. _____ - Se tiver, Sr. Vereador, ele, com certeza, aparece, não é?

P - Tem dados?

R - Não sei, assim de ca...

P - (Manifestação fora do microfone, ininteligível)...

R - Vem, vem muito vasilhame, vem; mas a gente não pode dizer se aquele vasilhame está contaminado, porque aí o saco ele é aberto, OK? Você encontra, abre o lixo domiciliar e você vai ver a composição, a composição característica desse resíduo.

P - E o vasilhame de um óleo de motor, certamente está contaminado, sempre tem o resíduo de óleo que é altamente contaminante.

R - Sem dúvida.

Os postos normalmente trabalham com tambores de 200 litros, está certo? E também com garrafinhas plásticas. Oficina mecânica evidentemente trabalha com vasilhame menor.

O SR. _____ - E o lixo da boca-de-lobo?

R - Esse nós não recolhemos e tampouco recebemos.

P - Que é imenso.

R - É, é muito grande. Mas esse não está atrelado ao escopo das concessionárias.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Pela ordem, pela ordem, Sr. Presidente. Só para concluir.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:80

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº	650	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Com a palavra o Vereador Chagas.

P - Eu quero requerer que esta Comissão solicite à Limpurb as informações quanto às concessionárias que fazem as coletas acima de 200kg/dia, para que esta Comissão possa ter informação - quantos e quais são. E, vamos dizer assim, o registro de legalidade de informações.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Solicito à Secretaria que tome as devidas providências.

P - Agradeço, e acho que foi extremamente rico para esta Comissão esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Muito obrigado.

O SR. JOOJI HATO - Eu queria também, Presidente, que a Urbis mandasse para nós, e a Loga mandasse para nós esse relatório dessas inspeções, desse material.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - OK, estão solicitado.

Eu queria, em nome da CPI, agradecer muito aos depoentes: prestaram um serviço muito grande à Câmara de Vereadores, a esta Comissão; agradecer à EcoUrbis, ao Ricardo e ao Nélson; agradecer à Loga, ao Luiz Gonzaga e ao Afrânio; agradecer ao Pagano, da Limpurb, e ao Leon, a presença; e verificar se alguém quer fazer algum pronunciamento final. (Pausa) Por favor, Afrânio.

O SR. AFRÂNIO - Apenas para registrar, Presidente: as duas empresas estarão deixando, agora aqui, exemplares dos relatórios de



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:81

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

acompanhamento e monitoramento dos aterros, que elas executam, conforme eu já havia dito anteriormente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Esta Comissão agradece.

O SR. LUIZ GONZAGA - Eu gostaria apenas - Luiz Gonzaga - de registrar o meu agradecimento, e dizer que a Loga está à inteira disposição. Reforço o convite para que nos visitem, tanto a empresa, transbordo quanto os aterros. Não há nenhum problema. Quando a Edilidade paulistana assim desejar, nós estaremos de braços abertos, esperando para uma visita de inspeção. Será muito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Agradeço muito o convite.

Eu particularmente estou muito interessado, e vamos ver se a gente consegue agendar e visitá-los o mais breve possível.

De qualquer maneira, agradeço muito a presença e a atenção que vocês dispensaram a esta Comissão.

O SR. _____ - Dr. Montoro, eu agradeço o convite, agradeço a colaboração. Estamos sempre à disposição. Muito obrigado pelo que nós pudemos fazer; vamos ver como inclusive melhorar essas nossas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Esse é o nosso objetivo, a qualidade de vida da população.

Eu gostaria...

- Manifestação fora do microfone.

Folha nº	651	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Comando José A. Aruta		
RF 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:82

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - É, os senhores estão...

Mais uma vez, agradecendo. (Pausa) Desculpe, eu não tinha anunciado a presença da Vereadora Marta Costa. Eu solicito que o Sr. Milton (?), da Bann Química, a Srta. Glória, Elizabete e o Sr. João Guimarães, da Subprefeitura, para que tomem assento, para que a gente possa fazer a abertura.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Como?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Então, vamos lá.

Maurício, verifica para mim: é Adriana, da Bann Química, é isso?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - (Manifestação fora do microfone) Adriana, Milton, ... (Pausa)

- Despedidas, fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vamos lá.

Folha nº	652	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº 653 do
Processo nº 79/02
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:83

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Oscar, da Subprefeitura; Sr. Frederico, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, poderia permanecer? (Pausa)

Então, vamos lá com a questão dos nomes.

É o Sr. Milton, da Bann Química - não; Adriana, da Bann Química. (Risos) Adriana, da Bann Química; o Frederico, da Secretaria do Verde; o Oscar - Subprefeitura de Ermelino;

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Caio e Sandra, também da Bann Química.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Bom, iniciando, primeiro agradecer a presença de todos, a atenção dispensada a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu passaria primeiramente a palavra à Vereadora Marta Costa, para que faça a sua intervenção.

A SRA. MARTA COSTA - Bom dia a todos. Eu pedi essa intervenção, Presidente, por conta do que nós vimos na imprensa sobre o problema que a Bann Química está atravessando e eu queria que a subprefeitura nos falasse sobre o problema que está acontecendo lá no Jardim Queralux, porque nós vimos que tem muita poluição no ar, o afluente do Tietê também está poluído, está tudo poluído. Eu queria



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 654
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:84

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

saber o que está acontecendo, porque inclusive a Banquímica está interdita, ou não está?

O SR. TONINHO PAIVA - Sr. Presidente, só para ilustrar mais. Veio algum morador da região do Keralux? (Pausa) Ele é morador, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Eu sugiro, se os Vereadores me permitirem, que primeiro vocês possam se manifestar para que depois a gente possa fazer as perguntas. Por favor, sempre se identificando antes.

O SR. OSCAR NICHÍ - Bom dia a todos. Eu sou Oscar Nichi, estou coordenador de planejamento e desenvolvimento urbano da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, neste momento estou representando o Subprefeito Eduardo Camargo Afonso. Jardim Keralux é um bairro consolidado, ele fica numa parte muito importante que é ao lado da USP Leste e ao lado está a zona industrial composta da Belgo (Ininteligível), a Bann Química, Viscosfan, Coopercel e Alis(?), e do lado oposto está a antiga fábrica Assis(?), que é de vidro. Estou há um ano e meio na Subprefeitura e através do fórum que está acontecendo mensalmente, com participação dos principais órgãos competentes, inclusive de todas as indústrias, inclusive os representantes aqui da Banquímica, que nunca se negaram a participar e colaborar e tentar solucionar da melhor maneira possível. O histórico mostra que há tempo atrás existe a contaminação do solo porque no local existe (ininteligível) foram enterrados BHC, então tem contaminação do solo e lençóis freáticos e existe contaminação do ar também. De que forma? Que o bairro é um



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	655	do
Processo nº	39/67	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:85

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

bairro já em desenvolvimento avançado, existem em torno de três mil residências e aproximadamente oito mil moradores. Existe UBS, que é Unidade Básica de Saúde, dentro do Jardim Queralux e que, pela criatividade dessa... gerenciamento da UBS, fizeram um levantamento histórico onde... onde se deu muita doença de pele e doença de garganta. Então, através desse histórico, estamos com os principais órgãos competentes fazendo fórum mensal, de que... qual melhoria que devemos levar para a população local, a qualidade de vida que a Subprefeitura quer levar para o local, porque esse é o grande objetivo da Subprefeitura e a USP Leste tem colaborado bastante cedendo espaço para as nossas reuniões mensais. Temos, paralelamente, duas reuniões, uma é uma rota alternativa para quê? Que caminhão carregado de produtos perecíveis da Bann Química, ele transporta para o Jardim Queralux. E a equipe, a comissão está coordenada pela Subprefeitura, achando uma outra rota alternativa para quê? Para que, num eventual acidente, a gente tenha condições de chegar ao local mais rápido possível. Por quê? Nós temos uma única entrada, que é via Ayrton Senna. Os carros de menor porte, carros de passeio, podem entrar pela entrada do Parque Ecológico, uma entrada muito precária, que um carro com escada magiro do corpo de bombeiros não passa pelo local, o pessoal que conhece bem o local tem esse conhecimento. Se o corpo de bombeiros... se tiver um incêndio, alguma coisa na indústria ou no próprio bairro Jardim Queralux, tem que sair da Penha, pegar a Ayrton Senna para chegar no Jardim Queralux. Por que dessa rota que nós estamos querendo? Na entrada do Cimento Lise(?), na ponte de Cumbica



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:86

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

existe uma entrada, então nós estamos querendo que passe pela antiga fábrica Matarazzo e que chega nessas indústrias, Viscofan, Coopercel e Banquímica. Essa alternativa que a gente está buscando, já está num processo bem avançado. Participam dessa reunião a Cetesb, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, CPTM, CET, USP, Covisa e demais indústrias participando junto conosco para ver qual a melhor solução que a gente vai chegar no local. Lá existem três propriedades, que é a Cisper, Banco do Brasil e uma massa falida. O que que acontece? Existe um estudo da área do Banco do Brasil feito pela Waterloo. A Waterloo fez estudo do solo e esse estudo está colocando em cheque pelo seguinte: que nós precisamos fazer um estudo da área total, não de uma área parcial. E que se nós perguntamos para os moradores: "A poluição incomoda?", eles vão falar "Não". "Contaminação do solo incomoda?", eles vão falar "Não". O que eles querem? Título de propriedade dos lotes e emprego. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente interditou a fábrica Banquímica, não sei se foi um mês ou dois meses... 59 dias...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de concluir a exposição, Sr. Oscar, nós temos aqui a presença também do diretor do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, Dorival Batista, e de membros da comunidade que eu gostaria, com sua licença, de poder convidar também para participar da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Pois não, estão convidados. Sr. Oscar, pode concluir, por favor.

O SR. OSCAR NICHÍ - Desculpe não ter falado do Sindicato, mas o Sindicato também participa conosco no fórum...

Folha nº	656	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10 871		



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	657	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	Fernando José A. Aruta	
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:87

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

- Intervenção ininteligível.

O SR. OSCAR NICHÍ - Sim, e as comunidades locais também, as lideranças também têm participado dos fóruns. Retomando, a Banquímica foi interditada por 59 dias, conforme informação dos diretores da Banquímica, pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Cetesb, não é?

- Intervenção ininteligível.

O SR. OSCAR NICHÍ - Só Secretaria do Verde e Meio Ambiente. E ela foi autorizada a funcionar e a Subprefeitura, através da Defesa Civil, a cada dois dias está fazendo monitoramento local na área externa, para quê? Se detecta vazamento ou não, e isso não tem ocorrido. E Subprefeitura está buscando o quê? Que a Banquímica se adeque... a qualidade de vida, que dê qualidade de vida para os trabalhadores e para os moradores adjacentes.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vamos ouvir agora... Por favor...

O SR. CAIO - Caio, da Bann Química: A Adriana, ao meu lado, é gerente geral da unidade de Ermelino Matarazzo. Primeiro, gostaria de agradecer a oportunidade de vir aqui para esclarecer exatamente o que aconteceu, porque teve muita informação na imprensa, enfim, umas coisas desencontradas, então é importante a gente dar um panorama geral do que é a empresa, rapidamente, no tempo que a gente foi convocado aqui, de quinze minutos, dar um panorama geral do que é a empresa, o que aconteceu na empresa exatamente e qual é a situação atual. Depois estamos aqui abertos para qualquer tipo de



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 658 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod. R01 fl.:88

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

esclarecimento que for necessário. Então, gostaria que a Adriana desse esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Pois não. Sempre pedindo brevidade, porque nós estamos com o tempo quase que esgotado.

A SRA. ADRIANA - Bom dia a todos. Adriana, Bann Química. Nós fizemos uma apresentação muito breve para que possamos passar um panorama geral do que é a empresa. Houve muito assunto na mídia, só que agora é a oportunidade nossa de poder configurar o que é lá dentro, algo que realmente muitos aqui não conhecem. Bom, esse é o nosso parque industrial, nós estamos aqui dentro da região de Ermelino Matarazzo. (Pausa) (Ininteligível) Bom, então a gente... Aqui está um pouco do histórico da Ban, nós somos uma empresa brasileira, fabricamos insumos para a indústria da borracha. Potencialmente são indústrias de pneus que consomem produtos da Ban. Temos uma unidade certificada conforme o ISO 9001/2000, qualidade ISO. Nós empregamos aproximadamente 400 colaboradores em nossa planta de Ermelino Matarazzo e mantemos lá na região de Ermelino Matarazzo, junto ao Jardim Queralux, um projeto chamado Projeto Banviver. Nós entendemos que a compatibilização da empresa junto à comunidade é algo importante para a nossa sobrevivência. Então, nós estamos aqui com algumas informações. A Ban é signatária do Programa Atuação Responsável, um programa mundial da Abiquim. Nós temos a parte de efluente líquido industrial - agora propriamente entrando na questão meio ambiente, que foi a pauta da discussão de hoje, que é a discussão, aliás -, nós temos aqui... nós fazemos um tratamento prévio dos nossos efluentes



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 659 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:89

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

líquidos, na sequência nós conectamos à rede coletora da Sabesp. Essa conexão aconteceu agora, durante o período de interdição da Ban pela Secretaria do Verde. Nós vínhamos negociando com a Sabesp essa interligação, devido ao projeto Tietê, desde 1992. Mais profundamente os estudos se efetivaram a partir de 2004, ficaram um pouco mais intensos os estudos e somente com a interdição da Ban nós conseguimos efetivar a interligação do efluente líquido. Aqui nós colocamos algumas fotos da própria documentação que a Sabesp nos enviou comprovando a interligação. Então, o efluente da Ban não segue mais para o Córrego Mongaguá.

Continuando, ali tem a parte que eu... nós temos aqui uma parte de emissões atmosféricas. Fala-se muito na questão de poluição no Jardim Queralux e a questão de incômodo. Nós temos um processo que gera uma emissão de H_2S . Esse H_2S é sulfeto de sódio, hoje ele não é mais somente emitido para o fler(?), que é um processo de queima, combustão, e sim ele passa por absorvedores em dióxido de sódio, transformado a emissão atmosférica num produto de valor comercial que se chama hidrosulfeto de sódio. Então, a emissão atmosférica que antes seguia para um fler para queima, hoje segue como valor comercial, como produto, para indústria do curtume. Aqui é um dado da estação medidora da Cetesb. A Cetesb instalou uma estação móvel de monitoramento da qualidade do ar dentro do posto de saúde do Jardim Queralux. O período... a partir do dado 1.700, aí a Banquímica foi... teve a sua paralisação no dia quatro de agosto pela Secretaria do Verde. Então, aqui são dados de TRS, enxofre total reduzido, pega moléculas de



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	660	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:90

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

enxofre dois menos, enxofre na forma reduzida. Então, aqui a gente pode notar que, mesmo com a Banquímica parada, existem picos de emissões... de medições de TRS, o que nos coloca uma dúvida nessa questão de imputar somente à Banquímica a questão de poluição, a questão de saúde pública. Não que nós não sejamos responsáveis, somos contribuintes por estarmos na região de Ermelino Matarazzo, mas essa estação móvel deixou muito claro para nós que o fato da Ban parada, desde o dado 1.700 até o final, e ter a medição de TRS, ou seja, as emissões foram captadas, não dá para colocar somente à empresa toda a responsabilidade sobre o fato. No próximo slide eu vou colocar um pouco de informações sobre a parte de resíduos sólidos. Todos os resíduos sólidos gerados na Ban hoje são identificados, armazenados e destinados com Cadre(?), o inventário é feito pela nossa área de meio ambiente, que foi colocada dentro da fábrica desde 2002, nós temos uma área ambiental que cuida. Também aqui, só para fazer a abordagem, tanto a parte de resíduos sólido como efluente líquido como emissão atmosférica consta do TAC que nós firmamos junto à Secretaria do Verde. Outras ações que nós implementamos. Nós temos um estudo de análise de risco, porque nós estamos numa comunidade de sete mil pessoas em torno da Ban e temos também 400 diretamente todos os dias dentro da empresa. Nós fizemos uma análise de risco e nós, dentro da análise de risco, nós... essa é a nossa configuração. A Banquímica tem a escala de gerenciável, então são tomadas medidas... tomadas ações para que a gente continue mantendo aqui dentro da escala do gerenciável. Isso é feito através de estudo de modelo matemático...



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 661	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:91

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Pela ordem, Sr. Presidente, só para, aproveitando o pronunciamento, um esclarecimento. A senhora falou "Nós fizemos". "Nós" quem? A própria empresa?

A SRA. ADRIANA - Isso, exato.

- Intervenção ininteligível.

A SRA. ADRIANA - É, serviço terceirizado, nós contratamos uma empresa... Desculpe...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - A própria empresa ou algum instituto, laboratório?

A SRA. ADRIANA - Uma empresa especializada. Exato, uma empresa contratada fez esse estudo de análise e risco.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Quem?

A SRA. ADRIANA - Brida Consultoria. Bom, aqui, a seguir nós colocamos... após o estudo de análise de risco foi feito o programa de gerenciamento de risco e o PAE, que é o Plano de Atendimento de Emergências. Aqui são algumas fotos que nós utilizamos, onde nós fizemos e fazemos também os simulados para simular acidentes e como que a gente vai atuar com a nossa brigada de incêndio, brigada de emergência em qualquer eventual ocorrência dentro da fábrica. Então, aqui são simulados diurnos, noturnos, simulamos até acidentados para que a gente saiba quanto tempo de resposta existe entre a ambulância descer, o enfermeiro atuar, levar para um ambulatório, levar até um hospital. Aqui foi um simulado que nós contamos com a questão de quanto tempo demora para fazer o abandono das áreas, ou seja, se em caso de alguma eventual emergência, ocorre o abandono da área. Nós



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 662	do
Processo nº 39/67	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:92 taq. rev.: evento: 8620 data:09-11-06
Orador(es):

temos também, voltando aqui a essa parte de simulados, nós temos um simulado feito com a comunidade do entorno. Nós convocamos a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, Cetesb, nós fizemos um grande simulado para avaliar o tempo de resposta também com relação à comunidade. Eu tirei o *slide* para não ficar muito pesado, mas nós também temos essa informação. Aqui são as nossas salas de controle, então as (ininteligível) dos processos da Ban, nós fizemos... estamos fazendo ainda a automação para fazer o controle à distância e tirar o operador de próximo dos controles. Isso foi algo que nos ajudou muito, porque nós começamos a implementar um processo de mudança dentro da fábrica, inclusive para as pessoas que lá estão conosco. Aqui são alguns painéis, esse aqui é o controle do fler(?), onde nós controlamos a chama, ou seja, 24 horas nós monitoramos a chama do fler para que não seja... não tenha ocorrência de apagamento. Aqui são sistemas de automação que foram implementados, chaves de nível nos nossos tanques, ou seja, em caso de nível alto ou alto-alto, acaba a alimentação dos tanques. Aqui são os processos enclausurados. Nós tínhamos antigamente os nossos reatores em boca aberta, nós fizemos o enclausuramento, onde nós deixamos de ter exposição ocupacional e também ambiental?

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Desde quando?

A SRA. ADRIANA - Essas modificações foram feitas no início de setembro deste ano.

(NÃO IDENTIFICADO) - Foi uma das medidas do TAC, foi durante a interdição da empresa.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 663 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod. R01 fl.:93
Orador(es):

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

A SRA. ADRIANA - Prosseguindo, aqui nós temos nossas autoclaves, onde nós fizemos...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Só uma pergunta: quanto tempo os senhores atuaram sem enclausuramento?

A SRA. ADRIANA - Sem enclausuramento na região, entendo que desde o início do processo, em termos de fechar, hermetizar...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Quantos anos?

A SRA. ADRIANA - São 36 anos, porque nós iniciamos a operação em outro bairro, ali em Ermelino nós estamos há 40 anos.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Os senhores não foram notificados sobre o procedimento por nenhum órgão público?

A SRA. ADRIANA - Nós somos fiscalizados pelo órgão ambiental.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - É o órgão ambiental não...

- Intervenção ininteligível.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Foi autuado...

A SRA. ADRIANA - Então, como questão ambiental, nós fazemos o controle das nossas emissões.

P - Mas os senhores foram autuados ou não?

R - De dessa parte aqui, não.

P - Não, não é?

R - Não (Pausa) Não, devido a este processo aqui, não.

P - Então, foi... Isso é prevaricação. Se não foi, é prevaricação. Eu vou pedir enquadramento depois.

A SRA. SANDRA - Por favor, peço a palavra. É Sandra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Sandra.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 664	do
Processo nº 39/67	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	✓

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:94

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

R - Sandra. Sandra, advogada da Bann Química.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Sandra, por favor.

R - Enclausuramento, enclausuramento do... é uma forma de controle de processo industrial. A Bann foi autuada, sim. Sofreu 33 multas pela Cetesb; vem sofrendo autuações pela Cetesb desde o início de suas atividades e recentemente, então, essas multas foram diminuindo em função das adequações.

Eu não saberia dizer agora para o senhor, mas nós podemos informar, nós podemos informar isso e encaminhar ao senhores.

Ela foi autuada, sim, várias vezes; foi autuada pela Secretaria do Verde bem mais recentemente; e ela foi autuada. E vieram diminuindo os volumes de multa, em função das adequações.

P - E pela Cetesb?

R - Pela Cetesb. Estou dizendo, pela Cetesb, 33 autuações, pela Cetesb.

O SR. _____ - Continuar?

A SRA. _____ - O senhor está. Desculpe, porque eu tinha entendido pela questão do enclausuramento, tá? Então, ...

Bem, então, aqui é: nossos tanques, onde nós temos sensores detectores de gases. Em caso de qualquer tipo de vazamento, nós temos o sensor, o detector, que apita dá o alarme de luz e ele fecha os... (ininteligível)... automaticamente, evitando assim que os vazamentos ocorram para fora da nossa extensão.

Então, nós entendemos que nós tivemos que apanhar um pouco - apanhamos mesmo, isso não precisamos negar para ninguém, isso é fato;



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 665
Processo nº 39/67
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:95

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

são quase 60 dias aí de paralisação onde nós estamos mantendo 100% do nosso quadro funcional; não houve demissão na fábrica, e também não vai haver. Isso vem ao encontro de uma mudança de postura, uma mudança de cultura, uma mudança de mentalidade.

Então, essa... isso é o que nós colocamos, a partir de agora: priorizar a parte de segurança dos nossos colaboradores, da comunidade do entorno, a melhoria dos nossos processos, para que a gente consiga aí ter uma convivência agradável aí com todos.

Então, meu nome: eu sou Adriana, sou Gerente Geral da Planta, desde outubro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vereadora Marta.

A SRA. MARTA COSTA - Dra. Adriana, a senhora falou que, mesmo com a empresa parada.

Não, do enxofre, não é?

R - Isso.

P - Então, você acha que imputaram a culpa só à Bann, e você acha que não foi... Vocês acham que vocês estão sendo perseguidos, então?

R - Não digo perseguição. Eu digo que não se pode colocar somente à Bann a culpa por dano à saúde pública, a Bann na saúde à população, a Bann na ação dos trabalhadores, a Bann... Como tem saído na mídia, como saiu na mídia.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

Mas nós não estamos discutindo outro caso; nós estamos discutindo o caso da Bann.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folha nº 666
Processo nº 39/67
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:96

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

R - Então, é por isso que eu falei. Nós não estamos...

P - Em relação ao enxofre, a senhora acha que não é de responsabilidade da Bann?

R - Não, somos responsáveis. Tanto que, por isso...

P - Ah...

R - ... Fizemos uma melhoria.

P - É isso o que nós estamos falando. Não estamos discutindo outro caso. É o caso Bann.

R - Sim, entendo.

O SR. CAIO - Caio, da Bann Química.

Vereador, para que fique claro: a empresa não está querendo fugir de responsabilidade nenhuma, e nem imputar qualquer tipo de poluição a responsabilidade a outra empresa, e querer se eximir de qualquer tipo de culpa ou responsabilidade que ela tenha.

O que a gente quer deixar claro para todo mundo, e a gente vem insistindo - e, por isso que a gente participa sempre dos debates na USP, da Rota Alternativa; é por isso que a gente está aberto a qualquer tipo de conversa: é que a empresa não pode ser... Se trata de um pólo industrial, uma área industrial que foi ocupada, em que hoje existe um bairro consolidado.

Então, a grande quantidade de indústrias que existe lá não autoriza que a gente atribua à Bann Química a responsabilidade exclusiva e única por todos os problemas que existem lá. A gente tem a nossa responsabilidade, é evidente, porque a empresa é uma indústria química que tem suas emissões. É só isso que a gente queria...



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:97

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. TONINHO PAIVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

- Manifestação fora do microfone.

R - Aí eu preferia que a Secretaria do Verde falasse, porque... para não ser parcial.

- Manifestação fora do microfone.

R - Não, não. A BHC não é da Bann Química. A BHC não é da Bann Química.

O SR. TONINHO PAIVA - O senhor

Pela ordem, Sr. Presidente.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. _____ - Matarazzo.

R - Isso. É isso o que estou querendo dizer, Vereador. Não é tudo que é da empresa.

O SR. TONINHO PAIVA - A Secretaria do Verde possui uma relação das indústrias lá?

O SR. _____ - Sim, nós temos.

Vereador, eu queria pedir um aparte.

Folha nº 667 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 668
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:98

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

P - Porque eles vêm aqui, lógico, colocam; estão assumindo, mas eles querem também que, pelo que foi colocado, existem outras empresas poluidoras lá.

R - Sim.

P - Isso foi bem claro aqui.

R - Sim.

P - Então, nós precisamos saber da relação das outras empresas.

R - Sim.

P - Inclusive o Dr. Oscar, que é o representante da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, do Eduardo, que possa nos fornecer outras indústrias, porque também não é justo; que a gente possa realmente condenar só a Keralux.

E eu gostaria, Sr. Presidente, se assim V.Exa. e os demais entenderem que os representantes do sindicato também pudessem colocar, para que depois pudéssemos ampliar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Claro que sim. O nosso problema é tempo, não é? Não sei até quando... Nós tínhamos a reserva da sala até à uma hora. Faltam cinco minutos.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Primeiramente, vamos ouvir...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Para o encaminhamento, sobre o encaminhamento.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:99

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº 669
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vereador Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Nós temos, para sermos realistas, nós temos seis minutos, perfeito? Eu quero sugerir a V.Exa. que ouçamos aqui o Verde e do Meio Ambiente - eu acho que vai ser até possível. E nós convidamos novamente a Bann, para a reunião em que estará também presença a Nitro, porque efetivamente não vai dar para nós, com o tempo que resta aqui, discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Nós podemos passar um pouco da uma, Vereador.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vamos tocar o que der. Não dá para...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vamos lá, vamos lá.

Frederico, por favor.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Por mim, eu fico o dia todo. É que regimentalmente nós temos um prazo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vamos lá.

O SR. FREDERICO - Boa tarde, senhores. Frederico, da Secretaria do Verde.

Eu queria apresentar a nossa ação fiscalizatória para esclarecer como foi o procedimento e por que das autuações. Inclusive nós não fazemos interdição de estabelecimento e sim suspensão da



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:100

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

atividade poluidora. Então, suspendemos a atividade poluidora da emissão de efluentes industriais e também da poluição do ar através de poluentes atmosféricos que não é somente determinado tipo de substância química. Era realmente pó que estava sendo emitido na ocasião da vistoria. No dia da vistoria, felizmente, não tínhamos vento. Então, percebemos, inclusive, odores de produtos químicos, inclusive estocados e manuseados na empresa.

Gostaria de fazer uma apresentação com relação à nossa fiscalização no dia 4 de agosto deste ano.

- Vários apartes fora do microfone.

O SR. FREDERICO JUN - Na realidade esta foto é a parte externa da empresa Bann Química onde verificamos o entorno da emissão de efluentes provenientes da Bann Química. Só que isso não foi confirmatório.

A próxima foto é o entorno da Bann Química. Uma foto geral que verifica a vegetação. Esta parte é o Córrego Mongaguá que circunda a empresa Bann Química e é um afluente do Rio Tietê. Detalhe do tipo de resíduos que não são comprobatórios, inclusive, da Bann Química, é por conta dos efluentes.

- Apartes fora do microfone.

O SR. _____ - Sim, são resíduos mas não é a Banquímica contribuinte. Isso não dá para saber. Estamos fazendo um levantamento. Isso que está no TAQ, a análise do material. Essa é uma sequência que existe já um certo tipo de resíduo que não é proveniente só da Bann.

Folha nº	670	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 671 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:101

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Essa parte não dá. Pode passar.

Essa parte é a estocagem do resíduo industrial da Bann Química. Essa é última situação no dia 4 de agosto e hoje mudou. Na ocasião, embora tivesse o cabre a disposição de resíduos em tambores era inadequada. Isso acabou tendo a nossa intervenção. Isso é parte da irregularidade que constatamos em loco. Ela realmente não estava de acordo com a norma exigida. Aqui são os indícios, chamamos de pó amarelo, possivelmente por conta de vazamento do filtro manga, no processo industrial. Na realidade não foi apenas uma emissão atmosférica não visível. Foi visível e o que caracterizou foi o odor.

Essa foi uma foto que tiramos de algumas emissões que necessariamente não era o odor proveniente do flar ou do processo de queima. Na ocasião não estava funcionando. O que verificamos? Eles estavam com um processo industrial parcialmente paralisado na parte de bannox.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor está dizendo que o odor não derivava da atividade da Bann?

R - São várias situações, processo industrial, estocagem de material e pó que constatamos indícios. De falta, o problema no filtro. Então, esse galpão, por exemplo, onde tem o produto final bannox, nós constatamos que tinha vapores do produto e, praticamente, não conseguimos ficar dentro do galpão. Fotografamos e, posteriormente, foi solucionado pela empresa através do enclausuramento das esteiras.

Essa é uma vista da empresa, da parte interna.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:102

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Folha nº 672 de 66
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

Desculpe, não conseguimos fazer uma sequência lógica. Isso é uma parte da reunião da nossa equipe no primeiro dia da intervenção. Tivemos de elaborar, emitir diversos autos.

Aqui é uma caixa de inspeção de uma caixa subterrânea que acumula os diversos efluentes industriais. Depois passa para a estação de tratamento de efluentes.

Essa é outra vista, da parte onde eles manuseavam os produtos, uma plataforma onde achamos que não era adequado. Essa parte também é uma vista geral da área de armazenamento. Começamos a verificar os detalhes.

Na questão dos detalhes verificamos que os produtos estavam todos espalhados ao longo do parque. Estava inadequado. Esses foram os fatos. Começamos a acumular diversos fatos relevantes, inclusive manter limpo e não estava limpo. Era um pouco contraditória esta situação. Isso bem claro, no dia 4 de agosto deste ano. Então, embora tenha toda a documentação pertinente na prática ela não estava adequada do ponto de vista dos nossos experts que são químicos e engenheiros-químicos, pessoas habilitadas, profissionais experientes, que fizeram a inspeção. Fizemos a inspeção com uma equipe de 11 técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Ficamos 16 horas fazendo a inspeção da indústria. Desde a inspeção até a aplicação da sanção. Começamos às 10 e terminamos praticamente à meia noite de sexta-feira.

P - A inspeção foi comunicada anteriormente à empresa?



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 673 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:103

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. FREDERICO JUN - Não porque fizemos uma programação da vistoria e vazou. Era para ser feito em uma quarta-feira. Ficamos sabendo que vazou então tivemos de fazer uma operação surpresa junto com a Covisa.

P - Vazou?

R - Isso.

P - Como vazou?

R - O pessoal já estava sabendo, não sei se a empresa, mas a informação foi que "olha, já está sabendo".

P - Isso é mais perigoso!

R - É. Então, aqui um detalhe da empresa, da parte da chaminé, do queimador, que não estava funcionando. Estava desligado, não é que não estava funcionando.

Aqui uma vista da parte dos fundos da empresa, a parte remanescente. Aqui a parte de tratamento que existe da empresa, que vai ser inclusive reformada, melhorada para adequar à exigência da Sabesp.

Aqui é o ponto de lançamento do efluente industrial depois do tratamento. Na ocasião verificamos que esta caixa de inspeção tem a calha. Então, a tonalidade do efluente é essa mesma depois do tratamento. A vazão, na ocasião de nossa vistoria, variava entre 25 a 35 m³ por hora. Esse efluente saía diretamente ao Rio Mongaguá e, conseqüentemente, para o Rio Tietê. Para nós era muito complicada a situação dessa fábrica durante 50 anos. Depois da assinatura do TAQ, antes da assinatura a empresa já providenciou e efetuou ligação



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:104

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

definitiva na rede da Sabesp. Então, aí deve-se registrar, um fato relevante, um ganho ambiental que a Bann Química tomou as providências e ficamos extremamente satisfeitos com esta atitude.

Continuando. Esse é o entorno da Bann Química. Uma visão geral da parte dos fundos. Esses são medidores, equipamentos instalados atualmente, que vão modernizar, inclusive, esta estação de tratamento. Tem uma série de placas indicativas sobre os cuidados.

Ali demonstra que a ausência de vento. Então, tivemos condições de conferir o odor. Ali a vizinhança do Queralux.

Então, começamos a fazer um levantamento pontualmente no processo industrial. Por isso que falo, a parte de poluentes. Aqui a mostra dos tanques da situação de manutenção na época. O pó amarelo, aquele resíduo depositado. É lógico que em situação de vento acaba criando um poluente atmosférico. Aqui a situação dos tanques que a parte de inspeção a tampa ficava totalmente aberta. Então, não sou químico mas tinha um odor muito forte, parecido com amônia. Contribuía muito com relação a odor misturado com outros produtos. Isso acabava incomodando a vizinhança. Hoje não mais por conta da providência.

A escada demonstra a corrosão. É uma atmosfera corrosiva. Esses são os detalhes que estávamos verificando, inclusive a parte de combate a incêndio que estava aberta. A estocagem dos produtos que verificamos.

Novamente a disposição dos resíduos. Aqui volta novamente a parte da estocagem de resíduos industriais. São várias fotos de várias equipes e acaba sendo demonstrado, repetitivos, até.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 675 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:105

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Como tínhamos 11 pessoas e três equipes, uma equipe acabou fotografando o mesmo ponto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Frederico, não seria o caso de resumir? Veja bem, estamos com um problema de tempo, fazer um resumo e uma conclusão.

O SR. FREDERICO JUN - Em cima disso a nossa equipe, fizemos um tipo de conferência técnica na própria Bann Química e nossos técnicos chegaram à seguinte conclusão: primeiro ponto - efluente industrial. Tínhamos elaborado um laudo técnico ambiental sobre o ganho ambiental, sobre a parte de poluentes atmosféricos também tínhamos feito um laudo ambiental com relação aos poluentes atmosféricos, também deposição irregular dos resíduos industriais e também o dano em torno da Bann Química - não a partir de Keralux - por conta dos efluentes que nós detectamos, que não sabíamos se eram provenientes de mina d'água natural, ou se da própria Bann Química, ou se de algum tipo de contribuinte.

Nós emitimos auto de multa - um com relação a efluente industrial, de 35 milhões; e outro de 25 milhões, com relação aos poluentes atmosféricos. Nós deixamos, também, intimação com relação à disposição dos resíduos industriais, de acordo com a norma, e também um compromisso de verificar o monitoramento da parte externa da Bann Química. E nós condicionamos...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor poderia informar os resíduos?

O SR. FREDERICO JUN - São vários resíduos...



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	676	de	39/07
Processo nº	Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta			
RF 10.871			

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:106

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

P - A empresa, por certo, pode, né...

R - É, eles têm o ...ininteligível... , são vários produtos, e eu não saberia informar o detalhamento. São vários produtos. Nós fizemos, então, paralelamente, uma suspensão de atividade do poluente, tanto atmosférico como o de efluente industrial. Como o processo industrial era o mesmo, não tinha como fazer uma suspensão parcial, ou separar o efluente industrial do atmosférico. Então, tivemos que suspender totalmente a atividade de produção. Só que difere da interdição. A imprensa divulgou: fechamento, interdição; não é, é uma suspensão parcial. Então, na realidade, foi uma paralisia. Na verdade, foi um tipo de anestesia local temporária. Significa o seguinte: que a parte de armazenamento, a parte de vendas, toda a parte administrativa funciona normalmente; só a parte produtiva ficou interrompida. Então, o que acontece? Durante a nossa interrupção, a condição era a seguinte: que a empresa apresentasse, propusesse um termo de ajustamento de conduta pra adequar a questão das emissões e também reparar o dano. Então, a empresa tem 14 mil metros quadrados de construção - é isso? - em uma área... 16 mil, e cerca de 80 mil metros quadrados de terreno. É muito grande a empresa, é um complexo muito gigantesco. Então, o que acontece? Esse TAC é uma série de documentos técnicos sofisticados que a empresa propôs, inclusive, da modernização dos equipamentos. E teve, então, uma discussão, e isso perdurou a suspensão. Paralelamente, teve uma interdição judicial por conta do Ministério do Trabalho, que...



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 677 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:107

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. CAIO - Quanto a isso, eu queria falar que difere um pouco...Vou pedir pro Frederico concluir, depois eu esclareço a questão da justiça do trabalho, que não foi nem interdição,... Caio, da Bann. Não foi nem suspensão ou interdição; houve um acordo judicial. Existe uma ação no Ministério Público do Trabalho, uma ação civil pública pra garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores - desculpa, Frederico, só pra pontuar essa questão - e houve uma audiência. O processo está na 63ª Vara do Trabalho, é um processo público. O Ministério Público do Trabalho é o Ministério Público Federal. E eles pediram a interdição da empresa, interdição total das atividades. A juíza indeferiu a liminar e, numa audiência preliminar, de justificação - porque existe essa audiência preliminar -, o Ministério Público reiterou esse pedido. Então, foi feito um acordo judicial - por isso é que não foi suspensão nem interdição - pra que a empresa continuasse mais 20 dias sem atividade, já que ela já estava interditada pela Secretaria do Verde pra que a juíza do Trabalho nomeasse um perito da confiança dela e vistoriasse a empresa in loco pra saber se a empresa tinha condições ou não de ter segurança. A empresa ficou esses 20 dias pra fazer essa perícia e, ao final dessa perícia, a juíza concluiu que a empresa tinha condições de segurança, desde que acompanhada regularmente pela Justiça do Trabalho, que é o que está sendo feito atualmente. Então, só pra finalizar, não houve interdição nem suspensão por nenhuma ação judicial do Ministério Público Federal; houve um acordo que suspendeu durante 20 dias, e



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	678	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:108

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

depois desses 20 dias a empresa voltou a atuar com a supervisão da Justiça do Trabalho.

O SR. FREDERICO JUN - Inclusive, eu queria deixar bem claro que a empresa... Todos os pedidos da empresa Bann com relação à manutenção do sistema... Porque, embora tenhamos suspenso parcialmente a atividade produtiva, equipamentos não poderiam estar totalmente paralisados pra prejudicar... comprometer a funcionalidade dos equipamentos. Então, periodicamente, eles pediam autorização pra fazer a manutenção, e nós autorizamos. Então, na realidade, não teve nenhum intuito de prejudicar a empresa e sim de que a empresa voltasse. Então, demorou por quê? A empresa estava discutindo com a Secretaria do Verde a assinatura do TAC, que é o termo de ajustamento de conduta. Daí nós tínhamos as exigências mínimas, que eram: ligação do efluente industrial na rede da Sabesp, enclausuramento das esteiras, pra diminuir a questão dos vapores e odores; e apresentação do plano de monitoramento dos poluentes da empresa, envolvendo desde efluente, a parte externa, parte da vegetação, sondagem do solo, da água subterrânea... Por quê? Verificando se existe contaminante, nós solicitamos, então, a empresa, se for confirmatória, a remediação. Então, na verdade, foi uma série de exigências num único termo de ajustamento de conduta. Isso se arrastou por 50 e poucos dias, 59 - nós pensamos que fossem 45 -; e assim que a empresa assinou o TAC, nós imediatamente liberamos. Nós levantamos a suspensão de atividade e liberamos a empresa pra produção normal. Ela só não teve atividade normal, porque teve problema de manutenção, mesmo, dos equipamentos.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	679	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.671		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:109

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

A SRA. ADRIANA - Adriana, Bann Química. Assim que autorizado, nós reiniciamos a parte de utilidade, nós começamos a religar todos os equipamentos. Então, o processo, realmente, ele é um ciclo; reinicia com a matéria-prima, utilidades até, realmente, o final do processo.

O SR. FREDERICO JUN - Complementando, nós estamos fazendo um monitoramento do termo de ajustamento de conduta juntamente com o Núcleo Leste da Secretaria do Verde. Nós temos agentes de controle ambiental na zona Leste que acompanham periodicamente e fazem um relato com relação ao cumprimento do cronograma e da qualidade dos trabalhos.

Nós recebemos essa informação segunda-feira de que está tudo em ordem, está dentro do cronograma. E hoje eu entendo que, antes da assinatura do TAC, a empresa é considerada poluidora; e assinou o TAC e se tornou parceira da Secretaria do Verde. Isso, em decorrência da Lei de Crimes Ambientais, que, além da multa, o objetivo principal é que a empresa repare o dano ambiental o que ela está fazendo. O prazo final pra cumprimento do TAC é dia 26 de dezembro de 2008, e a legislação remete a uma prorrogação desse prazo por igual período. Então, é um trabalho árduo, de longo prazo, mas eu tenho certeza de que empresa está comprometida nessa questão ambiental e na qualidade de vida do pessoal, inclusive do Jardim Keralux.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Vereador Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sr. Frederico, o senhor poderia encaminhar pra esta Comissão cópia do TAC, do termo de ajustamento, bem como cópia da ação civil pública?



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	680	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:110

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

- Manifestação fora do microfone.

P - Com quem está a ação? O Ministério não está presente, não veio, não é? (Pausa) Então, nós podemos requerer ao Ministério Público.

O SR. CAIO - Vereador... Caio, da Bann Química. A ação civil pública, até a empresa pode fornecer uma cópia...

- Intervenções simultâneas, falas ininteligíveis.

P - Por favor. Os senhores podem...

R - ... não tem nenhum prejuízo. É que não está com ele, é uma ação do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho.

P - Mas os senhores...

R - A gente pode...

P - Perfeito.

R - ... fornecer cópia.

P - Só mais uma questão, Sr. Frederico. O senhor disse aqui que obviamente a situação do dano ambiental não corresponde somente à atuação da Bann. É isso? E qual o procedimento do Verde no caso, com as outras empresas? Os senhores fizeram esse monitoramento, o acompanhamento está sendo feito com a Bann?

O SR. FREDERICO JUN - Com relação especificamente à Bann, o monitoramento, ou o senhor está falando de outras empresas?

P - Aqui foi dito - e o senhor parece que concorda com isso - que o dano ambiental provocado na região não é somente oriundo das atividades da Bann. Se não é, o que o Verde está fazendo ou fez em relação às outras empresas...



**Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA**

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:111

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

R - Ah, sim.

P - ... que atuam no contexto de provocar um dano ambiental?

R - Frederico, da Secretaria do Verde. Primeiramente, Vereador, eu gostaria de pedir ao Presidente, se pudesse, oficial o nosso Secretário do Verde solicitando a cópia do Termo de Ajustamento de Conduta. Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Perfeitamente. A secretaria irá providenciar.

R - Tá. Com relação à providência nossa, de fiscalização, Vereador, a nossa equipe de fiscalização é muito reduzida. Eu tenho técnicos... Embora descentralizados, eu tenho 20 técnicos especializados pra fazer a inspeção; e técnicos habilitados, eu só tenho três: dois engenheiros químicos e dois químicos. Uma operação como essa, da Bann Química, praticamente a gente tem que parar todas as atividades da divisão nossa de fiscalização, porque nós temos várias demandas. Então, não temos condições de executar uma megaoperação desse porte uma por mês. Porque, até a assinatura do TAC, praticamente paramos todas as nossas atividades de fiscalização.

P - Sr. Frederico, nós estamos diante de um fato concreto.

R - Isso. Mas nós vamos fazer a fiscalização.

P - Não, não, só me permita.

R - Sim.

P - Diante de um fato concreto.

R - Sim.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	682	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:112

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

P - A Bann foi, vamos dizer assim, alvo de questionamento público, foi pra imprensa, sofreu, se não interdição - os senhores estão tentando conceituar; pra mim, não importa -, parou parte de suas atividades. Perfeito? Não foi isso?

R - Isso.

P - E, ao mesmo tempo, aqui, o senhor concordou com a opinião dos membros da Bann e os presentes de que não somente a Bann provocou dano ambiental naquela região, que é região de grande adensamento populacional, com rota, inclusive, de saída precária. Um acidente, ali, pode ser um acidente ampliado de alta periculosidade e consequência pra população. Se é assim, por que... E os senhores utilizaram cerca de 15 a 20 técnicos para essa inspeção.

R - Onze.

P - Onze. Que sejam onze, ou que sejam dez: por que isso não foi feito, então, nas possíveis empresas que estão na região e que contribuíram com esse dano ambiental, sendo que nós temos um foco ali? No Keralux, tem um problema. A Bann está sendo acionada; e as outras?

R - Vereador, eu concordo com os senhores com relação... Nós não podemos fugir à responsabilidade da fiscalização com relação às indústrias químicas. Só que, com relação...

P - Químicas, metalúrgicas e as demais.

R - Poda, corta de árvore. E o problema que nós estamos enfrentando, Vereador, hoje é com relação à ocupação de área de



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folha nº 683- do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:113

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

mananciais, área da APA. Nós tivemos essa demanda, nós tivemos que remover 23 barracos na APA do Carmo...

P - Desculpe, eu não entendi. Daria para o senhor repetir? O senhor está priorizando, em detrimento disso,...?

R - Não, não, não, eu teria que atender, simultaneamente, várias ocorrências, inclusive em cima de denúncias. Tanto é que, ontem, tive que mobilizar uma equipe especialmente pra fazer o atendimento da denúncia daquele lixo hospitalar do Hospital Moóca. Então, veja bem: eu consigo priorizar a equipe, veículo, equipamentos em função da demanda. Então, o que aconteceu com a Bann Química? Nós tivemos, além de fazer o trabalho de fiscalização, que analisar a proposta técnica do termo de ajustamento de conduta. Nós tivemos que acompanhar, inclusive o monitoramento. Então, a mesma equipe que eu tenho pra fiscalizar, eu tenho pra fazer a análise da proposta técnica e pra fazer o acompanhamento. Então, o que resta, eu ...ininteligível... como atender justamente todas as reclamações...

P - O senhor tem conhecimento das outras empresas poluidoras da região?

R - Sim, eu tenho.

P - O senhor pode apresentar a relação delas pra esta Comissão?

R - Veja bem: eu tenho condições, sim. Inclusive, solicito também a Presidência que pudesse oficialar a nossa Secretaria...

P - Por favor.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº 684 do
Processo nº 39/67
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:114

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Eu pediria que a secretaria providenciasse esse ofício.

R - Certamente, nós providenciaremos...

P - Eu suponho que o Sr. Oscar também possua na subprefeitura...

- Manifestação fora do microfone.

R - Vereador, eu queria só concluir.

P - Pois não, pode concluir.

R - Embora tenha dito que a empresa, com relação a determinado tipo de poluente atmosférico, não seja isoladamente responsável, no plano de monitoramento nosso, que ainda vai ser feito o levantamento, a sondagem, comprovar que tipo de contribuição positiva e negativa que a Bann Química está realizando. Então, nós precisamos, na verdade, fazer o exame, a análise, pra fazer a confirmação. As outras empresas, eu desconheço pessoalmente; mas nós vamos, sim, fazer a fiscalização. Isso é a nossa responsabilidade. Quanto a isso, o senhor pode ter certeza.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Só ainda aproveitando sua presença aqui, quem está fazendo a análise?

O SR. FREDERICO - É por conta da empresa contratada pela própria Bann Química.

P - Que é essa mencionada aqui pela...?

R - Não, são diversas empresas especializadas. E, na coleta das amostras, nossos técnicos farão o acompanhamento.



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 685	do
Processo nº 39/07	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

rod. R01 fl.:115

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

P - A escolha da empresa que está fazendo a análise foi feita pela Bann?

R - Pela Bann. Inclusive, empresas credenciadas. Existe uma norma técnica pelo Imetro. São poucas empresas especializadas no mercado, que não posso citar os nomes, mas não dá para fugir dessas empresas. São empresas idôneas. Inclusive, esse mesmo laudo está sendo apresentado à Cetesb. Então, na realidade, o que faremos, dependendo, é um plano mensal e trimestral.

P - Apenas a título de conhecimento - o senhor não é obrigado a responder, porque não é da Cetesb -, a Cetesb poderia fazer essa análise (Ininteligível) por empresas particulares?

R - Que eu saiba, são empresas particulares.

P - Não, eu pergunto se eles têm condições técnicas.

R - Eu não posso responder, pois não conheço.

R - Está ok, obrigado.

O SR. OSCAR NICHÍ - Sou Oscar Nichi, da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo. No Fórum de que nós participamos, e de que participa a Cetesb, solicitamos que a Cetesb monitorasse o ambiente do Jardim Keralux. Eu gostaria que, na próxima reunião, os parlamentares convocassem a Cetesb para também participar desta...

O SR. FRANCISCO CHAGAS - A Cetesb tem comparecido regularmente. Infelizmente, não está nesta. Mas, Sr. Oscar, aproveitando sua presença, eu gostaria de saber se a Cetesb já comunicou a Subprefeitura da existência de outras empresas poluidoras? E se os senhores receberam esse comunicado, essa informação.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 686	Processo nº 3967
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RE 10.971	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:116

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

R - Não, não recebemos.

P - Então, como os senhores podem constatar que outras empresas, além da Bann, estão poluindo a região? Não há como afirmar isso?

O SR. CAIO VARGA - Caio, da Bann Química. Afirmar, tecnicamente, certamente não tem como afirmar, porque ninguém tem esse levantamento.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - A Subprefeitura não recebeu nenhuma denúncia, nenhuma informação da comunidade?

O SR. CAIO VARGA - Só vou ilustrar com um fato, Vereador. Nessa ação do Ministério Público do Trabalho, a juíza do Trabalho foi fiscalizar pessoalmente a empresa para verificar as condições dos trabalhadores, etc. E a própria juíza, quando a atividade estava totalmente parada, constatou que havia um cheiro de enxofre no ar. Então a juíza mesma constatou - isso consta nos autos do processo que vamos remeter -, durante uma inspeção em que a empresa estava totalmente desativada, que havia um cheiro na região que certamente não era proveniente da empresa.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Se o Sr. Presidente permite, eu gostaria de conceder aparte ao Diretor do Sindicato, Sr. Lourival Batista.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Pois não.

O SR. LOURIVAL BATISTA - Boa tarde, Sr. Presidente, todos os Vereadores, todos os presentes. O problema da Bann Química não é de hoje. Talvez eu seja o mais velho nesta sala e posso relatar com mais



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	687	do
Processo nº	39/67	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

rod. R01 fl.:117

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

qualidade. O Sindicato começou a participar das atividades ali na região a convite da Regional de Ermelino Matarazzo. Na época, se não me falha a memória, o Prefeito era o Jânio Quadros. Foi naquela época que o Sindicato começou a participar. Ao contrário do que diz o Dr. Oscar, a reclamação número um do Jardim Keralux e dos bairros vizinhos é o cheiro. É o que mais o pessoal reclama. A Adriana sabe bem, o Dr. Caio sabe bem. E todas as reportagens foram feitas no local. A empresa teve também o direito de resposta. Quando a Secretaria do Verde paralisou as atividades, já existia uma interdição ou paralisação, que não vem ao caso, por parte da Covisa. Já havia duas torres interditadas - uma foi interditada e a outra continuava interditada. Já havia uma paralisação parcial do setor produtivo.

Outra coisa que é bom lembrar é que já houve uma audiência pública nesta Casa a pedido do Vereador Juscelino, em que a empresa assumiu uma série de compromissos que não foram cumpridos. Inclusive, anunciou sua mudança para a região de Paulina. Vocês não estavam presentes, mas aconteceu uma audiência pública aqui na Câmara Municipal há dois anos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. LOURIVAL BATISTA - Existem processos antigos no Ministério Público estadual, no setor de meio ambiente. Se não me falha a memória, há um processo que está com a Dra. Patrícia Alt(?).

Então, os problemas na região do Jardim Keralux podem não ser exclusivamente da Bann Química, mas, 60%, sim, é da Bann Química. E a Empresa tem consciência disso. As (Ininteligível) que havia queimaram



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 688	do
Processo nº 3967	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

rod. R01 fl.:118

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

(Ininteligível). Hoje não estão queimando mais, mas existia. Vocês sabem muito bem. As denúncias constantes na Cetesb, as denúncias constantes na Covisa, as ligações constantes no Sindicato, que até hoje o Sindicato vem recebendo denúncias. Outra coisa interessante é que a Empresa tinha consciência disso. Há muito tempo atrás, a Empresa tinha consciência disso. Talvez a Adriana, o Dr. Caio, os que estão presentes aqui, ainda não estivessem trabalhando nessa época, mas os trabalhadores mais antigos já faziam essa denúncia. A Covisa, a fiscalização da Covisa se deu por conta dos acidentes locais. Foram 16 acidentes de forma ampliada. Quando falo de forma ampliada, é acidente com mais de uma pessoa. E acidentes gravíssimos. Tudo isso aconteceu. Então, não foi nada por acaso, não houve perseguição à Bann Química. Infelizmente, na Bann Química aconteciam os acidentes com mais frequência.

Outra coisa que é importante também tratar aqui é que o poder local negligenciou porque ele sabe disso aí. Os moradores ligavam para a subprefeitura. Houve a visita de um vereador, do Vereador Juscelino, ao local. Houve visita da subprefeitura, no local, na região; houve uma campanha chamada pelo Padre Ticão, pela comunidade local. As denúncias na comunidade são antigas. Concluindo, existe um problema que ainda não está resolvido. Tem denúncia de moradores, tem denúncia de trabalhadores, inclusive daqueles que fizeram o serviço: existem resíduos em tambores enterrados no fundo da empresa. Hoje, por sinal, a empresa ampliou o seu muro e está dentro das dependências da empresa.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	689	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:119

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Agradeço sua participação.

O SR. CAIO VARGA - Sr. Presidente falarei rapidamente. Prometo que em cinco minutos eu concluo. Em relação a interdição da Covisa, ela não tinha absolutamente nada a ver com o meio ambiente, era uma questão de segurança do trabalhador e isso já está englobado nessa ação do Ministério Público do Trabalho, nas medidas que a empresa tomou para segurança. Em relação a saída da empresa para Paulínia, foi prometida a saída para Paulínia. Realmente, a empresa tinha intenção de ir para Paulínia porque ela tem outra planta industrial lá e que emprega mais 400 pessoas. Não foi possível, não está sendo possível, infelizmente, porque, evidentemente, para se instalar lá precisa de todas as licenças da Cetesb, dos órgãos municipais. Essas licenças não foram obtidas e não tem como a gente mudar para lá sem ter licença. A empresa não pode simplesmente mandar os 400 funcionários daqui embora e esperar a licença que pode levar mais vários anos da Cetesb.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - O senhor pode esclarecer porque não foram concedidas as licenças?

O SR. CAIO VARGA - Gostaria que depois a Dra. Sandra esclarecesse. Apenas vou concluir aqui e depois ela esclarece todos os pontos.

Em relação a ser um processo antigo, realmente é. Não estamos discutindo aqui o que a empresa deixou de fazer no passado. Acho que estamos bem claro que temos consciência disso. Estamos discutindo o que pode ser feito e a empresa está disposta a fazer tudo o que for



Câmara Municipal São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 690 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:120

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

necessário. A prova disso é o TAC que foi firmado. Sempre estamos comparecendo nessas audiências, inclusive da USP, onde é a única empresa que aparece lá. O Dr. Oscar está aqui. Quem comparece sabe disso. O Geraldo da Defesa Civil está aqui. A única empresa que comparece é a Bann Química, as outras empresas são convidadas e não vão.

O que mais ele falou? Acho que foi isso. Ah, em relação aos depósitos de tambores enterrados, não temos ciência desse tipo de denúncia, sinceramente, é uma coisa que eu desconheço. Mas, de qualquer maneira, se existe uma contaminação de solo está englobado no TAC. Então, nem vou falar que existe ou não existe esse material enterrado porque realmente desconheço, mas existe uma sondagem que está prevista no Termo de Ajustamento de Conduta.

A SRA. SANDRA - Advogada da Bann Química. O senhor perguntou porque a Cetesb não concedeu as licenças em Paulínia. É a Cetesb quem concede as licenças, que é o órgão estadual competente para emissão de licenças. As licenças ainda não foram concedidas. Dentre os inúmeros prejuízos que a Bann sofreu, um deles foi exatamente o fato da mídia colocar reportagens que não condiziam com a realidade, o exagero na mídia foi muito grande e o processo de pedido de uma pequena licença em Paulínia foi destruído com todas as reportagens.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Desculpe-me interromper, mas é a Cetesb quem concede a licença em Paulínia. É a Cetesb que também monitorava a atividade da Bann Química em São Paulo.

R. - Também. Juntamente com a Secretaria do Verde.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:121

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

P. - E a senhora está dizendo que foi a mídia?

R. - Foi exatamente a mídia.

P. - Se a Cetesb monitorava as atividades da Bann Química em São Paulo; logo, ela não precisa de informações da imprensa. Ela pode até fornecer informações à imprensa. Não é verdade?

R. - Não resta a menor dúvida. Só que as informações fornecidas pela Cetesb à mídia não foram condizentes com aquelas que foram fornecidas pela Secretaria do Verde e por toda a comunidade.

P. - A senhora está dizendo que ela forneceu informações inadequadas, incorretas. É isso?

R. - Exatamente.

P. - Perfeito, que fique registrado.

R. - Ela conferiu informações corretas.

P. - Corretas ou incorretas?

R. - Corretas. O que ocorre é que a licença da empresa em Paulínia ainda não foi pedida. Houve o pedido de uma pequena ampliação em Paulínia para se levar daqui para lá uma pequena atividade, uma pequena ampliação. Essa licença ainda não foi concedida, não que ela não vá ser concedida. A Bann ainda não sabe se vai mudar as suas atividades para Paulínia em razão de todos os investimentos que vem fazendo. E esses investimentos não são recentes, não são somente em função do termo de ajustamento de conduta. Há dois anos a Bann vem investindo milhões de dólares tanto na planta de Paulínia como na planta de São Paulo. Há dois anos havia um pedido de Termo de Ajustamento de Conduta por parte da Bann junto à Secretaria do Verde e

Folha nº 691 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.371



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	692	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:122

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Meio Ambiente. Por questões burocráticas esse Termo de Ajustamento de Conduta não foi fechado atendendo a um pedido da Bann. Então, com o advento de uma nova direção na Secretaria do Verde foi que ocorreram todos os problemas de interdição. Enfim, a Bann não nega que tem problemas. Ela efetivamente tinha problemas sérios tanto que pleiteou há dois anos um Termo de Ajustamento de Conduta para adequar a sua situação. Ela vinha pleiteando há dois anos um Termo de Ajustamento de Conduta. Esse Termo de Ajustamento de Conduta foi fechado com o advento da suspensão das atividades, que foi o único ponto positivo da suspensão das atividades: o fato de que com isso a Sabesp se viu premida a receber os efluentes da Bann, que antes se recusava terminantemente a fazer, já que os efluentes da Bann contêm alguns resíduos que não podem ser tratados. A Sabesp se recusava a receber quando recebe de inúmeras outras indústrias sulfatos. Sulfatos são basicamente sais cujo controle para lançamento em corpo d'água não é feito, não necessariamente precisa ser feito. Mas, para serem lançados...

P. - E agora a Sabesp passou a receber.

R. - Agora a Sabesp passou a receber.

- Intervenção ininteligível.

A SRA. SANDRA - Não, é sulfato, é sal, sal. Sal pode ser lançado no rio. Mas, como a Bann fica dentro da área de abrangência do Projeto Tietê, todas as indústrias que ficam na área de abrangência do Projeto Tietê, precisa, por força de lei, necessariamente, lançar seus efluentes na rede de tratamento. E a Sabesp desde 98 tem a rede. Foi



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	693	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:123

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

construída uma estação de tratamento dentro da indústria nitroquímica e ela se recusava terminantemente a receber os sulfatos porque eles estavam acima do padrão estabelecido pela legislação e o tratamento de sulfato da Bann é tecnologicamente impossível.

Então, estávamos diante de um impasse que a Sabesp não aceitava e a partir da suspensão... foi o único ponto positivo dessa suspensão. O Termo de Ajustamento de Conduta demorou um pouquinho a ser firmado porque a Secretaria do Verde insistia em atrelar ao Termo de Ajustamento de Conduta às multas plicadas e a Bann não concordava com isso. Do ponto de vista técnico havia concordância da Bann em fazer o que a Secretaria estava exigindo porque ela jamais se recusou em implementar as medidas necessárias a adequação de sua situação que reconhecia. Era uma situação inadequada, ela tinha irregularidades do ponto de vista ambiental, ela jamais negou isso. Entretanto, a Bann não consentia em atrelar o Termo de Ajustamento de Conduta aos 60 milhões de multa, que é um valor maior do que o próprio ativo da empresa. Então, essas multas estão sendo discutidas administrativamente. O Termo de Ajustamento de Conduta é um termo efetivamente técnico. A Secretaria do Verde finalmente consentiu que o Termo de Ajustamento de Conduta não fosse atrelado ao valor das multas e elas estão sendo discutidas no fórum adequado. A Bann não concorda com 60 milhões de multa, é excessivo. Então, foi estabelecida uma discussão administrativa com relação a isso. O Termo de Ajustamento de Conduta foi firmado, vem sendo cumprido; a Secretaria do Verde vem



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	694	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:124

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

acompanhando o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta e a Bann pretende ao final do prazo estar quite com a questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Oscar Nichi, da subprefeitura.

O SR. OSCAR NICHÍ - Com respeito ao presidente do Sindicato dos Químicos, a subprefeitura nunca foi omissão. Preciosa ter conhecimento de qual a obrigação da subprefeitura. A obrigação da subprefeitura é ver a licença de funcionamento, mas não a poluição do ar e do solo. Isso compete a outros departamentos. Com relação a informação que passei à Mesa, aos parlamentares e ao Sr. Presidente, é em função das pessoas que procuram a subprefeitura e que vão conversar comigo. Essa resposta foi em função das pessoas que vão me procurar.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sr. Oscar, aproveitando, o senhor disse a competência da subprefeitura qual seria em relação?

R. - Licença de funcionamento.

P. - Mas quando os senhores recebem uma denúncia, qual o procedimento?

R. - O procedimento é mandar o agente vistor até o local para vistorias em cima dessa denúncia que está tendo.

P. - Constatado pelo agente vistor, o que os senhores fazem?

R. - Abre-se o processo, emite-se uma multa...

P. - Quem abre o processo?

R. - A subprefeitura.

P. - Então, não é só conceder licença.

R. - Não.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:125

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

P. - Isso, é isso que eu esperava, muito bem. É isso que eu esperava da parte das subprefeituras: as medidas no limite da sua competência, mas não parar nas suas competências, estabelecer a conexão com os outros órgãos que são da área. É dessa informação que precisamos.

R. - Cabe a nós buscar qualidade de vida para a Subprefeitura de Ermelino Matarazzo e dos moradores. Geralmente a gente emite ofício, por quê? Nós temos um sistema de atendimento ao contribuinte, o SAC. Através do SAC o que vem? Iluminação, que é do Departamento da Ilume da subprefeitura; CET, que é um órgão de trânsito. O que a subprefeitura faz? Emite um ofício dizendo: "dá para vocês auxiliarem nessa reivindicação que a população está fazendo"? Isso a subprefeitura tem feito constantemente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Tem a palavra o nobre Vereador Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - Apenas para registrar que depois de vários anos na CPI, vimos alguma coisa objetiva. Porque em outros lugares onde tivemos a atuação do órgão fiscalizador, no caso do meio ambiente do Estado, a Cetesb e etc., e vi hoje que a Secretaria do Meio Ambiente do Município está atuando. Isso reforça a nossa tese de que temos realmente reforçar, dar força à Secretaria do Meio Ambiente na cidade de São Paulo porque é aqui que vivemos os problemas.

Às vezes, a Cetesb, a ANT, está em Brasília, está longe e, infelizmente, como foi falado, não fiscalizaram empresas vizinhas à

Folha nº 695 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.071



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº	696	do
Processo nº	3967	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:126

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

Bann por falta de estrutura. Então, esta CPI tem o papel muito importante de fazer com que aproveamos um projeto que está tramitando.

Quando fui presidente da CPI dos Postos de Combustíveis colocamos esse projeto que está tramitando e que dá muita força à Secretaria do Meio Ambiente. Quero cumprimentá-lo porque essa atitude deveria estar sendo adotada pela Cetesb, pela ANP, pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado e que não tomaram. Vila Carioca é um exemplo.

Agora, gostaria de perguntar para a Sandra e para o Caio: os responsáveis mudaram? Vocês são mais recentes na empresa. Então, gostaria de perguntar se a CPI pode localizar os proprietários ou responsáveis que enterraram ou que possam informar onde foram enterrados os produtos para evitar que fiquemos perfurando, em outros locais, porque os responsáveis sabem como aconteceu o enterro, o enterramento(?) lá das borras de petróleo, do organoclorado, lá na Shell, na Vila Carioca, por exemplo. Essas pessoas sabem, e a Ban não é tão antiga assim, não é uma empresa que tem 200 anos, cem anos.

Então, deve ter pessoas aí que saibam.

O SR. CAIO - Caio, da Banquímica. A empresa tem (ininteligível) empresa familiar. Os sócios dela são todos da mesma família e vivem todos aqui e são aptos a responder isso. Eu não sinto habilitado a falar nem que tem nem que não tem, mas a gente pode certamente pegar essa informação, até porque, necessariamente, independentemente a gente fornecer essa informação para esta CPI, para esta Casa, esse levantamento vai ter que ser feito obrigatoriamente, por força do TAC. Então, a gente vai colher essa informação, sim, com



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:127

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

os sócios, com os administradores da empresa, para poder informar à CPI.

O SR. JOOJI HATO - E eu queria também sugerir, Presidente, que a gente possa fazer uma inspeção e que, se puder, o proprietário estiver, no local, ou os responsáveis que, na época, enterraram esses produtos, e também saber que produtos são esses. Se esses produtos são, tem alguma coisa, só, é produto químico ou tem algum outro produto envolvido nisso aí.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Pela ordem, só complementando a proposta aqui, do Vereador Jooji Hato, que, na data dessa diligência, nós possamos também contar com a presença do Verde e do Meio Ambiente, porque, com certeza, como foi, elaborou, elaborou o TAC... Aliás, a Cetesb, a Cetesb, Meio Ambiente e Covisa, e quero concordar aqui também com as palavras do Vereador Jooji Hato, pela dimensão que nós já estamos observando, no trabalho desta Comissão, é, sindicato, Sindicato dos Trabalhadores, a comunidade. Eu acho que formar uma comissão participativa, vamos dizer assim, que possa ter uma idéia melhor, e mais abrangente, e concordar com as palavras aqui do Vereador Jooji Hato, pela dimensão dos problemas que nós temos, a nível do meio ambiente, de fato, requer um investimento maior por parte do município, nessa área, de instrumentalizar melhor a Secretaria, bem como a Covisa, que vejo que fica, muitas vezes, de mãos amarradas, mãos amarradas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Tem um projeto de lei que organiza o Covisa, que está para votar nesta Casa.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha nº	698	do
Processo nº	3967	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:128

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. FRANCISCO CHAGAS - É de autoria do Executivo?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Exatamente.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Vamos pedir a aceleração.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sr. Presidente, só para concluir, a empresa está, de portas abertas, para qualquer comissão de Vereador, da comunidade...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Muito obrigado.

(NÃO IDENTIFICADO) - Para poder ir lá vistoriar o que está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - O senhor tem um minuto.

(NÃO IDENTIFICADO) - Vereador, eu queria agradecer aos nobres Vereadores, aos presentes, e deixar registrado que o importante da nossa ação foi a vontade política do nosso Secretário, Eduardo Jorge, e do apoio da superior Administração, de poder realmente trabalhar com a fiscalização efetiva aqui, no município de São Paulo.

Quanto à Bann Química, eu torno a repetir, a Banquímica tem dois momentos, antes da assinatura do TAC, e posterior, porque, na assinatura do TAC, está previsto também que, caso a empresa deixe de funcionar, em São Paulo, o passivo ambiental é de responsabilidade do proprietário do imóvel, que também é Banquímica. Isso repercute inclusive na pessoa física.

O SR. JOOJI HATO - Só um aparte.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sim.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	699	do
Processo nº	3962	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
nº 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:129

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

O SR. JOOJI HATO - Só lamento que esse tratamento que foi feito no Bann(?), que tenha sido, por exemplo, para a Shell da Vila Carioca. É muito lamentável!

(NÃO IDENTIFICADO) - Veja bem, eu estou há três meses, no cargo, e pode ter certeza de que se eu estivesse, na ocasião, na ocasião, estava, em Sehab, eu inclusive tive a oportunidade, inclusive o momento político também é favorável, não é? O importante é que a Banquímica, dentro do TAC, ela é obrigada a cumprir integralmente as exigências técnicas nossas.

Então, veja bem, pode ter certeza, inclusive, todos os colegas, que vai ser uma, uma ação transparente, e a Banquímica se propõe realmente a atender integralmente às nossas exigências, e possivelmente da Covisa, que eu não conheço, mas quimicamente, tecnicamente, nós vamos estar com uma fiscalização rigorosa.

O SR. JOOJI HATO - Só para registrar, (ininteligível) que a Ban é nacional, é brasileira.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sim.

O SR. JOOJI HATO - E a Shell, ela é anglo-holandesa.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sim.

O SR. JOOJI HATO - Infelizmente, infelizmente, há dois tratamentos, que não deveriam ser, (ininteligível) um país democrático como o nosso, deve ser justo. A Ban teria que ter o mesmo tratamento que a Shell.

(NÃO IDENTIFICADO) - Vereador, eu queria deixar claro o seguinte, a lei de crimes ambientais, ela existe, desde 98, e o



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	700	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
CPF 10.871		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:130

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

decreto regulamentador, desde 99. O que eu fiz foi montar uma estratégia de ação fiscalizatória, porque aplicar multas de mil reais por 25 vezes consecutivas não surtia efeito.

Então, nós tivemos que utilizar da prerrogativa, da suspensão e aplicação da multa, para forçar o TAC. Sem uma multa, não era possível aplicar, estudar o termo de ajustamento de conduta, porque prevê inclusive o abatimento do valor da multa.

Então, esse trabalho, a longo prazo, os senhores, daqui a dois, três anos, vão poder verificar a melhoria de qualidade de vida em São Paulo.

O SR. JOOJI HATO - Sabe qual foi a diferença? Só para concluir, é que, nesse caso da Ban, nesse caso da Ban, fez a suspensão da atividade. Então, dói, no bolso do empresário, tal. Aí ele assina rapidinho o TAC. Lá, no caso da Vila Carioca, nós fizemos a interdição, não aguentou 24 horas. Por crime ambiental, pegaram uma licença. É a diferença. Se fizer a interdição lá, eles assinam rapidinho o TAC e começa a cuidar da saúde dos moradores da Vila Carioca, que não estão cuidando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Montoro) - Muito obrigado, nobre Vereador Jooji Hato. Agradeço a presença dos Srs. Vereadores, agradeço muito a presença do sindicato, que está aqui representado, da, da Banquímica, do Caio, da Adriana, da Sandra, do Oscar, da subprefeitura de Ermelino, representando o subprefeito, o Frederico, da Secretaria do Verde e Meio ambiente, enfim, todas as pessoas que colaboraram conosco, neste dia, bastante, bastante longo, e agradeço a todos a



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº	701
Processo nº	3967
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
CPF 19.871	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod. R01 fl.:131

taq.

rev.:

evento: 8620

data:09-11-06

Orador(es):

colaboração, e volto a insistir que essa, esta Comissão Parlamentar de Inquérito agradece muito a presença de vocês. Foram depoimentos muito importantes, que vão ensejar o relatório nosso, que deve estar pronto, - o nosso relator é o Vereador Jooji Hato - em meados de dezembro.

Anuncio também que, vai, logo depois, vai ter uma reunião da assessoria, que está cuidando justamente dos aspectos formais, e declaro então encerrada a presente sessão.



Folha nº 702 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

> a opinião de

Thais Costa Barbosa

BACHAREL EM SOCIOLOGIA E POLÍTICA E AUTORA DO ESTU-
DO 'A QUESTÃO DOS RESÍDUOS NA SOCIEDADE PAULISTA'

O lixo na Cidade

Quando pensamos na Cidade de São Paulo, números exorbitantes surgem em nossas mentes: milhões de habitantes, bilhões de reais movimentados diariamente é, como não poderia deixar de ser, inúmeros problemas que afetam diretamente a vida da população.

Com o lixo produzido na Cidade não é diferente: são 13 mil toneladas diárias, das quais aproximadamente 4 mil nem chegam aos aterros sanitários, ficando perdidas em terrenos baldios, bueiros e córregos espalhados pela metrópole.

Analisando a greve dos coletores de lixo, ocorrida há algumas semanas, verificamos que questões relativas à produção de lixo da Cidade se tornam cada dia mais graves. Foram suficientes apenas 3 dias com o serviço de coleta parcialmente parado (vale lembrar que 70% do trabalho continuou ativo) para nos depararmos com ruas ainda mais sujas e sacos de lixo espalhados

por todos os lados. A população reclama e se incomoda com a situação, mas não se sente parte do problema.

Há mais ou menos um século, a Cidade de São Paulo já sofria com a grande quantidade de lixo que produzia. Quando os responsáveis pela coleta passaram a receber salário por este serviço, que era prestado por escravos e infratores da lei, a Câmara da Cidade criou o "Imposto do Lixo". Mais recentemente, em 2002, com a capacidade dos aterros sanitários se esgotando, a Prefeitura instituiu a polémica "Taxa do Lixo" a fim de tentar amenizar o problema de destinação final do lixo e criar programas de incentivo à reciclagem.

Além da constatação cotidiana, temos também a história nos demonstrando o quanto necessário e urgente se faz o debate sobre essa questão. Diante disso, a pergunta que fica a ser respondida é: não passou da hora de pensarmos em novas soluções para velhos problemas?

PÁG.....2A.....



JT

JORNAL DA TARDE

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

CLASSICADOS

Jornal da Tarde

Edição Capital - SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2007 / ANO 42 / Nº 13414

JORNAL DO CARRO

Classificados: 6.019 ofertas

Tabelas de preços

QUEM É QUEM NA NOVA GERAÇÃO DOS 1.4

Comparamos a série especial Moonlight, do Peugeot 206, com o renovado Fiat Palio e o novo Citroën C3 - para eleger o melhor



Teoria de que os cidadãos que você deve tomar para prolongar a vida do motor como meio de obter o melhor resultado

868 km de ruas de terra

É estimativa da própria Prefeitura, sem contar vias de lotes irregulares. O JT percorreu várias dessas ruas e mostra a desesperança dos moradores com as autoridades



Na rua Cristóvão Lopes, Itaquera, moradores, como João Silva (foto), esperam asfalto há mais de 20 anos. Os carros não conseguem subir a via - o do jornal bem que tentou

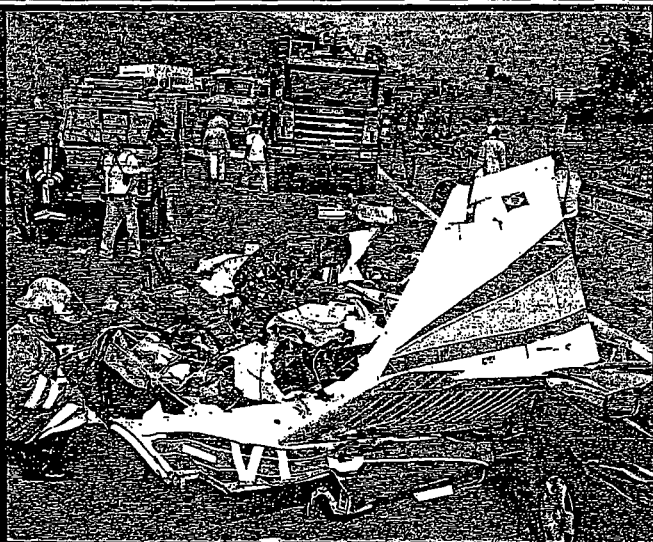
Tragédia na Via Dutra: avião cai e mata dois

Empresário ia do Campo de Marte para Guaratinguetá. Perto da cidade, ele perdeu o controle do Seneca, que bateu em um bambuzal e caiu na pista, encostando num carro. Ele e o co-piloto morreram



"Parecia cena de cinema. Quando vi o avião vindo na minha direção brequei ao máximo e tive certeza de que ele passaria por cima da gente. Nasci de novo"

CARLOS ALBERTO MANTON, 47 ANOS, MOTORISTA DO CARRO EM QUE O AVIÃO CAIU



Lula: greves de servidores são 'férias'

Ele disse que "não é possível alguém ficar 90 dias em greve e receber os dias parados"

"Como as aeronaves se chocaram no ar, o acidente não tem nada a ver com aeroportos"

LUIZ INACIO LULA DA SILVA, LÍDER DA COLIGAÇÃO JATO LEGAL COM ANAÍDEA GUL, QUE MANTÉM O PESSOAL



Como fica seu bolso com dólar a R\$1,98

Importados e viagens ficam mais em conta, mas a oferta de empregos pode cair

Sonho paulistano: sair do pesadelo

Ibope mostra que moradores desejam menos violência, mais emprego, saúde e educação

ESPORTES

Peixe joga com cautela

Lula tem a ideia de Almeria e o filho da cidade de México

Olha só quem voltou

Vampeta joga com o time do Brasil

JT leva você para andar de F-Truck em Interlagos. Saiba como na

SAIBA COMO NA

Vidas Opostas

Heitor Martinez, um monstro de dardmedo

SAIBA COMO NA



Na pista

Hoje tem guerra de iPods em São Paulo

SAIBA COMO NA

Dois irmãos

Motoqueiros não param: PM dispara. Piloto está morto

SAIBA COMO NA

Rio mais sujo

Águas do Tietê chegaram a nível zero de oxigênio

SAIBA COMO NA

Irmã Dorothy

Mandante do assassinato pega 30 anos

SAIBA COMO NA



> pra começo de conversa

DANIEL GONZALES
daniel.gonzales@grupoestado.com.br

>CENTRO>

As lixeiras inúteis

As lixeiras do Centro, instaladas em 2005 pela Prefeitura, estão todas arrebitadas. As poucas que restam praticamente não comportam volumes grandes. Exemplo: na Rua dos Timbiras, onde há muitos vendedores de côco verde, as cascas não passam pela abertura. Resultado: o cidadão tenta - mas não consegue - jogar o lixo no lixo.

>PARQUE DO POVO>

Obras? Mas nem sinal

O Parque do Povo, no Itaim Bibi (Zona Sul), espera pela revitalização prevista no contrato firmado em junho entre a Prefeitura e a Construtora WTorre. Enquanto isso, vive em más condições de conservação. Depois da retirada das quadras do futebol de várzea, o local ficou abandonado. Os vizinhos esperam que a recuperação saia logo - uma parte está prometida para setembro -, mas não há sinal de obras em andamento.

>TABAGISMO>

Está mais fácil parar de fumar

Levantamento feito pelo Hospital A.C. Camargo com os pacientes atendidos em seu Grupo de Apoio ao Tabagista (GAT) mostra que, em dez anos (96 a 2006) houve aumento de 40% para 70% no sucesso do tratamento para abandonar o cigarro. Nesse período, foram atendidas 5 mil pessoas. A explicação está nos novos remédios.

>IMIGRAÇÃO JAPONESA>

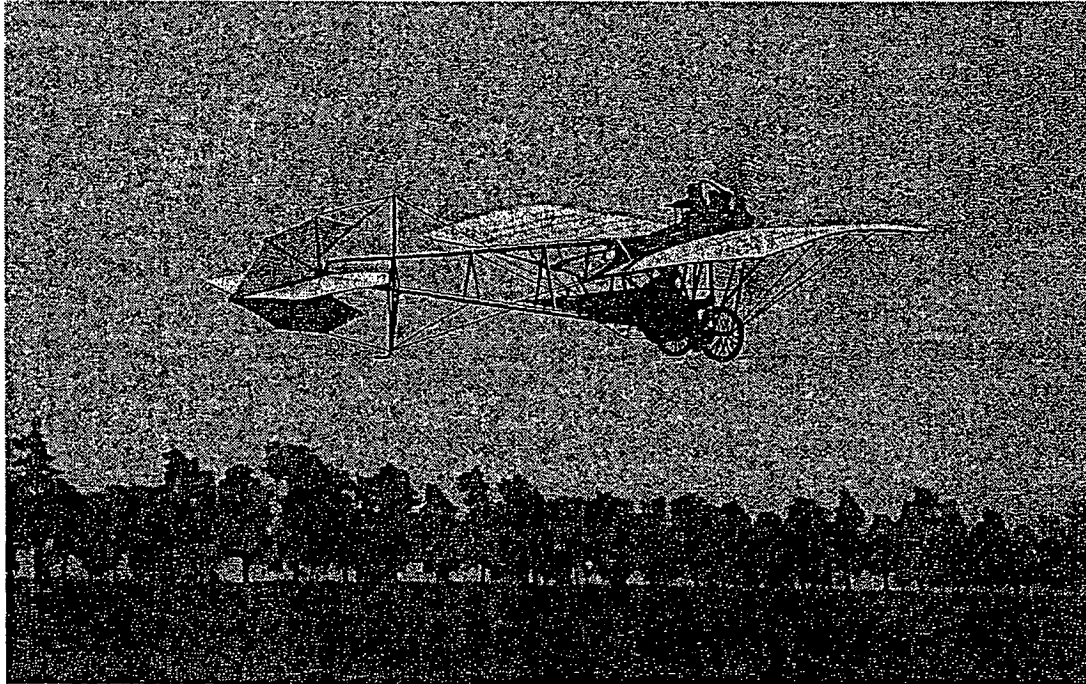
A festa já começou

É só no ano que vem que se comemoram os 100 anos da imigração japonesa no País. Mas as comemorações já começaram na Capital. No fim de semana, a Liberdade foi palco de um festival, o Tanabata Matsuri. No dia 15, o Horto Florestal (Zona Norte) virou cenário da Festa das Cerejeiras, típica do Japão. E, de 23 a 24 de julho, São Paulo sedia o Campeonato Brasileiro de Sumô.

Folha nº	703	do
Processo nº	39/07	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



DIVULGAÇÃO



>HOMENAGEM<

Vôo do Demoiselle faz 100 anos

A comemoração de 100 anos do primeiro voo do Demoiselle (foto), avião de Santos Dumont mais famoso depois do 14 Bis, prevê neste ano várias homenagens ao Pai da Aviação. A réplica da

aeronave, mantida em São Paulo pelo Instituto Arruda Botelho, esteve na França, no festival aéreo de La Ferté Alais, que ocorreu em Cerny e reuniu outras 18 aeronaves históricas. O Demoiselle também

passou por Paris durante a feira de Le Bourget. O primeiro voo de Santos Dumont no avião ocorreu em dezembro de 1907 (foto). O avião chegava a impressionantes 90 km/h para a época.

PÁG.....2A.....

Justiça manda empresas cumprirem contrato, mas greve de lixeiros continua em SP

Publicada em 14/04/2007 às 16h47m

O Globo Online, CBN



Folha nº 704 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

SÃO PAULO - A greve de lixeiros, iniciada nesta sexta-feira na capital, continua a prejudicar a população. Em vários bairros da cidade, principalmente na periferia, o mal cheiro e a grande quantidade de lixo acumulada tomam conta das ruas.

A Prefeitura de São Paulo conseguiu liminar nesta sexta-feira à noite que determina que as empresas Ecourbis e Loga cumpram seus contratos com o governo municipal. Caso isso não aconteça, ambas poderão ser multadas em R\$ 100 mil por dia.

A coleta de lixo na capital paulista, que não tem esse tipo de serviço aos domingos, será feita amanhã por equipes de varrição da Prefeitura de São Paulo. Desde sexta-feira, quando teve início a greve dos lixeiros, os varredores ajudam na coleta de lixo da cidade. Para o transporte do lixo são usados caminhões da Prefeitura.

- As equipes de varrição vão para a rua nesse domingo, dia que não tem coleta em São Paulo. Esperamos, com isso, compensar parte do transtorno criado - diz Andrea Matarazzo, secretário das Subprefeituras.

Matarazzo espera que a paralisação seja logo encerrada e pediu que a população colabore evitando colocar grandes quantidades de lixo nas ruas. O secretário garantiu que está acompanhando as negociações entre empresas de coleta e o sindicato dos lixeiros.

Moacyr Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores da Limpeza Urbana de São Paulo, garante que 70% dos lixeiros estão trabalhando, acatando determinação do Tribunal Regional do Trabalho.



Os garis, varredores e motoristas que trabalham na coleta de lixo de São Paulo pedem reajuste de 12%, mas as empresas oferecem apenas 3%. Também querem fornecimento de protetor solar, plano de saúde gratuito e fornecimento de café da manhã pelas empresas. As empresas oferecem apenas 3% de reajuste, que é reposição da inflação do ano passado.

- A categoria quer trabalhar, mas queremos melhores condições salariais. Cada lixeiro ganha pouco mais de 500 reais. Além disso, o número de funcionários da limpeza é o mesmo de 1996 hoje. Tivemos, inclusive perda de 1.500 postos de trabalho após contratos de varrição - diz Moacyr.

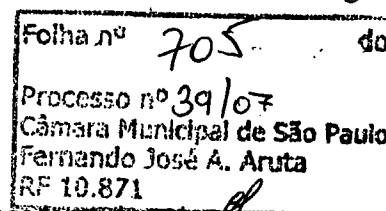
No centro da capital, a coleta é feita por equipes de varrição. Na próxima segunda-feira, às 14h, está marcada uma audiência de conciliação entre os sindicatos patronal e dos trabalhadores no Tribunal Regional do Trabalho.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana (Siemaco) cerca de 3,3 mil toneladas de lixo estão deixando de ser coletadas por dia.

Lixeiros fecham acordo na Justiça e greve pode acabar

Wagner Gomes, O Globo Online

Diário de S. Paulo, CBN



SÃO PAULO - Os trabalhadores de limpeza urbana fecharam um acordo com os empregadores durante audiência de conciliação realizada nesta tarde no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Pelo acordo, eles terão reajuste de 3,5% nos salários e redução do desconto do plano de saúde de 2% para 1% dos vencimentos. O aumento nos salários será retroativo a primeiro de março e a diferença do reajuste será depositada na conta dos trabalhadores neste mês de abril. A proposta será levada a uma assembléia da categoria.

O sindicato da categoria vai recomendar que a categoria aceite a proposta e o lixo deve começar a ser recolhido ainda esta noite.

Nos três dias de greve, cerca de 5 mil toneladas deixaram de ser recolhidas e se acumularam nas ruas da cidade. As zonas mais prejudicadas foram a norte e a leste.

Em relação ao fornecimento de protetor solar, outra exigência dos trabalhadores, foi definido um prazo de 60 dias para a preparação de um estudo sobre a viabilização do produto. Os trabalhadores, que entraram em greve na madrugada de sexta-feira, pediam um reajuste de 12% e as empresas argumentavam, naquela ocasião, que não podiam conceder o aumento porque não tinham os contratos reajustados pela Prefeitura há dois anos. Na sexta, eles tinham rejeitado um aumento de 3,1%.

As empresas de coleta de lixo da capital paulista mantiveram nesta segunda-feira o compromisso de coletar 70% do lixo. A garantia é do presidente do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana, Ariovaldo Caodaglio. Por dia, São Paulo produz 13 mil toneladas de lixo. Segundo ele, as empresas não



fazem coleta de lixo domiciliar aos domingos, mas ontem elas trabalharam em dois turnos, com 70% da frota de 400 caminhões, para fazer o serviço.

A situação é pior nos bairros mais distantes do centro. Nas ruas da Freguesia do Ó, na zona norte, há muito lixo e mau cheiro nas ruas nesta segunda-feira. De acordo com alguns moradores da Vila Carolina, a coleta de lixo não passa na região desde a quarta-feira passada. Na Rua São Leandro, o entulho e os sacos plásticos acumulados dividem espaço com os carros em plena rua. Na Avenida Inajar de Souza, continuação da Ponte da Freguesia do Ó, poucos

varredores trabalharam nesta manhã na coleta do lixo.

- Estamos cumprindo a determinação judicial e abrimos exceção trabalhando neste domingo. Estamos sempre dispostos a negociar - afirmou o presidente do sindicato.

- A greve não é interessante para nenhuma das partes - disse Dimas Ramalho, secretário municipal de Serviços, em entrevista à rádio CBN, Ramalho.

Ramalho disse que defende duas exigências dos lixeiros: o fornecimento de protetor solar e o não desconto do plano de saúde na folha de pagamento. Não afirmou, no entanto, se a Prefeitura está disposta a negociar o reajuste de contrato com as empresas.

Neste domingo, 3 mil toneladas de lixo amanhecaram nas ruas, provocando mau cheiro em vários bairros

A coleta de 70% do lixo é uma determinação judicial da 7.ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça, proferida na sexta-feira, que obriga as empresas Loga e Ecourbis a fazer a coleta.

No último dia 22, os lixeiros ameaçaram não sair às ruas. Um dia depois, desistiram porque as empresas se comprometeram a garantir um reajuste salarial mínimo de 3,11%. O recuo aconteceu após briga entre Prefeitura e os consórcios das empresas, diante da eventual divulgação de plano do governo de cancelar os contratos de R\$ 10 bilhões.

Prefeitura investiga cooperativas de catadores

Plano é mudar sistema de contratação de empresas, firmado na gestão anterior

Relatório com as possíveis irregularidades—entre elas, apresentação de certidões falsas—, tem de ficar pronto até 19 de julho

EVANDRO SPINELLI
DA REPORTAGEM LOCAL
DIEGO ZANCHETTA
DO "AGORA"



Catadores de cooperativa que está sob investigação da prefeitura

Rubens Cavallari/Folha Imagem

Prefeitura tenta acordo sobre lixo

A Prefeitura tentará hoje, em reunião com as concessionárias Loga Ambiental e EcoUrbis, que coletam o lixo, acordo que diminua o valor do contrato assinado em 2004 - R\$ 10 bilhões, por 20 anos. Hoje, são pagos R\$ 17 milhões por mês a cada empresa - pelo contrato, seriam R\$ 25 milhões. Segundo o Executivo, há pressão do Ministério Público para resolver a questão dos aterros. Até o fim do ano, a Cidade não terá mais onde depositar 13 mil toneladas de lixo diárias. Há dois aterros, um na Zona Oeste, cuja licença acabou, e outro na Zona Leste, que espera licença para ser ampliado.

outro lado

Cooperativas negam haver irregularidades

DA REPORTAGEM LOCAL
DO "AGORA"

As cooperativas investigadas pela prefeitura negam que tenham cometido alguma irregularidade, mas concordam com a mudança do sistema de gestão do projeto.

Administrador da Coopere, a maior cooperativa da capital com 104 trabalhadores, instalada na Sé (região central), Sérgio Luis Longo refutou que tenha havido alguma irregularidade.

"O governo deveria se preocupar em nos oferecer

uma estrutura melhor, pois nunca existiu superfaturamento algum na nossa coleta seletiva." Longo se reuniu ontem com representantes da prefeitura para discutir o novo modelo de contrato.

"Não somos contrários ao fim do convênio. Queremos apenas mais atenção para a estrutura dos galpões. Aqui, por exemplo, precisamos de uma área administrativa e de banheiros melhores", disse.

Sandra Regina Casalta, presidente da Coopercamp, da Capela do Socorro (zona sul), disse desconhecer as investigações e ser favorável à substituição do convênio por um contrato. "A nossa cooperativa está aberta para qualquer investigação, não temos nada de irregular."

Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.671

DA REPORTAGEM LOCAL
DIEGO ZANCHETTA
DO "AGORA"

A Prefeitura de São Paulo está investigando supostas irregularidades nos convênios com 13 das 15 cooperativas de catadores de lixo que fazem a triagem da coleta seletiva.

Entre as possíveis irregularidades apontadas estão a apresentação de certidões federais falsas, o desvio de conteúdos de propriedade da prefeitura e o aluguel de prédios, pagos pelos cofres públicos, sem que eles tenham sido usados.

O relatório da comissão nomeada pelo secretário de Serviços, Dinis Ramalho, tem de ser concluído até 19 de julho.

Todas as cooperativas investigadas fizeram convênios com a prefeitura na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy (PT). Pelos acordos, a prefeitura paga os aluguéis e despesas das sedes das cooperativas. A coleta do lixo a ser reciclado é feita por 55 caminhões da prefeitura e 32 fornecidos pelas duas empresas que fazem a coleta do lixo domiciliar - Loga e Ecoubis.

Por dia, cerca de 80 toneladas de lixo são entregues às 15 cooperativas, que o separam e vendem a empresas de reciclagem.

Agora, a prefeitura quer mudar o sistema de contratação do serviço. Os convênios devem ser rompidos e novos contratos serão feitos. As cooperativas serão contratadas recebendo um valor mensal para cuidar da separação do material. Com isso, terão de fazer os contratos de aluguel, porque a prefeitura deixará de custear as despesas.

Nenhum responsável pela Secretaria de Serviços quis falar ontem com a **Folha**. De acordo com a assessoria da pasta, a investigação é rotineira e preliminar. A assessoria confirmou a intenção do órgão de modificar a forma de gestão do serviço, responsável por 0,53% do lixo coletado na cidade.

Já os responsáveis pelas cooperativas negam as irregularidades apontadas pela prefeitura e criticam a falta de estrutura (leia texto nesta página).

Protocolo de Recebimento

"Recebi, em 15/08/07, cópia integral do Of. 339/SES-G/2007, que encaminha documentos em resposta a nossos ofícios CE-LIXO nº 006/2007, 007/2007, 008/2007 e 009/2007."

PAULO FRANGE [assinatura] RF 25001

LENICE LEMOS [assinatura] RF 23701

ABOU ANNI [assinatura] RF 26.749

JUSCELINO GADELHA [assinatura] RF 23150

GILSON BARRETO [assinatura] RF 23427

DONATO [assinatura] 27385 15/08/07.

MYRYAN ATHIE [assinatura] 23630

FRANCISCO CHAGAS [assinatura] 32.085 15/08/07

AURÉLIO MIGUEL [assinatura] 27062 15/8/07

ASSESSORIA JURÍDICA [assinatura] 15/08/07



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 708 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Ofício CE-LIXO nº 021/2007

Senhor Secretário,

Solicito a V.Exª que remeta a esta Comissão de Estudos sobre o Lixo, no prazo de 5 (cinco) dias, as seguintes informações e documentos:

- relação de todas as empresas que se habilitaram na última licitação – vencedores e perdedores -, com endereço, telefone e nome do responsável legal;
- cópia de atestados técnicos oferecidos pelas empresas na licitação que deu origem aos contratos nº 26 e 27, de 2004;
- endereço, telefones e outros dados que auxiliem a localização da ex-titular dessa Pasta Maria Helena Orth.

Aproveito-me do ensejo para transmitir a V.Exª os protestos de nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PAULO FRANGE
Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor DIMAS EDUARDO RAMALHO
Digníssimo Secretário Municipal de Serviços
Avenida do Estado, 900, 2º andar, Nesta, 01108-000
3313-5003 FAX 3229-8912



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 709 de
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (RPP 39/2007)

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Ofício CE-LIXO nº 024/2007

Senhor Superintendente,

Solicito a V.Sª que remeta a esta Comissão de Estudos sobre o Lixo, no prazo de 5 (cinco) dias, informações e documentos sobre:

- licenciamento para implantação de cemitério em área contígua ao Conjunto Habitacional Jardim São Francisco, altura do km 27 da Avenida Sapopemba, entrada do Morro do Cruzeiro, São Mateus;

Aproveito-me do ensejo para transmitir a V.Sª os protestos de nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PAULO FRANGE
Presidente da Comissão

A Sua Senhoria o Senhor Celso Caldeira
Mui Digno Superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo
Rua da Consolação, 247, 6º andar, CEP 01301-000, Nesta.
3255-4587 – fax 3255-1643 – cjcaldeira@prefeitura.sp.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 710 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Ofício CE-LIXO nº 026/2007

Senhor Presidente,

Tendo em vista os propósitos desta Comissão de Estudos, cujo objeto são os contratos de lixo em São Paulo, solicitamos a V.Sª que informe as condições de financiamento do Aterro Caieiras e seu tempo de vida útil.

Aproveitamos o ensejo para transmitir a V.Sª os protestos de nossa consideração.

Atenciosamente,

PAULO FRANGE
Presidente da Comissão

A Sua Senhoria o Senhor CARLOS FERNANDES
Mui Digno Diretor Presidente da ESSENCIS Soluções Ambientais
Alameda Vicente Pinzon, 173, Vila Olímpia
São Paulo-SP, 04547-130
3848-4520 – fax 3848-4551 – hcunha@essencis.com.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 711 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Muta
RF 10.871

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Ofício CE-LIXO nº 022/2007

Senhor Secretário,

Solicito a V.Exª que informe a esta Comissão de Estudos sobre o Lixo, no prazo de 5 (cinco) dias:

- as razões técnicas do zoneamento fixado no Plano Diretor, na área situada no Distrito Anhanguera, 1.314.124,00m² (um milhão, trezentos e quatorze mil, cento e vinte e quatro metros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-1, ndicado na planta P – 27.742-D5 do arquivo do Departamento de Desapropriações.

Aproveito-me do ensejo para transmitir a V.Exª os protestos de nossa estima e distinta consideração.

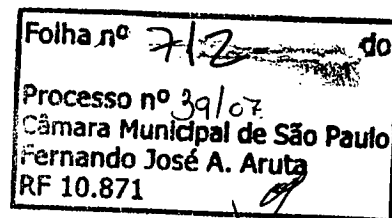
Atenciosamente,

PAULO FRANGE
Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JÚNIOR
Digníssimo Secretário Municipal de Planejamento
Rua São Bento, 405, 17º/18º andares, Nesta, 01008-096
3112-2191 – fax 3105-5990 – mpmagalhaes@prefeitura.sp.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Ofício CE-LIXO nº 023/2007

Senhor Secretário,

Solicito a V.Exª que remeta a esta Comissão de Estudos sobre o Lixo,
no prazo de 5 (cinco) dias, informações e documentos sobre:

- licenciamento para implantação de cemitério em área contígua ao Conjunto Habitacional Jardim São Francisco, altura do km 27 da Avenida Sapopemba, entrada do Morro do Cruzeiro, São Mateus;

Aproveito-me do ensejo para transmitir a V.Exª os protestos de nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PAULO FRANGE
Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
Digníssimo Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente
Rua do Paraíso, 387, CEP 04103-000, Nesta.
3372-2205 – fax 3283-2578 – eduardojorge@prefeitura.sp.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 713 do
Processo nº 39107
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Ofício CE-LIXO nº 020/2007

Senhor Secretário,

Tendo em vista os propósitos da Comissão de Estudos instalada nesta data, cujo objeto são os contratos de lixo em São Paulo, julgamos imprescindível convidar V.Exª para, em reunião de 22 de agosto próximo, às 9 horas, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade, dar importante contribuição a esta Comissão, colocando-nos a par da posição oficial dessa Pasta com relação aos contratos em vigor e trazendo sugestões visando à minimização dos problemas causados por essa realidade.

Aproveito-me do ensejo para transmitir a V.Exª os protestos de nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PAULO FRANGE
Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
Digníssimo Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente
Rua do Paraíso, 387, CEP 04103-000, Nesta.
3372-2205 – fax 3283-2578 – eduardojorge@prefeitura.sp.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 714 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Ariza
RF 10.871

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Ofício CE-LIXO nº 019/2007

Senhor Secretário,

Tendo em vista os propósitos da Comissão de Estudos instalada nesta data, cujo objeto são os contratos de lixo em São Paulo, julgamos imprescindível convidar V.Exª para, em reunião de 22 de agosto próximo, às 9 horas, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade, dar importante contribuição a esta Comissão, colocando-nos a par da situação atual dos contratos em vigor, das medidas - passadas, presentes e futuras - indicadas por essa Pasta e a posição oficial com relação a eventual nova proposta das empresas concessionárias.

Aproveito-me do ensejo para transmitir a V.Exª os protestos de nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PAULO FRANGE
Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor RICARDO DIAS LEME
Digníssimo Secretário de Negócios Jurídicos
Edifício Matarazzo – Viaduto do Chá, 15, 8º andar, CEP 01002-020, Nesta.
3313-8623/4/5/6 – fax 3113-8622 – ricardoleme@prefeitura.sp.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 715 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

São Paulo, 15 de agosto de 2007.

Ofício CE-LIXO nº 025/2007

Senhor Subprefeito,

Solicito a V.Sª que remeta a esta Comissão de Estudos sobre o Lixo, no prazo de 5 (cinco) dias, informações e documentos sobre:

- licenciamento para implantação de cemitério em área contígua ao Conjunto Habitacional Jardim São Francisco, altura do km 27 da Avenida Sapopemba, entrada do Morro do Cruzeiro, São Mateus;

Aproveito-me do ensejo para transmitir a V.Sª os protestos de nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PAULO FRANGE
Presidente da Comissão

A Sua Senhoria o Senhor Clóvis Luiz Chaves
Mui Digno Subprefeito de São Mateus
Rua Ragueb Chohfi, 1400, CEP 08375-000, Nesta.
6919-7898 – fax 6962-2302 – clovischaves@prefeitura.sp.gov.br

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

Folha nº 716 do
Processo nº 29/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aneta
RF 10.871

TIME : 08/15/2007 18:08

DATE, TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGE(S)
RESULT
MODE

08/15 18:07
032551843
00:00:47
01
OK
STANDARD

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 08/15/2007 17:48

DATE, TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGE(S)
RESULT
MODE

08/15 17:47
038484551
00:00:34
01
OK
STANDARD

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 08/15/2007 17:58

DATE, TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGE(S)
RESULT
MODE

08/15 17:58
032832578
00:00:38
01
OK
STANDARD

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 08/15/2007 17:57

DATE, TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGE(S)
RESULT
MODE

08/15 17:56
031055990
00:00:40
01
OK
STANDARD

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 08/15/2007 18:02

DATE, TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGE(S)
RESULT
MODE

08/15 18:02
032832578
00:00:40
01
OK
STANDARD

Folha nº 717 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 08/15/2007 18:04

DATE, TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGE(S)
RESULT
MODE

08/15 18:03
031138522
00:00:41
01
OK
STANDARD

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 08/15/2007 18:06

DATE, TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGE(S)
RESULT
MODE

08/15 18:05
059522302
00:00:44
01
OK
STANDARD

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 08/15/2007 18:23

DATE, TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGE(S)
RESULT
MODE

08/15 18:23
032298912
00:00:45
01
OK
STANDARD

Folha nº 718 do
Processo nº 39107
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Unidade Administrativa de Protocolo – SGA-6

REQUISIÇÃO Nº 4894

Data: 16, 08, 2007
(CE-Lixo)

Unidade de Trabalho: SGP-17

Nome do Requisitante: FERNANDO ARUTA

Correspondência:

Telegrama:

Impresso:

Quantidade	p/ uso de SGA-6
08	RECEBIDO - SGA-6
	16 AGO 2007
	RF N.º 10871-3

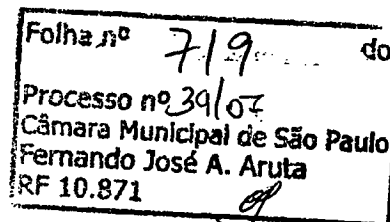
Fernando José A. Aruta
Comissário (Responsável)



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

1093 /2007/C
São Paulo, 16 de agosto de 2007.

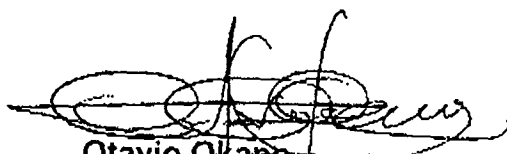
Ref.: Ofício CE-LIXO nº 018/2007



Senhor Presidente,

Em atenção aos termos do ofício em referência, pelo qual Vossa Excelência solicitou o encaminhamento dos parâmetros de funcionamento do aterro sanitário denominado **Centro Tecnológico de Resíduos – CTR**, localizado no município de Caieiras, de responsabilidade da empresa CAVO – Companhia Auxiliar de Viação e Obras, como também cópias dos laudos de vistoria e outros documentos referentes ao aterro em questão, pleiteamos um prazo adicional de 10 (dez) dias, tendo em vista a existência de vários processos que compõem o referido empreendimento.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.


Otávio Okano
Diretor de Controle de Poluição Ambiental

*Recebido por fax (3030-6170)
em 16/08/07, enviado
pela Diretoria da CETESB.
Vp.*

Excelentíssimo Senhor
Dr. Paulo Frange
Presidente da Comissão de Estudos sobre
Tratamento do Lixo no Município de São Paulo
Câmara Municipal de São Paulo
Palácio Anchieta – Viaduto Jacareí, 100 – 2º and.-Sl.211
01319-900 – São Paulo - SP

FAX 3396-3957

Anexo: o citado
SISCAD 40945/07



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 720 do
Processo nº 39/07
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aguiar
RF 10.871

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOURBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

**CE-LIXO
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS**

"Recebi, nesta data, cópia dos seguintes documentos, lidos, oferecidos ou recebidos em reunião de 15/8/2007: Relatório do Promotor de Meio Ambiente da Capital Carlos Alberto de Salles aos ICs 25115/92 e 016/93; Contratos 26 e 27-SSO/04, oferecidos pela EcoUrbis e LOGA; Carta 0515/07/CDS à LOGA, Carta 1269/06/CDS à Prefeitura de São Paulo e Parecer PA 00043/97 para LIMPURB, todos emitidos pela CETESB."

16/08/2007

PAULO FRANGE (Presidente) - 11º	Luci Wong 24668
MYRYAM ATHIÊ - 6º	Ufílce 52.163
DONATO - 11º	Lucimar
FRANCISCO CHAGAS - 6º	Tatiana 27.664
GILSON BARRETO - 7º	Dezi 27585
JUSCELINO GADELHA - 10º	Cristina 27543.
AURÉLIO MIGUEL - 7º	RF 274057
ABOU ANNI - 4º	26751
LENICE LEMOS - 7º	26774
ASSESSORIA JURÍDICA (DRA. NAZARÉ / DRA. SIMONA)- 12º	

Promotoria de Meio Ambiente da Capital
Rua Riachuelo, 115, 1º andar, sala 47, Centro, 01007-904 - São Paulo/SP
e-mail: pjmac@mp.sp.gov.br

Inquéritos Civis n. 25.115/92 e 016/93

Investigada: Municipalidade de São Paulo (Secretaria de Serviços)

Objetos: Pendências ambientais e esgotamento das áreas de deposição de Resíduos Sólidos Urbanos da Cidade de São Paulo

1. Os procedimentos em epígrafe têm por objeto o problema de deposição final de resíduos sólidos urbanos na cidade de São Paulo, tendo sido iniciados há mais de 12 (doze) anos, para propiciar o acompanhamento das condições ambientais dos Aterros Sanitários São João e Bandeirantes, da Municipalidade de São Paulo.

Em 14.02.2003, esses procedimentos foram convertidos em Inquéritos Civis, passando esses a abranger, além das pendências ambientais dos dois aterros, o problema do esgotamento das áreas de deposição da Cidade.

2. Os dados coletados em vários anos de investigações desta Promotoria de Justiça justificavam a instauração e a ampliação do objeto. As Portarias de Instauração, lançadas naquela data, trouxeram a seguinte justificativa, cuja transcrição é oportuna:

“os mais de dez anos de acompanhamento do problema do lixo da Cidade de São Paulo por esta Promotoria de Justiça, ensinou que a ‘emergência’ – quase sempre fruto da inércia do próprio administrador – tem sido uma constante, a justificar a solução dos problemas à revelia do devido licenciamento ambiental e com prejuízos ao meio ambiente que, em outras circunstâncias, poderiam ser evitados” (sem destaque no original).

Diante disso, completa a Portaria:

*Documento oferecido pela
Vereadora Verice Senos
e lido em reunião
de 15/08/2007.
J. -*

Promotoria de Meio Ambiente da Capital

Rua Riachuelo, 115, 1º andar, sala 47, Centro, 01007-004 São Paulo/SP
e-mail: pjmac@mp.sp.gov.br

"é necessário verificar as condições futuras para solução do problema do lixo na Cidade de São Paulo, evitando que nova 'emergência' conduza a renovados prejuízos ambientais" (também, sem destaque no original).

Destaque-se que o Aterro São João, não obstante esteja em operação desde 1992, até hoje – em vias de encerramento de atividades— ainda não possui licenciamento ambiental regular. O histórico do Aterro Bandeirantes é semelhante em termos de licenciamento ambiental. Operando desde 1979, sua história é uma sucessão de licenças precárias de operação:

3. Lamentavelmente, mais uma vez nova "emergência" parece se avizinhar, possivelmente a justificar novas ilegalidades, exigindo a atenção desta Promotoria de Justiça.

4. Em 20 de dezembro de 2002, entrou em vigor a Lei Municipal 13.478 (fls. 1833/1915 do IC n. 25.115/92), criando o Sistema de Limpeza Urbana do Município. Referida Lei criou uma série de inovações legais nessa área; entre elas a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB. (arts. 12, 17, 23, §§ 5º e 6º), a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD (arts. 81, II, e 83/92) e, de maior importância para este procedimento, o regime de concessão dos serviços de "limpeza urbana" (arts. 26/28).

Foi essa Lei Municipal que possibilitou a assinatura, em outubro de 2004, dos contratos de concessão dos serviços de "limpeza urbana", isto é, de coleta e deposição final de resíduos sólidos.¹

Com esse contrato, a Municipalidade, sob administração anterior à atual, deu resposta a esta Promotoria de Justiça quanto à necessidade de implantação de novas áreas de deposição final de resíduos sólidos.

Em audiência nesta Promotoria, quando questionada sobre o esgotamento dos Aterros em operação, a representante de LIMPURB respondeu que o contrato de concessão havia sido firmado "em 13 de outubro último, abrindo assim o prazo de 36 (trinta e seis) meses para a implantação dos novos aterros, o que deverá ocorrer por volta de outubro de 2007" (fls. 1931/1932 do IC. 016/93, sem destaque no original)

¹ Vide a cópia do contrato do grupamento sudoeste a fls. 1632/1691, do IC 25.115/92, e do grupamento noroeste a fls. 2026/2088, do IC n. 016/93.

Foi a primeira providência concreta, acerca do problema do esgotamento das áreas de deposição final de resíduos, informada a esta Promotoria de Justiça desde a formal instauração dos Inquéritos Civis referidos em 2003. Anteriormente, as respostas da Municipalidade remetiam sempre à concessão dos serviços em trâmite administrativo.

5. Essa solução dada ao problema, não obstante toda a controvérsia envolvendo os contratos de concessão, mostrava-se suficiente, pois, como informado, *"a responsabilidade pelo licenciamento e implantação do aterro será das concessionárias, assim como a responsabilidade pelo local de deposição do lixo"* (fl. 1932 do IC. 016/93).

Em outros termos, essa definição de responsabilidades, significava, nos termos do contrato, que caso as concessionárias não conseguissem completar a instalação dos respectivos novos aterros, até a data o encerramento dos atuais, a elas incumbiria buscar uma solução alternativa. Colocado nesses termos, a situação deixava de ser preocupante, tendo em vista a existência de áreas privadas aptas para receber o lixo de São Paulo.

Diante desse equacionamento dado ao problema, passou-se a enfatizar, nestes autos, a linha de investigação relativa às pendências ambientais dos aterros, até o advento da informação de que a atual administração municipal tinha a intenção de anular os contratos de concessão.²

A esse propósito, anteriormente, a EcoUrbis, concessionária do grupamento sudoeste, havia informado nos autos a ordem da Municipalidade para suspender o investimento relacionados ao contrato (fl. 1.820 do IC 25.115/92). Posteriormente a Loga enviou aos autos cópia da carta que recebera nesse sentido (fls. 2.125 do IC 016/93).

6. Designada audiência para tratar do assunto, em 1º de agosto de 2005, a Municipalidade posicionou-se no sentido de que seu ofício, mandando suspender os investimentos, não havia *"prejudicado as iniciativas das concessionárias para investigação das áreas indicadas para implantação dos novos aterros"*.³

² Vide deliberação e matéria jornalística a fls. 1.916/1.917 do IC 25.115/92 e fls. 2.094/2.095 do IC 16/93.

³ V. fls. 1.918 do IC 25.115/92 e 2.096 do IC 16/93.

Folha nº 724	do
Processo nº 39107	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	

Promotoria de Meio Ambiente da Capital

Rua Riachuelo, 115, 1º andar, sala 47, Centro, 01007-904 - São Paulo/SP
e-mail: pjmac@mp.sp.gov.br

Relativamente à continuidade da implantação de novos aterros, manifestou-se no sentido de que *“após a definição da situação contratual, que se espera **para breve**, poderá haver uma melhor definição da implantação dos aterros”*.⁴

7. Quatro meses depois, em **dezembro de 2005**, a resposta da Secretaria Municipal de Serviços foi no sentido de que a EcoUrbis, descumprindo a ordem do Município, continuava investindo na implantação do novo aterro. A Loga, concessionária do grupamento noroeste, prosseguia enviando 30% do lixo para seu aterro na cidade de Caieiras, mas a área indicada para seu novo aterro havia sido inviabilizada pelo zoneamento incidente sobre o local.⁵

8. Em **janeiro de 2006**, permanece o impasse contratual com as concessionárias e a nova informação da Secretaria Municipal de Serviços praticamente reitera as informações anteriores, dando conta da continuidade do licenciamento do aterro do grupamento sudoeste, por iniciativa da EcoUrbis (fls. 2.021/2.022 do IC 25.115/92).

9. Um ano depois da anunciada solução da pendência contratual “para breve”, a deterioração da situação contratual avançou, tendo, em **agosto de 2006**, a concessionária EcoUrbis remetido aos autos cópia da notificação que promovera em face da Municipalidade, denunciando o descumprimento do contrato, pelo não pagamento integral das parcelas devidas pela Municipalidade (fls. 2.087/2.098 do IC 25.115/92).

10. Reunião realizada em **outubro de 2006**, com o Secretário de Serviços do Município, demonstra que a Municipalidade ainda prosseguia sem alternativa efetiva para o problema do esgotamento de seus aterros.⁶ Na ocasião esta Promotoria de Justiça expôs suas preocupações, alertando para a demora nos procedimentos de licenciamento ambiental e para a necessidade de definição de uma resposta para o problema por parte da Municipalidade.

⁴ V. fls. 1.919 do IC 25.115/92 e 2.097 do IC 16/93, sem destaque no original.

⁵ V. fls. 2.002/2.004 do IC 25.115/92. Sobre a inviabilidade da área indicada em contrato para implantação de aterro pela Loga, v. fls. 2.167, 2.168, 2.172 e 2.181 do IC 16/93.

⁶ V. fls. 2.111/2.112 do IC 25.115/92 e 2.195/2.196 do IC 16/93.

Promotoria de Meio Ambiente da Capital
Rua Riachuelo, 115, 1º andar, sala 47, Centro, 01007-904 - São Paulo/SP
e-mail: pjmac@mp.sp.gov.br

O Secretário, na ocasião, afirmou haver interesse da concessionária no fechamento do Aterro Bandeirantes, em razão da captação de créditos de carbono no seu aterro de Caieiras, de sua propriedade.⁷

11. Moradores do bairro de Perus procuraram esta Promotoria de Justiça para demonstrar seu inconformismo com o prolongamento da vida útil do Aterro Bandeirantes e pleiteando seu imediato fechamento (fls. 2.205/2.206 do IC 016/93)

12. Diante do quadro observado e da proximidade do vencimento do prazo da vida útil dos aterros, em dezembro de 2006, oficiou-se à Municipalidade, solicitando que **informar se possuía um plano de contingência** para o caso da renegociação dos contratos de concessão não surtir efeito.⁸

Na resposta a esse pedido desta Promotoria de Justiça, de fevereiro de 2007, a Secretaria de Serviços, em relação ao Aterro São João, limitou-se a remeter aos autos resposta de LIMPURB, apontando, mais uma vez, que a concessionária prosseguira nos investimentos para licenciamento do novo aterro (fls. 2.128/2.131 do IC 25.115/92).

No que tange ao Aterro Bandeirantes, o ofício de LIMPURB, encaminhado pela Secretaria, indicava apenas que a empresa Biogás (concessionária dos serviços de extração de gás do aterro) apontara para possibilidade de ampliação do empreendimento, com a necessidade de Declaração de Utilidade Pública de uma área para desapropriação (fls. 2.252/2.253 do IC 16/93).

13. No início deste mês, esta Promotoria de Justiça foi procurada, separadamente, pelas duas concessionárias dos serviços de “limpeza pública”, para informar acerca do problema da deposição final de resíduos sólidos da cidade de São Paulo.⁹

⁷ Determinando o prosseguimento da operação do Aterro Bandeirantes, v. ofício copiado a fls. 2.197/2.198 do IC 16/93.

⁸ V. fls. 2.123/2.124 do IC 25.115/92 e 2.246/2.248 do IC 16/93.

⁹ Atas de reunião a fls. 2.273/2.274 do IC 16/93 e 2.138/2.139 do IC 25.115/92.

Promotoria de Meio Ambiente da Capital
Rua Riachuelo, 115, 1º andar, sala 47, Centro, 01007-904 - São Paulo/SP
e-mail: pjmac@mp.sp.gov.br

A Loga, responsável pelo Aterro Bandeirantes, informou que, segundo o cálculo técnico daquela companhia, a vida útil daquela área de deposição venceria neste mês (março de 2007). Segundo esclareceu, esse cálculo é produto de revisão da data anteriormente prevista, em razão de a Municipalidade haver proibido a remessa de parcela do lixo para o aterro de Caieiras¹⁰ e prosseguir remetendo resíduos provenientes de varrição, podas de árvores e limpeza de "piscinões" para o aterro, aumentando o volume nele depositado, muito embora esses resíduos não estejam contemplados pelo contrato.

A concessionária comunicou esta Promotoria de Justiça de sua intenção de volta a remeter resíduos para Caieiras a partir do encerramento das condições técnicas para deposição de lixo no Aterro Bandeirantes.

A EcoUrbis, responsável pelo Aterro São João, de sua feita informou a previsão de esgotamento da vida útil de seu aterro para outubro deste ano (2007). Quanto ao licenciamento do novo aterro, informou dificuldades por ela enfrentadas para que a Municipalidade, através de SEHAB e SEMPLA, lhe fornecesse uma certidão de conformidade com o zoneamento. Segundo esclareceu esse documento é essencial para o encaminhamento do pedido final de licenciamento junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. No tocante às pendências contratuais, informou que a Municipalidade vem pagando apenas 65% da tarifa devida pelo contrato de concessão, o que dificulta os planos de investimento daquela empresa.

14. Diante do quadro acima traçado, no qual os aterros municipais estão às vésperas do encerramento de sua vida útil (o Bandeirantes, neste mês de março de 2007; o São João em outubro de 2007), sem que se conheça qualquer medida efetiva por parte da Municipalidade para suprir essa falta, determino a notificação do Município, através de sua Secretaria de Serviços, com a seguinte finalidade:

a.) cientificar a Municipalidade de que está Promotoria de Justiça entende irregular qualquer deposição de resíduos sólidos após os prazos estabelecidos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente para vida útil dos aterros municipais, bem como em outras áreas não devidamente licenciadas, e adotará as medidas judiciais, cíveis e criminais, caso isso venha a ocorrer;

¹⁰ Nesse sentido os documentos de fls. 2.282/2.285 do IC 16/93.

Promotoria de Meio Ambiente da Capital

Rua Riachuelo, 115, 1º andar, sala 47, Centro, 01007-904 - São Paulo/SP
e-mail: pjmac@mp.sp.gov.br

b.) recomendar à Municipalidade, nos termos do art. 113, parágrafo 1º, da Lei Complementar Estadual 734, de 26.11.1993, e do art. 5º e 6º, inciso I, do Ato n. 484-CPJ, de 05.10.2006, a elaboração de um plano de contingência, contendo as medidas que a Municipalidade irá adotar no caso de esgotamento das áreas de deposição de resíduos sólidos da cidade de São Paulo, sem que ainda estejam licenciadas novas áreas, respondendo claramente para onde deverão ser encaminhados, nesse caso, os resíduos e como serão cobertos os custos dessa remessa.

15. ~~Determino~~ ainda:

- a.) entregue-se a notificação acima determinada, com cópia da presente deliberação, ao Exmo. Dr. Secretário Municipal de Serviços na audiência a ser realizada nesta data;
- b.) remeta-se cópia da presente deliberação ao Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, para ciência;
- c.) oficie-se novamente à CETESB, com cópia da presente deliberação, solicitando, **com urgência**, a resposta ao ofício de fls. 2.127 do IC 25.115/92 e 2.251 do IC 016/93, e que, adicionalmente, indique o prazo para encerramento da vida útil do Aterro São João;
- d.) junte-se cópia desta deliberação nos dois procedimentos epigraçados.

São Paulo, 22 de março de 2007.

CARLOS ALBERTO DE SALLES

Promotor de Justiça



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ACOMPANHAR E ANALISAR A EXECUÇÃO OPERACIONAL E
FINANCEIRA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO COM AS CONCESSIONÁRIAS LOGA E ECOMBIS E PROPOR SOLUÇÕES PARA O
TRATAMENTO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(RPP 39/2007)**

**TERMO DE ENCERRAMENTO
DE VOLUME DE PROCESSO**

ÀS FOLHAS 727 FICA ENCERRADO O VOLUME 4

DO PROC. Nº 39/2007

(CE-LIXO)

15, 08, 2007



Fernando José Alfonso Aruta
Comissões Parlamentares de Inquérito
Supervisor